

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

RENATA LOPES DA SILVA

MILTON SANTOS: PENSAMENTO GLOBAL E EDUCAÇÃO

PONTA GROSSA/PR

2009

RENATA LOPES DA SILVA

MILTON SANTOS: PENSAMENTO GLOBAL E EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Concentração: História e Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

PONTA GROSSA/PR

2009

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S586m Silva, Renata Lopes da
Milton Santos : pensamento global e educação / Renata Lopes da
Silva . Ponta Grossa, 2009.
130f.
Dissertação (Mestrado em Educação – Área de Concentração :
História e Políticas Educacionais) - Universidade Estadual de Ponta
Grossa .
Orientadora : Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

1. Milton Santos 2. Educação. 3. História da Educação.
4. Políticas Educacionais. 5. Intelectuais. I. Nascimento,
Maria Isabel Moura. II.T.

CDD : 370.9

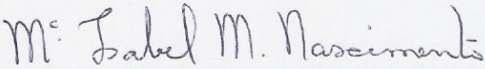
TERMO DE APROVAÇÃO

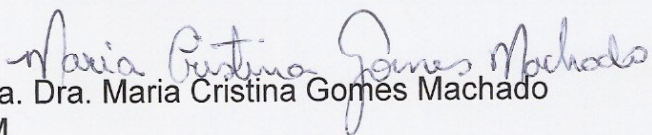
RENATA LOPES DA SILVA

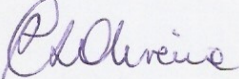
MILTON SANTOS: PENSAMENTOS GLOBAL E EDUCAÇÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento
UEPG


Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado
UEM


Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira
UEPG

Ponta Grossa, 22 de setembro de 2009

Àqueles que, militantes de suas ideias, corroboraram imensamente para a minha liberdade de escolha, de opinião e, sobretudo, com a minha formação humana – meus pais.

Em memória saudosa e orgulhosa da luta e da ética ensinadas por meio da vida de *Joel Lopes da Silva*.

Aos professores que exercem sua intelectualidade como força de mudança e transformação social diariamente em suas salas de aula.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, universidade pública que cedeu espaço e professores dispostos a ensinar, edificando sua função em garantir subsídios necessários para que eu desenvolvesse a minha formação acadêmica inicial ao longo da graduação e a realização do Mestrado em Educação.

À minha Orientadora Professora Dra. Maria Isabel Moura Nascimento, que acreditou em meu trabalho e na realização deste projeto de pesquisa; que me apresentou ao pensamento do professor Milton Santos e me proporcionou vivenciar momentos singulares na presença de sua obra.

Aos colegas do grupo de estudo e pesquisa “História Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR, situado na UEPG, pelo acolhimento e horas de estudo compartilhado.

Aos professores que me incentivaram com sua responsabilidade, com o compromisso sério com o estudo e o desenvolvimento de pesquisa em Educação durante a Iniciação Científica, em especial, para as professoras Gisele Masson, Simone Flach, Margarete Munhoz e ao professor Jefferson Mainardes.

Ainda, em especial, à professora Gisele Masson, pela revisão do trabalho.

À banca de professores que cederam seu tempo na leitura e auxiliaram na lapidação desse trabalho.

Aos meus familiares, pelo entendimento da distância inevitável para o desenvolvimento deste estudo, pela compreensão desse momento e pelo incentivo de prosseguir.

Ao Alexandre, companheiro, incentivador e meu conforto em todos os momentos.

E, enfim, estranhamente agradeço à saudade mais doída que tenho, aquela que me faz retomar na lembrança a fundamental presença constante que eu possuía no início desse trabalho. Que, sem pronunciar muitas palavras, apenas se expressava quando a dificuldade se instalava com um afago, um “comece novamente, o que é isso?! Vamos! Não desista, filha”- a meu pai, ao qual não tenho palavras suficientes para agradecer e para quem devo não somente a realização deste trabalho, mas todas as realizações que eu tiver em minha vida.

SILVA, Renata Lopes da. **MILTON SANTOS: Pensamento Global e Educação**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa- Pr-2009.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa intitulado “Milton Santos: Pensamento Global e Educação” apresenta um estudo do pensamento do intelectual Milton Santos (1926-2001), um professor que fomentou sobremaneira o debate sobre elementos que compõem a realidade mundial e em especial a brasileira. A problemática que norteou a presente pesquisa fundamentou-se na necessidade de contínuas investigações sobre a complexidade histórica do presente, a realidade contraditória em que a Educação está posta, bem como essa Educação pode ser entendida e transformada no contexto sócio-histórico e assumir uma postura contrária à lógica do capital. Detivemo-nos ao estudo dos conceitos de “Espaço”; “Globalização”; “Globalitarismo”; “Pensamento único”; “Cidadania”, “Pensamento Universal” e “Experiência, sabedoria da escassez”, os quais representam alguns dos elementos teóricos que compõem o pensamento do professor Milton Santos, fazendo um paralelo com a Educação formal brasileira contemporânea. Alicerçados nos pressupostos teórico-metodológicos da teoria marxiana, situamos a problemática no contexto macroestrutural, relacionando-a com as particularidades dos conceitos estudados, buscando fazer um paralelo com a totalidade, a luta de classes, a contradição e a hegemonia. O estudo dos conceitos miltonianos fornece subsídios analíticos para o entendimento do contexto sócio-histórico contemporâneo em que se encontram as políticas voltadas para a Educação formal brasileira e em que são postuladas discussões sobre a sua transformação. Procuramos estabelecer, de acordo com a concepção miltoniana de intelectual, a sua relevância para a organização e mobilização social, assim como a sua relação com a Educação. As pesquisas realizadas pelo intelectual Milton Santos dimensionam os fundamentos de uma nova Geografia e, apesar de não ser uma referência comum na área da Educação, os conceitos elaborados por ele contribuem para a compreensão da representação real do contexto social em que a Educação está inserida e, para tanto, consideramos a relevância de suas ideias. No entanto, não pretendemos com esta pesquisa esgotar as discussões a respeito do pensamento do professor Milton Santos, mas, sim, em contrapartida, suscitar o conhecimento e o debate acerca de uma parte dos conceitos presentes em sua obra para o enfrentamento teórico e prático voltado para o debate sobre a Educação, a História da Educação, das Políticas Educacionais, o desenvolvimento e atuação de intelectuais ao longo da História brasileira.

Palavras-chave: Milton Santos. Educação. História da Educação. Políticas Educacionais. Intelectuais.

SILVA, Renata Lopes da. **MILTON SANTOS: Global Thought and Education.** 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa- Pr-2009.

ABSTRACT

The current research work, entitled 'Milton Santos: Global Thought and Education' presents a study on the intellectual Milton Santos (1926 – 2001), a professor who intensely fuels the debate about elements which are part of the world reality and, especially the Brazilian one. The questioning that surrounded such study was based on the need of constant investigations about the historical complexity of present, the contradictory reality in which Education is inserted, as well as that Education might be understood and transformed into this social-historical context and take some posture which is contrary to the capital logic. We kept our research into the study of the concepts of 'Space', 'Globalization', 'Globalitarism', 'Only thought', 'Universal Thought', 'Citizenship' and 'Experience', 'wisdom of lack' which represent some of the theoretical elements that match with professor Milton Santos's thoughts, making a parallel with the formal contemporary Brazilian Education. Based on the theoretical methodological assumptions of the Marxist theory, we sought to locate the problematic in the macro-structural context, relating it to the particularities of the concepts studied, trying to make a parallel with the totality social classes struggle, contradiction and hegemony. The study about MILTON concepts provide analytical subsidies for the understanding of the social-historical contemporary context in which the policies for the formal Brazilian Education are and where discussions regarding its transformation are postulated. We tried to establish, according to the MILTON concept of intellectual, its relevancy for the organization and social mobilization, as well as its relation to Education. The research made by the intellectual Milton Santos shows the dimension of the fundamentals of a new Geography, and although it is not a common reference in the Education field, the concepts made by him contribute to the comprehension of a real representation of the social context in which Education is inserted, and therefore, we considered the importance of the detailed examination about his thought. However, we do not intend to use up the discussions around Professor Milton Santos thoughts with this research, but only raise the knowledge and debate about part of the concepts present in his work for the real theoretical and practical coping turned to the debate on Education, History of Education, Education Policy, development and performance of intellectuals throughout history Brazil.

Key words: Milton Santos, Education, Education History, Educational Policies, Intellectuals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

CAPÍTULO I

MILTON SANTOS: DA FORMAÇÃO FAMILIAR A FORMAÇÃO ACADÊMICA

1.1 Relações históricas, políticas e sociais do período anterior a 1964.....	29
1.2 As mudanças estruturais do período de 1964 a 1985	34
1.3 O desenvolvimento dos intelectuais – o retorno de reclusões e exílios	38
1.4 Espaço e Educação	42

CAPÍTULO II

MILTON SANTOS: O INTELLECTUAL E O COMPROMISSO POLÍTICO APARTIDÁRIO

2.1. Relações históricas, políticas e sociais do período de 1985 a 2001.....	54
2.2 A Globalização e o “Globalitarismo” – Contrapontos	59
2.2.1 A Educação e as influências do “Globalitarismo”	66
2.3 Globalização: possíveis e necessárias contribuições à Educação	70

CAPÍTULO III

O PENSAMENTO GLOBAL, RELAÇÕES COM UM PROJETO COLETIVO DE EDUCAÇÃO

3.1 Do pensamento único ao pensamento global: uma transformação possível e necessária	86
3.2 O professor como intelectual, o desenvolvimento de um pensamento global	90
3.3 Milton Santos: educação e cidadania dentro do contexto do mundo do trabalho	95
3.4 Da “Experiência à Sabedoria da Escassez”: uma possibilidade para a transformação social.....	102
3.5 O pensamento de Milton Santos e a educação	106

CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	120
-------------------	-----

INTRODUÇÃO

A problemática que norteou esta pesquisa¹ fundamentou-se na necessidade de contínuas investigações sobre a complexidade histórica do presente, a realidade contraditória em que a educação formal² está posta e como essa educação pode ser entendida e transformada neste contexto sócio-histórico. Para isso, apresentamos um estudo do pensamento do intelectual Milton Santos (1926-2001), um pensador que contribuiu para o debate sobre a realidade mundial e, em especial, à brasileira.

Detivemo-nos, na realização deste trabalho, nos conceitos de “Espaço”, “Globalização”, “Globalitarismo”, “Pensamento único”, “Cidadania” e “Experiência da escassez”, que representam alguns dos elementos teóricos que compõem o pensamento do professor Milton Santos. O estudo de tais conceitos fornece subsídios analíticos para o entendimento do contexto sócio-histórico contemporâneo em que se encontra a educação formal brasileira e aos postulados sobre a sua transformação.

Ao participar das discussões realizadas no grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação nos Campos Gerais HISTEDBR foi possível concretizar o objeto de estudo que sustentaria a pesquisa realizada para o Mestrado em Educação. Fora selecionado o professor Milton Santos, um intelectual cuja obra possibilita o entendimento da sociedade e do espaço em que a educação está inserida, contribuindo para a análise deste mesmo universo educacional.

É importante salientar que pesquisas sobre o professor Milton Santos até então não haviam sido realizadas na área da educação, pois sua obra está mais disseminada na dimensão que especifica seu trabalho, que é a Geografia. Porém os conceitos discutidos e elaborados por ele contribuem para a representação e o

¹O princípio do trabalho com pesquisa realizado iniciou-se na linha das Políticas Educacionais que vigoram na formação de professores, dentro do grupo de pesquisa Estado, Sociedade e Educação - Políticas de Formação de Professores GEPESE em que eram desenvolvidos encontros de estudo e pesquisa. Esta iniciação em pesquisa na área da Educação se deu durante a graduação de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG.

² Meio institucionalizado e legalizado pelo Estado, reconhecida oficialmente e oferecida em escolas, diferenciando-se os cursos em níveis e currículos. Consideramos, neste trabalho, o Brasil no século XXI, apresentando a Educação Infantil (0 a 5 anos), o Ensino Fundamental (6 anos a por volta dos 14 anos), Ensino Médio e profissionalizante (15 anos a por volta dos 17 anos), Ensino Superior (Licenciaturas e Bacharelados), bem como os níveis de pós-graduação em *lato e stricto sensu* (Especialização, Mestrado e Doutorado respectivamente).

entendimento do real contexto social em que a educação está inserida. Daí a razão de buscar conhecer e compreender melhor as suas ideias.

Não se pretende, entretanto, neste trabalho, esgotar as discussões a respeito do pensamento do professor Milton Santos, mas, sim, em contrapartida, suscitar o conhecimento e o debate acerca de uma pequena parte de seus conceitos, com o intuito de ampliar o debate, tanto teórico quanto prático, da sociedade e da educação formal brasileira.

A relação com o universal, o contexto macroestrutural, desenvolve-se com a particularidade do contexto sócio-histórico em que a educação formal está presente como também com os conceitos selecionados para a pesquisa que foram elaborados na singularidade do intelectual Milton Santos.

Ressalte-se que a linha de pesquisa deste trabalho não tem como intenção apenas biografar a trajetória pessoal e profissional de Milton Santos, mas pretende-se elaborar uma discussão sobre alguns dos conceitos desenvolvidos pelo professor e que foram utilizados eminentemente em suas obras, relacionando-os com a educação formal. Busca-se efetivamente compreender como a educação formal é influenciada pela totalidade, de maneira histórica e política, considerando as contradições e a hegemonia presentes no meio social, de modo a entender como essa mesma educação pode se caracterizar como um meio de debate e enfrentamento a posições contrárias à igualdade de direitos.

A compreensão histórica do pensamento de um intelectual brasileiro como Milton Santos proporciona o desenvolvimento de um posicionamento crítico que poderá se constituir em elementos norteadores para a construção de propostas que contribuam para a transformação da educação formal brasileira.

Filho de professores primários de classe média, nascido a 3 de maio de 1926 em Brotas de Macaúba, na Chapada Diamantina (BA), e falecido no ano de 2001, com formação na academia de Direito e Geografia, o professor Milton Santos destacou-se por sua relevante contribuição intelectual, sendo premiado com uma série de títulos de “Doutor Honoris Causa” recebidos, em sua maioria, fora do Brasil, onde, aliás, suas reflexões e produções muito repercutiram, como também se expandiram para outras áreas, fora de sua comunidade profissional.

Conhecido pelo seu comprometimento com os problemas e questões de seu tempo, sobretudo com aquelas parcelas da população marginalizadas pelo “perverso

processo de Globalização” (expressão por ele usada), deixou sua marca de indignação e revolta por todos os meios e instrumentos nos quais teve a oportunidade de manifestar suas ideias, fossem eles textos acadêmicos, aulas na universidade, artigos ou em entrevistas.

Dentro de uma realidade que desconsidera a cidadania efetiva dos que possuem menos recursos financeiros para sua subsistência e em que poucos têm a sua opinião considerada, surge a necessidade do detalhamento do pensamento de um intelectual brasileiro reconhecido mundialmente pelo seu posicionamento crítico e inquietude diante das injustiças sociais.

É necessário salientar que Milton Santos considerava-se um combatente político não partidário ao defender sua postura e suas ideias. Corporificou a intenção de ser um educador consciente e apresentou uma relevante releitura da origem técnica e política do fenômeno da Globalização, como ideologia de um presente perverso e de um futuro que pode ser promissor (SANTOS, 2000).

Para a análise de alguns dos conceitos mais expressivos presentes na obra de Milton Santos, relacionando-os com a educação formal brasileira, é necessário considerar que a educação é uma esfera social que possui sua dimensão política e se constitui em um campo de luta ideológica, ou seja, de um campo de disputa hegemônica. (SILVA JUNIOR, 2003). É criada uma rede de instituições, de relações e de ideias, na qual uma classe dominante se torna dirigente e cuja hegemonia é constituída por um conjunto de relações que representam uma base de consentimento para a ordem social definida.

A prática política da classe dominante, nesse sentido, suscita o consentimento ativo dos dominados, por meio da elaboração de uma função ideológica particular que visa à constituição da ficção de um interesse geral. É o exercício não coercitivo da dominação de classe, nomeada pela hegemonia ideológica (GRAMSCI, 1989).

Dentro de uma perspectiva gramsciana, a hegemonia³ é concebida como uma relação educacional. Em seus escritos, Gramsci⁴ deixa claro que a predominância

³ Embora Gramsci tenha escrito que as instituições de hegemonia estão localizadas na Sociedade Civil, ao passo que a sociedade política é a arma das instituições políticas no sentido constitucional jurídico, ele assinalava que essa é a divisão meramente metodológica que acentua a superposição efetiva que existe nas sociedades concretas (GRAMSCI, 1975, p.160). Na verdade, nas condições políticas de uma crescente intervenção do Estado na sociedade civil e do reformismo como

ideológica de valores e normas da classe dominante não se dá apenas por meio da coerção, mas também do consenso espontâneo.

Outro aspecto importante a ser analisado é a convicção do pensamento de Milton Santos de que, diante do que é o mundo contemporâneo, as condições materiais estão postas para que se imponha a desejada transformação. Transformação essa que dependerá de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pelos sujeitos sociais politicamente organizados. Entretanto, ainda tem-se como ideal presente a concepção neoliberal aceita pelos Estados Nacionais e com isso há uma fragmentação da organização política local.

Milton Santos alertava para a redução do pensamento nacional brasileiro em meio a esta concepção de Estado neoliberal, “[...] é freqüente o abandono da idéia do nacional brasileiro, com a sedução de um imaginário influenciado por forte apelo da técnica e aceitação tranqüila da força totalitária dos fatores da globalização” (SANTOS, 1996, p.32).

O neoliberalismo privilegia os aspectos econômicos da Globalização, como uma consequência necessária das transformações tecnológicas que, somadas à expansão dos mercados, derrubam as fronteiras territoriais e assim fragmentam os projetos econômicos nacionais, promovendo uma redução da soberania dos Estados.

Em concordância com essa concepção de Estado Neoliberal, a Globalização juntamente com o mercado promoveriam uma [...] “homogeneização progressiva da riqueza e do desenvolvimento por meio do livre comércio e da completa liberdade de circulação dos capitais privados” (AZEVEDO, 2004, p. 26), reafirmando que a humanidade estaria vivendo em um “governo global, com uma paz perpétua e uma democracia plena”.

Porém o que Milton Santos analisava, gerando uma pertinente problematização, eram as questões: até que ponto este ideal vem sendo praticado? Os fatos, consequências sociais e econômicas do processo de Globalização são declarados realmente por essa concepção neoliberal? Como se tem refletido no

respostas às demandas feitas na arena política quando sindicatos e partidos políticos de massa se organizam e quando a economia transforma-se no chamado Capitalismo Organizado, a forma de hegemonia muda e a burguesia se engaja no que Gramsci chama de revolução passiva (BOTTFOMORE, 2001, p.177).

⁴ Procuramos fazer uma articulação do pensamento gramsciano e miltoniano, ao longo do trabalho, no que diz respeito ao conceito de intelectual.

próprio contexto social contemporâneo, a presença de tais ideais permanece incisivamente em um “mundo de ideias”, muito distante da realidade em que vivemos.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo geral apreender no pensamento de Milton Santos o significado de alguns conceitos, discutidos por ele, que auxiliam na compreensão histórica e política da realidade presente, bem como estabelecer relações com a Educação formal brasileira.

Tem-se como objetivos específicos, portanto:

- Investigar, no contexto histórico em que nasce o professor Milton Santos, possíveis contradições e influências sociais e educacionais;
- Analisar como se desenvolve a concepção de um professor militante de ideias *outsider*.

O estudo do pensamento de Milton Santos poderá se constituir em um elemento articulador na luta por uma transformação crítica da sociedade brasileira e em especial da educação formal presente neste meio social. Combatente das ideias neoliberais e da má distribuição das riquezas do mundo, é um intelectual que reconheceu os problemas sociais e considerava imprescindível o debate teórico e o enfrentamento, na ação, com vistas ao aprofundamento da crítica e à reelaboração de projetos democráticos aptos a incorporar a cidadania plena.

Milton Santos considerava que o embate ideológico não deveria fazer parte apenas de uma parcela da população, mas de todos aqueles que se encaram como compromissados com a realidade e que fundamentam sua existência nas ideias e nas práticas da igualdade social. Ao analisar a vida de Milton Santos, é possível identificar os elementos históricos, políticos e sociais que, a partir da Segunda República, influenciaram o seu desenvolvimento intelectual.

Durante a Segunda República, já no início do século XX, o Brasil passa por transformações históricas, políticas, sociais e econômicas relevantes. A educação, em razão de uma nova realidade brasileira advinda da necessidade da demanda de trabalhadores qualificados, mantém-se dentro de um ideal de que ela será a agente transformadora de toda a sociedade.

Há, neste período, uma intensa discussão sobre os métodos de ensino da época, culminando, em 1932, no manifesto dos pioneiros da educação nova⁵. E nesse contexto é importante salientar como se constituiu o desenvolvimento acadêmico de Milton Santos e muitas das dificuldades e influências por ele sofridas ao longo de sua obra.

Para manter o compromisso em desvelar as contradições, o movimento da história e análise crítica dos conceitos estudados, buscamos desenvolver esta pesquisa baseada nos pressupostos teóricos e metodológicos dos fundamentos do materialismo histórico e dialético (MARX, 1989, p. 29).

Em Teses sobre Feuerbach, exposta na obra Ideologia Alemã, Marx e Engels explicam as dificuldades da concepção materialista da realidade e dão indícios do que seria a concepção materialista histórica e dialética.

[...] O principal defeito de todo materialismo até aqui (incluindo o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente. Eis porque em oposição ao materialismo, o aspecto ativo foi desenvolvido de maneira abstrata pelo idealismo, que, naturalmente, desconhece a atividade real, sensível, como tal (MARX; ENGELS, 1977, p. 11).

É necessário, portanto, apreender a própria atividade humana como atividade objetiva, com categorias de análise como a ideologia, totalidade, contradição, mediação, entre outras, opondo-se a uma concepção linear, a-histórica, harmônica e idealista. Frigotto em “O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional” (2001) alerta para uma concepção que se caracteriza por uma postura, um método e uma práxis. Uma postura remeteria a uma filosofia, uma concepção de realidade, de mundo, antecedendo nesse sentido o método, “[...] funda-se na questão de que o pensamento, as ideias são o reflexo, no plano nervoso superior, das realidades e leis dos processos que se passam no mundo exterior” (FRIGOTTO, 2001, p. 42).

⁵ Manifesto realizado no Brasil, liderado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira sob a influência de intelectuais como Jean- Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, Friedrich Fröbel e John Dewey. Este manifesto torna-se uma divisão entre educadores conservadores e os progressistas que defendiam a escola nova. Contra as práticas pedagógicas antigas, tidas como tradicionais, priorizava uma educação que ampliasse o acesso de todos à escola, propondo que ela fosse pública, universal, obrigatória, gratuita e laica.

Com relação ao método nos remeteremos à menção que faz Frigotto (2001) a uma concepção de realidade, de mundo e de vida em seu conjunto, uma mediação entre o processo de apreender; revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fatos sociais. E, finalmente, mantendo um compromisso com a transformação, com a reflexão teórica, com o pensamento na ação de mudança, temos a práxis “[...] que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, na realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento [...]” (MARX, 1977, p.12).

A teoria e a ação intimamente interligadas fazem da práxis uma forma de reconhecimento do real, uma prática que transforma o que era anterior ao conhecimento histórico-social. Ao realizar o estudo de uma determinada realidade, é necessário ir além do fenômeno aparente, ir até a essência da problemática, para entender os fatos como eles são na realidade concreta, desvelando as possíveis contradições.

Em busca da essência dos fatos, reconhecemos neste trabalho a realidade distorcida, a realidade que muitas vezes não é de todo compreendida pela maioria da população por apresentar-se sutil e estrategicamente aliada aos interesses hegemônicos, com vistas à manutenção da sociedade dominante vigente.

Para isso, identificamos, no movimento do processo histórico de idas e vindas, de conquistas e perdas da população em geral, a presença de contradições, das posições contrárias que serão levadas em conta, já que a realidade é complexa e influenciada por múltiplas determinações. Retomamos como recurso para a investigação, a práxis, que possibilitará uma reflexão teórica sobre a realidade, mantendo um compromisso com a transformação da sociedade.

Dentro do pressuposto teórico adotado será essencial desvelar, portanto, a totalidade das relações de produção, que constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas. Este modo de produção da vida material influencia o processo de vida social, política e intelectual, fazendo com que a consciência dos homens tenha seu ápice em seu ser social, dentro das relações existentes na sociedade (MARX, 1989).

De acordo com a perspectiva materialista histórica e dialética, em certa etapa do desenvolvimento social, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, com as relações de

propriedade no seio das quais elas haviam se desenvolvido até então. A transformação que se produz na base econômica redimensiona em níveis diversos a superestrutura.

Ao considerarmos tais transformações, convém pensar que essa transformação material das condições econômicas de produção podem ser confundidas sob formas ideológicas. Assim, não podemos julgar o indivíduo pela ideia que faz de si mesmo, tampouco se pode julgar uma tal época de transformação pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção burguesas.

[...] são a última forma antagônica, do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver este antagonismo (MARX, 1989, p. 45).

De acordo com o pressuposto teórico desta pesquisa, foi necessário desenvolver uma análise do pensamento do professor Milton Santos, baseado em sua produção material. Realizamos o estudo de algumas obras de sua produção, da materialidade desenvolvida historicamente pelo intelectual para que ela fosse esclarecida priorizando os conceitos que foram estudados.

Procedeu-se, assim, a uma seleção das obras miltonianas⁶ daquilo que se observou como relevante para os conceitos trabalhados no presente estudo. Consideramos que a presente pesquisa teve seu término datado, tendo uma maior necessidade de especificar ainda mais o estudo. Tais obras foram usadas como instrumento auxiliar à dialética com o objetivo de compreender a contribuição do pensamento de Milton Santos.

Utilizamos também da análise de conteúdo de algumas entrevistas oficiais documentadas em periódicos⁷ e livros sobre a vida e obra do professor Milton Santos e o estudo mais detalhado das seguintes obras selecionadas:

⁶ Termo utilizado pela autora para referir-se à obra e/ou ao pensamento do professor Milton Santos.

⁷ As entrevistas se encontram gravadas em CD como anexo da dissertação.

- **“Por uma outra globalização”**, escrita em 2000, uma das obras mais conhecidas do professor Milton Santos. Nesse livro, Santos analisa a realidade como ela é, pungente, o papel da ideologia, a força e o poder da materialidade, a atual competitividade e o individualismo como marca predominantes na sociedade atual. Apresenta a imposição de uma política comandada por empresas, acarretando a falência de uma política estatal. Aborda as influências da Globalização para o desenvolvimento social.
- **“O espaço do Cidadão”**, obra publicada em 1987, que utilizamos para fazer um paralelo com a edição de 2002. Nela,, o professor Milton Santos analisa a realidade do cidadão, o espaço da alienação na sociedade, do indivíduo consumidor, o território e a cidadania, contribuindo para a discussão da redemocratização brasileira.
- **“Pensando o espaço do homem”**, uma obra editada pela primeira vez em 1982,. Usamos esta primeira edição e a edição do ano de 2007 para fazer uma comparação entre as publicações. O professor Milton Santos analisa, neste estudo, o conceito de espaço, o significado do espaço para o homem, a economia, a sociedade e o espaço, o que representa uma ditadura do mercado e como o mundo se torna o espaço global do Capital.
- **“Da Totalidade ao lugar”**, uma obra datada de 1996, em que aborda a formação social como teoria e método, os espaços da Globalização, o Estado-Nação como espaço e categorias como a Totalidade, Lugar e Espaço. Com um encaminhamento dialético, estabelece uma complexa interpretação da realidade do espaço.

Entretanto, apesar de terem sido selecionadas algumas obras específicas de Milton Santos para maior detalhamento, foram utilizadas também outras obras do próprio autor, bem como obras de autores que abordam e comentam as ideias do

pensamento miltoniano, utilizadas como fontes secundárias de análise, considerando sua importância para o esclarecimento dos conceitos estudados.

Para tanto, os conceitos do professor Milton Santos - “Espaço; Globalização; *Globalitarismo*, Pensamento Único, Cidadania, Experiência da escassez” - relacionados com a educação, serão, em sua dimensão histórica e política, auxiliares ao debate educacional no que diz respeito a sua efetiva transformação.

A pesquisa está estruturada por meio das articulações entre o levantamento e análise do contexto social, histórico em que se organizou a produção teórica, sobretudo dos últimos dez anos de vida do professor Milton Santos. Assim, tal encaminhamento possibilitará obter uma visão de conjunto; por isso a categoria da totalidade servirá como instrumento de explicitação, considerando a historicidade dos fatos sociais, para não incorrer na fragmentação de elementos essenciais.

Neste sentido, a compreensão do pensamento de Milton Santos, isolada do conjunto de relações sociais existentes na sociedade, irá desconsiderar o processo por meio do qual o ser humano, como ser social, produz a sua história, possui sua base na materialidade real, nas condições determinantes da sociedade e, por sua vez, condicionadas historicamente.

Para termos um ponto de partida para a pesquisa foi necessário realizar o Estado do Conhecimento⁸. Assim, consideramos Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado defendidas até o ano de 2007⁹ em virtude do término deste trabalho. O levantamento desses trabalhos foi elaborado tomando-se como referência a base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Entre os trabalhos de pesquisa que utilizavam o referencial teórico miltoniano, e em especial, pesquisaram o intelectual Milton Santos, há uma dissertação de mestrado em Geografia, que se refere ao conceito de região e tem

⁸ Consideramos o estado do conhecimento um instrumento importante para o trabalho do pesquisador, que permite a familiarização com outras pesquisas dentro do tema escolhido, dando-lhe mais segurança e menores problemas em enunciar o seu problema de pesquisa. Outro benefício para o desenvolvimento da pesquisa é oferecer aos pesquisadores um tema com os limites de outras pesquisas já realizadas, anunciando o quanto a sua proposta de pesquisa pode somar às demais pesquisas já produzidas (NASCIMENTO, 2006, p.142).

⁹ O trabalho do Estado do Conhecimento foi realizado até 2007, porém continuamos pesquisando e até o fechamento desta dissertação e não constou na base de dados da CAPES nenhum trabalho que estude o pensamento do professor Milton Santos na área da Educação.

como título **“Região: Leituras possíveis de Milton Santos”** de Thiago Macedo Alves de Brito, defendida em 2007, em que se desenvolve uma reflexão sobre o conceito de região, com base na obra do geógrafo Milton Santos, compreendendo o movimento que vai do universal ao particular.

O autor traz a crítica feita por Milton Santos sobre a importância de se recorrer, no movimento de totalização, inicialmente ao universal, para depois chegar à região, ao particular, na qual defende a dialética do global e do local, como também a totalidade das relações socioespaciais, sem desconsiderar o movimento relevante das particularidades do lugar ou da região.

O segundo trabalho levantado é a tese de Alice Maria de Araújo Ferreira, defendida em 2000, na área básica de Linguística, com o título **“Para um vocabulário fundamental da obra de Milton Santos”**. A autora aborda a semântica adotada na linguagem que expressa a teoria do intelectual, analisando, através de um modelo linguístico, em que se consideram questões específicas da temática utilizada: a vocabularização de um discurso científico; a realização de um vocabulário fundamental da obra de Milton Santos. Estabelece um modelo terminológico de análise, descrição e organização das informações no sentido de “poder 'representar' e 'formalizar' a teoria envolvida no discurso-texto”.

A partir dessas definições iniciais, pôde-se estabelecer a sequenciação deste trabalho. Organizaram-se três capítulos, por meio dos quais buscou-se realizar a análise da problemática sob as influências históricas, políticas e sociais, considerando as relações ideológicas, hegemônicas e as contradições existentes no período histórico selecionado.

No primeiro capítulo, intitulado **“Milton Santos: Da Formação familiar a Formação acadêmica”**, abordam-se sobre as influências que sofreu, a base determinante de sua visão de sociedade, educação, de homem e de mundo. Também se considera a formação familiar e formação acadêmica do estudioso, assim como também o desenvolvimento das ideias dos intelectuais no período de 1964, ressaltando Milton Santos como um intelectual a favor da intelectualidade. Trata ainda do conceito de Espaço, fundamental para se estabelecer relação com a Educação.

No segundo capítulo, **“O Intelectual e o compromisso político apartidário”**, considerou-se o levantamento crítico da produção teórica e do

conhecimento já existente sobre o desenvolvimento da formação e do pensamento de Milton Santos para a contribuição da compreensão do empírico. Tal levantamento utilizado auxiliou como ponto de partida para, posteriormente, estabelecerem-se as relações com o objeto da investigação.

Buscou-se abordar com fidelidade as ideias do autor, com o intuito de explicitar o seu posicionamento político apartidário, bem como as relações históricas, políticas e sociais do período de 1985 a 2001 e os conceitos “Globalização” e “Globalitarismo” na sua perspectiva..

No último capítulo, **“O pensamento global, relação com um projeto coletivo de educação”**, foi abordado o conceito de “Pensamento Único” e como a educação pode vir a contribuir para a construção de uma cidadania plena, através da ideia do professor como intelectual e a possibilidade do desenvolvimento de um pensamento global.

Neste capítulo trazemos a discussão sobre o conceito de “experiência da escassez” e como ele pode vir a ser uma possibilidade para a transformação social; delineando uma reflexão sobre o pensamento de Milton Santos e a educação. Os conceitos estudados foram apresentados em permanente articulação com as relações sociais, presentes no processo produtivo caracterizado pela Globalização, pelas mudanças no papel do Estado, pela reestruturação produtiva e suas determinações no contexto social.

Assim, a realidade social deflagrada pelo autor foi contemplada a fim de se perceber como a educação formal brasileira tem contribuído para legitimar as políticas educacionais circunscritas no ideário neoliberal e como ela poderá contrapor-se a essa ideologia.

[...] é um mundo da ideologia: se o mundo foi feito pelo discurso, tem que ser reconstruído pelo discurso. Isso talvez dê essa preeminência ao papel do intelectual. O mundo atual é movido pelo discurso; nosso trabalho é oferecer o contra-discurso [...] (SANTOS, 2000, p.127).

CAPÍTULO I

MILTON SANTOS: DA FORMAÇÃO FAMILIAR A FORMAÇÃO ACADÊMICA

Nascido na cidade de Brotas de Macaúba, na região da Chapada Diamantina, no interior da Bahia, no dia 3 de maio de 1926, o professor Milton de Almeida Santos, mais conhecido como Milton Santos, foi alfabetizado pelos próprios pais, professores primários. O antigo Curso Primário foi concluído em casa, aos oito anos de idade. Viveu em várias cidades do interior baiano, como Itapira e Alcoçaba, em função do deslocamento constante de seus pais, por questões profissionais.

Seus pais lhe ensinaram boas maneiras, álgebra e francês até completar a idade para ingressar no ginásio. Teve uma educação para o pensamento e ação e, diferentemente da maioria dos cidadãos negros nascidos no Brasil durante a República, não teve como prioridade uma educação servil.

[...] nasci no sertão, porque naquele tempo tinha que ir chegando devagar para a capital, nasci no sertão por acaso, porque estavam lá meus pais, ensinando em Brotas de Macaúbas. Aos oito anos terminei meu primário em casa, nunca segui uma escola primária. E, como para ir para o ginásio tinha de esperar dois anos, meus pais ficaram me ensinando álgebra, francês e boas maneiras. Aos dez anos fui ser aluno interno num colégio na capital da Bahia, naquele tempo havia talvez seis cidades que tinham ginásio em todo o Estado (SANTOS, 1998, p. 3).

Com uma educação que foi voltada para a liberdade de pensamento, sem características subservientes, se aproximou mais da liderança que da obediência, mesmo na sua infância, em meio a uma sociedade marcada pela diferença de classe e raça.

Revelou na obra “Território e Sociedade” (2000) que considerava a ida para Alcobaça seu primeiro exílio, por ter sido retirado muito novo da convivência com

seus familiares, mas considerava que, de alguma forma, utilizou tal experiência como parte do seu desenvolvimento autônomo.

[...] ao mesmo tempo em que fui obrigado a por uma meia nos pés, o que não sabia fazer, fui extraído da família. Era então um exílio. Acho que foi muito importante, me fez alguém menos prisioneiro da família, mas me deu a dimensão de isolamento, da solidão, da necessidade de organizar o presente e um pouquinho, pelo menos, o futuro (SANTOS, 2000, p. 74).

Para dar continuidade a seus estudos prestou exame para o ginásio e tornou-se aluno do tradicional Instituto Baiano de Ensino em Salvador, aos dez anos. Na Bahia só existiam ginásios em poucas localidades e, com muito esforço, seus pais o matricularam como interno neste colégio que era leigo, para onde iam judeus, espanhóis e uma “certa” classe média.

Ao ingressar no ginásio, ocasionalmente lecionava aulas de Geografia e Matemática na escola em que estudava. Mais adiante começou a ser remunerado por estas aulas. Quando terminou o quinto ano, foi fazer o curso complementar no colégio oficial, colégio da Bahia, onde dava aulas de Geografia além de ter alojamento e comida¹⁰.

Neto de professores primários e de escravos emancipados antes da Abolição da Escravatura, Milton Santos reuniu em família a possibilidade de ter uma educação para ser um homem que pudesse conversar com todas as pessoas e ser antes de mais nada um homem com o pensamento livre das amarras e convenções sociais.

São grandes as suas influências literárias, um repertório sugerido, inicialmente, por sua família que lhe instruía para que tivesse uma base em cultura geral. Lendo clássicos brasileiros, Milton Santos desenvolveu um pensamento voltado às necessidades históricas da população brasileira.

Sua teoria humana sobre a realidade brasileira é um marco derivado de suas leituras e seus estudos sobre estas obras clássicas. Começa, desde logo, a ter diferentes interesses de estudo, influências de professores e de pessoas com quem

¹⁰ Sobre a vida do professor Milton Santos no período escolar entre a família e seu início institucionalizado ver uma das fontes, a entrevista registrada no livro “Testamento Intelectual” (2004), concedida a Jesus de Paula Assis.

conviveu na juventude, com exemplos de intelectuais como Pedro Calmon e Otávio Mangabeira.

[...] eu fiquei em casa lendo o que eles (seus pais) me sugeriam ler, como Monteiro Lobato, que foi muito importante, e fui “aprendendo coisas”. [...] Então essa foi minha preparação para o ginásio e para a produção do indivíduo e cidadão. [...] meus pais insistiram muito em que eu lesse francês, me ensinaram gramática francesa, as boas maneiras, porque naquele tempo era uma boa escola, era um bom caminho para você vencer na vida, e toda a forma de educação moral e cívica, inclusive, junto com a leitura dos clássicos da literatura desde muito cedo. [...] Hoje, olhando para trás, eu imagino que esse rudimento de português histórico que aponta para o latim, álgebra, tudo isso, tenho a impressão que me ajudou na configuração do que seriam as bases de uma cultura geral (SANTOS, 2004, p. 45).

Declarava que teve grandes professores desde o ginásio, porque “[...] gente de grande valor que ensinava nas Faculdades de Medicina, de Direito, de Engenharia, também dava aulas no ginásio” (SANTOS, 1999, p. 6). Assim manteve o incentivo à leitura e ao pensamento como parte integrante e essencial ao longo de sua vida.

Milton Santos atuou no jornalismo estudantil e foi um dos criadores da Associação de Estudantes Secundaristas Brasileiros, criou e dirigiu dois jornais de escola, "O Farol" e "O Luzeiro", durante o curso secundário.

Santos reconhecia a importância dessa necessidade de viver, até certo ponto, autonomamente porque esta experiência tornou-se uma forma de “[...] desenraizamento e de instalação em outro meio” (SANTOS, 2000, p. 74), uma forma pela qual se consegue desenvolver um pensamento organizado para a sua sobrevivência futura.

Ao mencionar sua estada em Alcoçaba como seu primeiro exílio, faz menção sobre o seu segundo exílio, este sim, formal e obrigatório, não por suas condições sociais de vida, mas em virtude de suas ideias não serem bem aceitas ao ideal da Ditadura Militar brasileira durante a década de 1960¹¹.

¹¹ O exílio de intelectuais, muito comum na década de 1960, pela repressão de pensamento, será tratado neste Capítulo I, na seção “As mudanças estruturais do período de 1964 a 1985”.

A educação de Milton Santos não foi a de aprender a obedecer, mas sim foi a de “[...] me preparar para fazer parte dos que iam mandar” (SANTOS, 2000, p.76). As atividades que eram aconselhadas para a população em geral não eram acatadas por Santos, implicitamente, já que buscava a sua autoafirmação social de prestígio, como bacharel – homem de elite.

Na Faculdade de Direito, atuou na política estudantil, chegando a ser eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1948, formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia, mas nunca exerceu a profissão de fato, pois dedicaria sua carreira à Educação e à Geografia.

Em 1958, obteve seu título de Doutor em Geografia, na Universidade de Strasbourg (França), passando a ensinar na Universidade Católica de Salvador e, depois, na Universidade Federal da Bahia, na década de 1960. Foi correspondente do jornal "A Tarde", em Ilhéus, na década de 1960 e contribuiu para a "Folha de São Paulo", em São Paulo, na década de 1990.

Produziu uma obra numerosa e complexa. Em 53 anos de pesquisas, publicou uma verdadeira teoria geográfica sobre o espaço social, que apresenta diferentes fases e reflexões que necessitam, ainda, de muita pesquisa por sua notável relevância. Seus escritos demonstram sua criticidade com relação à realidade humana, com grande reconhecimento internacional devido ao seu engajamento e preocupação social.

Foi professor emérito da Universidade de São Paulo - USP, consultor da Organização das Nações Unidas - ONU e da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Em 1994, recebeu o Prêmio Vautrim Lud, considerado o "Nobel da Geografia", e continuou trabalhando ativamente até o fim de sua vida, sendo constantemente agraciado com inúmeras honrarias, títulos e medalhas. Suas obras e atividades de pesquisa foram decisivas para uma transformação nos estudos geográficos no Brasil, assim como para a análise das políticas vigentes na realidade brasileira.

Seu trabalho percorria dois caminhos básicos, desde o campo das reflexões filosóficas sobre a natureza do espaço geográfico, até trabalhos de natureza empírica, quando buscava a reconstrução intelectual do mundo a partir das experiências específicas, dando destaque à “categoria lugar”.

Por essas análises filosóficas do meio social, Santos é considerado um filósofo da Geografia, um cientista social, uma referência chave em conhecimento sobre o espaço e sobre as necessidades de humanização da sociedade.

Figura 1 - Milton Santos



Fonte: (Cleusa Aparecida da Silva), [s.d].

Contrário às teorias que exaltam uma Globalização excludente¹², chama a atenção para a importância dos intelectuais na discussão da sociedade moderna, e suas pesquisas voltadas para “o humano” possuem um interesse considerável sobre a compreensão das relações humanas dentro desse espaço social. Acreditava que o estudo da Geografia devia passar pela reelaboração de conceitos, métodos e, principalmente, pelo incentivo aos debates, discussões teóricas e a retomada dos autores clássicos que fundamentam a área.

¹² O conceito “Globalização” será trabalhado posteriormente no CAPÍTULO II na seção intitulada “A Globalização e o “Globalitarismo” – Contrapontos

Milton Santos, como já mencionado, teve contato com a produção de diferentes intelectuais que notadamente influenciaram a sua formação intelectual ao longo de sua obra. Quando perguntado sobre os pensadores considerados relevantes à sua formação teórica, respondeu:

[...] primeiro os clássicos, que aprendi no ginásio: Aristóteles, Platão, Leibnitz, Whitehead. É evidente que Marx teve um papel destacado. E também Henri Lefèbvre, embora eu o considere mais fácil do que Sartre e, por conseguinte menos provocativo (SANTOS, 1999, p. 2).

Sobre os intelectuais que pensam a condição no Brasil, relata que “não poderia deixar de mencionar Josué Castro, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr” (SANTOS, 1999, p. 2). Durante o documentário realizado em 2006 “O mundo global visto do lado de cá” respondeu o porquê pela opção do estudo da Geografia e esclareceu, em sua declaração, um posicionamento com o compromisso do desvelamento da contradição, o fascínio pelo movimento, a história do presente e a influência que Marx teve em suas análises.

[...] acho que foi a opção pelo movimento, o fato de eu ter quando garoto me impressionado com as populações que mudavam de lugar, que se transportavam de um lugar para o outro, talvez isso tenha me dado uma dimensão da disciplina. E o meu gosto pela história, sobretudo pela história do presente me levou também a valorizar todo o processo contraditório, de modo que não sendo um marxista ortodoxo, eu tenho medo disso, eu tenho medo dos marxistas ortodoxos, eu creio que toda doutrina que não se busca renovar, ela corre o risco de se tornar uma religião, um dogma, por conseguinte te emburrecer e não de esclarecer desse modo eu me considero *um marxista, se quiser, um “marxizante”*, (grifo nosso) ainda hoje, sobretudo hoje, porque com a globalização o que sobrou do socialismo fundado em realidades profundas como no caso da China, por exemplo, e o mundo ocidental que nós aprendemos mais a conhecer, a analisar e a interpretar se tornou todo ele capitalista então se tudo se torna capitalista, obrigatoriamente a contradição se instala.

Como estudioso das transformações reais, a postura do professor Milton Santos se revela permanente a favor da cidadania e da ética extrapolando as discussões apenas acadêmicas. Tendo por base em suas discussões a história e a

política, fica claro em sua educação inicial os subsídios essenciais para uma formação crítica e autônoma, que representa uma exceção dentro de uma sociedade capitalista, considerando que sua família não era parte integrante da elite de sua época.

Essa educação, enquanto “[...] instrumento de disseminação de um saber mais abrangente, entra em contradição com a sociedade capitalista” (CURY, 1987, p. 71). Este saber poderá até ser incorporado pelas classes subalternas, entretanto, não será privilegiado de forma intencional e sistematizada, mas sim de forma isolada e em grande parte direcionada à responsabilidade do indivíduo.

Como de fato ocorreu na vida estudantil inicial de Milton Santos, fugindo às regras impostas por uma sociedade excludente, desenvolveu um pensamento que foi responsável pela renovação nos estudos sobre a realidade social, bem como em um conhecimento que se desenvolva mais humano para todos.

1.1 Relações históricas, políticas e sociais do período anterior a 1964.

No Brasil, o período que antecedeu o ano de 1964 não se isentava dos embates políticos, dos confrontos de ideias entre correntes divergentes. Tomamos por base neste trabalho o tempo histórico em que Milton Santos nasceu, a década de 20, destacando a crise de 1929 como um fato relevante e de profundas transformações históricas, políticas e sociais.

O mundo em 1929 sofreu influência de movimentos europeus, culminando com uma grande crise econômica. A quebra da Bolsa de Valores de Nova York afetava a economia mundial. Ou seja, Milton Santos, nascido em 1926, já vivia, ainda quando criança e bem distante de suas análises mais profundas, um mundo contraditório e conflituoso com marcas de movimentos migratórios em busca da sobrevivência.

O Brasil, nesse período, começava a investir no mercado interno e na produção industrial. A crise do modelo agrário cedia espaço à burguesia urbano-industrial, definindo mudanças no poder estatal, tanto no espaço político quanto na sociedade civil. Com essa nova realidade brasileira, a exigência por mão de obra

especializada aumentava significativamente e foi preciso investir em Educação, porém o objetivo era o investimento em Educação profissionalizante.

O Estado Novo desenvolvia uma política educacional que não se limitava à simples legislação, e sua implantação teve como objetivo transformar o sistema educacional em um meio auxiliar mais elaborado de manipulação das classes menos favorecidas.

Sendo assim, na década de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, quando o governo provisório sancionou decretos sobre a organização do ensino secundário e as universidades brasileiras, ainda inexistentes. Estes decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos", efetivado por intermédio do Ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos.

A reforma de 1931 marcou o início do processo de centralização do governo federal em relação à educação, já que não existia uma política nacional que submetesse os sistemas estaduais ao Estado. Nesse período histórico, as escolas profissionalizantes visavam à mudança ocorrida na infraestrutura econômica e a diversidade de produção presentes na sociedade.

As escolas profissionalizantes eram pensadas para as classes menos favorecidas financeiramente, e o trabalho estava voltado, especialmente, para os vários ramos da indústria que exigia maior qualificação e diversificação da força de trabalho. Consagrava-se a reforma comandada pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema, conhecida como "Reforma Capanema" como modelo de educação idealizada por Francisco Campos e reafirmada nos princípios da Constituição de 1937, com relação à dualidade do sistema de ensino brasileiro.

De acordo com Saviani, devido aos decretos baixados por Francisco Campos, notou-se um evidente interesse do governo em "[...] tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central" (SAVIANI, 2007, p.196).

Por intermédio de uma ideologia de ajuda, esta concepção de educação voltada para a qualificação ao mercado de trabalho era pensada para a classe menos favorecida economicamente em que era disseminada uma forma compensatória de educação. Como uma grande oportunidade educacional oferecida pelas escolas técnicas em forma de prêmio, pois dá a entender que seria a única via

pela qual a classe operária poderia percorrer para não cair na marginalidade. A classe mais abastada era encaminhada aos cursos propedêuticos, para alcançar uma formação superior.

O sistema educacional do período que se refere ao Estado Novo reproduzia nessa dualidade a dicotomia da estrutura de classes capitalista. Reforçava, assim, a sociedade dividida em classes e a presença de um sistema educacional dual¹³ pensado para estas diferentes classes.

No Brasil, o populismo começava a ser gestado após a Revolução de 1930 e constituía em uma derivação do regime autoritário criado por Getúlio Vargas. O populismo, nesse contexto, seria a forma de manifestação das insatisfações da massa popular urbana e, ao mesmo tempo, o seu reconhecimento e sua manipulação pelo Estado. Segundo a visão da camada dirigente, o populismo seria a forma assumida pelo Estado para dar conta dos anseios populares e conseguir, simultaneamente, elaborar mecanismos para o seu domínio (FAUSTO, 1989).

Por volta do ano de 1940, o Estado Novo já havia se consolidado, e em palavras proferidas por Basbaum temos a ideia da realidade conturbada que marcou esse período.

[...] O mundo se encontrava estarecido e perplexo. Mas Getúlio estava eufórico. [...] a França, o berço da nossa cultura, agonizava, pronunciava Getúlio seu célebre discurso — era dia de festa nacional — em que aderiu francamente aos vencedores: "Sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio"... Uma nova era começava. Tornava-se necessário "remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis [...]" (BASBAUM, 1976, p.115).

A Segunda República, que se estende de 1945 até o golpe militar de 1964, caracterizava-se pela consolidação do populismo nacionalista. Movimento presente em vários países latino-americanos no pós-guerra definiu-se, também, por uma certa incorporação das massas populares ao processo político, sob controle e direção do Estado; entretanto, a intervenção estatal na economia com o objetivo de promover a industrialização criava vínculos de dependência entre a burguesia e o Estado.

¹³ Retomaremos esta discussão da escola dual no capítulo III, na seção intitulada "Milton Santos: Educação e cidadania dentro do contexto do mundo do trabalho"

Dentro dessa conjuntura histórica, Milton Santos esclareceu como sua atividade intelectual foi desenvolvida, no final dos anos 50 e início dos anos 60, como meio de levá-lo ao pensamento crítico.

[...] Na minha geração havia uma vontade de cultura. Ser cultivado fazia parte da vida, embora com deficiências que eu percebo até hoje, porque a parte artística foi menos desenvolvida. Éramos educados no culto dos intelectuais: Castro Alves, Rui Barbosa... Dos vivos, tínhamos Gilberto Freyre, que admirávamos também pela métrica. E tentávamos imitar a métrica de Gilberto Freyre e de Jorge Amado. [...] Sem contar Machado de Assis e o obrigatório Eça de Queirós, que nós líamos e comentávamos. E havia essa crença de que a cultura era um meio de se ir para frente (SANTOS, 2000, p. 88).

Ao fazer parte de uma pequena intelectualidade no Brasil, Milton Santos terminou a Faculdade de Direito e ao longo do período universitário revelou ter se aproximado das ideias da esquerda brasileira.

[...] Chego à faculdade em 1944, em plena abertura para a democracia. [...] Esse pano de fundo é importante para entender porque a minha ida para a esquerda foi lenta e intelectual, não foi resultado de uma militância, foi resultado de um aprendizado, é parte de uma redescoberta do mundo que eu fiz na Europa (SANTOS, 2000, p. 80-81).

Enquanto estudante cria um partido, o Partido Estudantil Popular (PEP), depois até candidatou-se a vereador em Salvador e não foi eleito “[...] participei de vários partidos ligados ao jornal ou por ingerência do jornal. Fui candidato a vereador” (SANTOS, 2000, p.87). Em suas reflexões analisou esta experiência como positiva, pois, apesar da derrota e da frustração do momento, mais adiante irá rever suas passagens políticas partidárias e posicionar-se de maneira *outsider*¹⁴ como ele mesmo se intitulava.

Nesse período, a educação sofre uma forte influência positivista, adotando a busca pela praticidade, tarefas inspiradas no modelo empresarial, consequência de

¹⁴ Trataremos desse posicionamento “*outsider*” (sem partido) mencionado por Santos, durante a introdução do capítulo II “MILTON SANTOS: O INTELECTUAL E O COMPROMISSO POLÍTICO APARTIDÁRIO”

todo este processo de transformação dos moldes estritamente agrários para o industrial.

[...] A educação corrente e formal, simplificadora das realidades do mundo, subordinada à lógica dos negócios, subserviente às noções de sucesso, ensina um humanismo sem coragem, mais destinado a ser um corpo de doutrina independente do mundo real que nos cerca, condenado a ser um humanismo silente, ultrapassado, incapaz de atingir uma visão sintética das coisas que existem, quando o humanismo verdadeiro tem de ser constantemente renovado, para não ser conformista e poder dar resposta às aspirações efetivas da sociedade, necessárias ao trabalho permanente de recomposição do homem livre, para que ele se ponha à altura do seu tempo histórico (SANTOS, 1987, p. 142).

Para Milton Santos, a educação não deve compactuar com a lógica do mercado, do processo industrial, mas sim proporcionar a emancipação do indivíduo, para encontrar canais de expressão sem subjugar a comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos, que atropelam os esforços de entendimento abrangente da realidade (SANTOS, 2002).

Com a expansão da indústria entre 1955 e 1959, rapidamente os lucros nas empresas cresciam, para Juscelino Kubitschek e os ideólogos do desenvolvimentismo, as profundas desigualdades do país só seriam superadas com o predomínio da indústria sobre a agricultura.

O governo de Juscelino Kubitschek (JK) desenvolveu uma política que visava baratear o custo da mão de obra e das matérias primas subsidiando a implantação de novas fábricas o que facilitava a entrada de capitais estrangeiros. Há isenção de impostos para importações de máquinas, equipamentos e todo capital estrangeiro que aqui se estabeleceu, desde que fosse em associação com o capital nacional, financiamento e ampliação da indústria pesada, investindo na construção de siderúrgicas e hidrelétricas, ampliação da capacidade produtiva da Petrobrás, abrindo novas estradas e levantando a famosa cidade planejada, Brasília.

Houve nesse período uma grande abertura econômica ao capital estrangeiro. A instalação de empresas transnacionais, o envio dos lucros dessas empresas ao exterior e os vários empréstimos contraídos junto a instituições estrangeiras deixaram o país com dívidas e numa séria crise financeira.

No final do Governo JK, os principais ramos das indústrias já eram controlados pelo capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que a inflação crescia rapidamente. Cresciam as dificuldades populares, advindas da inflação, firmando-se o aumento da dependência econômica do país em relação aos Estados Unidos.

1.2 As mudanças estruturais do período de 1964 a 1985.

As transformações de governo, nesse período, merecem destaque, pois foi quando teve início o período histórico liderado pelo regime militar. A Ditadura Militar no Brasil perdurou teoricamente do ano de 1964 a 1985; todavia seus resquícios se mantiveram em posicionamentos autoritários e castradores da liberdade social.

Imperou, nesse período ditatorial, a falta de democracia, a supressão de direitos constitucionais, a censura, a perseguição política e a repressão, até a tortura mortal daqueles que se declaravam contra o regime.

Tivemos muitas influências no âmbito educacional advindas da Ditadura Militar, por meio de reformas educacionais como, por exemplo, a extinção da antiga carreira (profissionais liberais) e criação da atual categoria dos professores do ensino básico.

Esse processo foi acompanhado do rebaixamento das condições econômicas, bem como da formação acadêmica dos professores, combinação que vem se constituindo em um dos principais problemas da escola pública. As dificuldades financeiras cada vez maiores, aliadas à expansão quantitativa das antigas escolas públicas de 1º e 2º graus, levaram a categoria a transformar as suas associações profissionais, até então sem um caráter reivindicativo, mas especialmente recreativo, em verdadeiros sindicatos que passaram a formular e organizar a luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Greves de professores, a partir do fim da década de 1970, em quase todos os estados da Federação, representaram um movimento que acabou mobilizando a sociedade, e faz com que a categoria assuma um papel distinto daquele que a marcava: a imagem da profissão associada à abnegação e ao sacerdócio.

Do ponto de vista político, as greves, como expressão da democracia participativa da categoria dos professores, representaram, naquele contexto, um instrumento de conquista das liberdades democráticas, porque possibilitaram questionar de forma concreta o Estado ditatorial imposto em 1964.

Ao longo da década de 1980, houve um agravamento da crise econômica nacional, as greves dos professores não conseguiram obter dos governos estaduais e municipais uma política salarial condizente com o seu exercício profissional. Assim, a nova composição social da categoria dos professores que emergiu da política de expansão quantitativa da escola pública, após 1971 e a consequente luta sindical por melhores condições de vida e trabalho foram a mais evidente materialização das profundas mudanças que a educação havia sofrido. (FERREIRA JR, BITTAR, 2006, s/p).

Nesse período histórico existia uma grande dificuldade de expressão de ideias e mudanças sociais, e aqueles que contrariavam essa "ordem" eram perseguidos, demitidos de seus cargos, presos, torturados, perdendo seus direitos civis e exilados do país. Por sua atuação política, Milton Santos fora convidado para participar ativamente de debates e de governos já no início da década de 1960. Combinava as atividades de redator do jornal "A Tarde", de Salvador, e a de professor universitário, defendendo posições nacionalistas.

[...] em 1964 eu estava no governo do estado da Bahia. O governador era o Lomanto Júnior, que foi meu colega de juventude. Havia dois ou três conselheiros de esquerda do governador e fomos todos presos juntos pelo tipo de participação política que tínhamos no governo. Meus conselheiros, que eram do Partido Comunista, e eu passamos uma temporada na prisão. Aí adoeci, fui para o hospital, para a prisão domiciliar meus amigos franceses me nomearam professor e pude sair no fim de 1964 (SANTOS, 2000, p. 88).

Em 1964, por ocasião do golpe de estado implementado pelos militares, o professor Milton Santos foi destituído do cargo de Secretário de Estado da Bahia e demitido do cargo de professor da Universidade Federal da Bahia. Preso em Salvador, somente foi solto por apresentar problemas cardíacos. Esses fatos propulsionaram a sua caminhada acadêmica no exterior.

Exilado na Europa, é convidado a lecionar em Universidades como as de Toulouse (1964-1967), de Bourdeaux (1967-1968) e de Paris (1968-1971). Durante esses anos realizou estudos sobre a geografia urbana dos países com menor poder financeiro, mantendo o Brasil como ponto de estudo principal.

[...] Quando veio o que as pessoas chamam de exílio propriamente dito, que coincide com o ambiente da história brasileira de 1964, foi uma experiência penosa, mas muito menos para mim do que para outros brasileiros, muitos dos quais estavam sempre chorando que eram exilados. Foi também isso, mas essa não era, para mim, a dimensão central (SANTOS, 2000, p. 74).

Ao compreender o momento conflituoso em que vivia, durante a década de 1970, pode desenvolver um período intelectualmente bastante fértil e, vivendo de maneira itinerante, atuou como professor convidado trabalhando em centros¹⁵ universitários como

- *da América do Norte* (Cambridge - 1971-1972 e Columbia University, Canadá, University of Toronto - 1972-1973; Estados Unidos, Massachusetts Institute of Technology (MIT), como professor e pesquisador nos Estados Unidos, em 1977;
- *da América Latina* (Peru, Universidad Politécnica de Lima - 1973; Venezuela, Universidad Central de Caracas - 1975-1976);
- *da África* (Tanzânia, University of Dar-es-Salaam - 1974-1976).

Milton Santos atuou como consultor e professor assistente e realizou trabalhos esporádicos até que, em 1984, conseguiu o posto de professor titular na Universidade de São Paulo (USP).

Seu retorno ao Brasil decorreu do fato de que sua esposa, Marie Hélène Santos, estava grávida, e Milton queria que seu segundo filho, Rafael dos Santos, nascesse baiano, como seu primogênito, o economista Milton Santos Filho (falecido

¹⁵ De acordo com o banco de dados da Folha de São Paulo, jun. de 2001.

algum tempo antes de seu pai). Milton Santos, quando retornou ao Brasil, relatou as dificuldades encontradas ao fim da Ditadura Militar, em 1977.

[...] Pareciam-me naturais e típicos da comunidade acadêmica os obstáculos e resistências encontrados, na Geografia e fora dela, quando de meu regresso ao país em 1977. Na realidade, já havia me acostumado a enfrentar tais dificuldades, normas para quem se propõe uma trajetória independente e uma posição crítica frente a idéias estabelecidas (SANTOS, 2004, p.130).

Ainda vivendo sob a forma ditatorial, trabalhou entre 1978 a 1982 como professor visitante na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP. Atuou também como professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, onde permaneceu até 1983.

Em 1983, começou um novo trabalho na Instituição de Ensino e Pesquisa: o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde organizou congressos, ministrou aulas na graduação e na pós-graduação e desenvolveu pesquisas.

[...] A recepção que foi dada às minhas proposições em certos círculos hegemônicos do pensamento social brasileiro deu-me, porém a medida da maneira como a vida intelectual aqui se organizara, predispondo-me ao entendimento das dificuldades que me esperavam e do preço a pagar para superá-las (SANTOS, 2004, p.130).

A liberdade de opinião de Milton Santos volta ao Brasil, com novas influências teóricas e norteando diferentes conceitos que, posteriormente, iriam auxiliar a evolução da Geografia e de outras disciplinas de conhecimento que se preocupam como o rigor das ideias bem elaboradas e com a transformação social. Trouxe consigo a força para incomodar e a “intolerância do *establishment*¹⁶ contra os transgressores e invasores” (SANTOS, 2004, p.130).

¹⁶ Palavra inglesa que é referente à ideologia, economia e política que constitui uma sociedade, um grupo enquanto classe ou um Estado. Designa uma elite social, econômica e política que exerce forte controle sobre o conjunto da sociedade, funcionando como a base dos poderes estabelecidos em detrimento da maioria da população.

1.3 O desenvolvimento dos intelectuais – o retorno de reclusões e exílios.

Após a derrota da ditadura, em 1985, e a promulgação da Constituição de 1988, a sociedade brasileira conquistou liberdades políticas, mas, ao mesmo tempo, não foi capaz de compatibilizar essas mesmas liberdades com uma política macroeconômica que se pautasse pela distribuição de renda, persistindo as desigualdades sociais.

No período ditatorial em que a opinião advinda da coletividade que vislumbrava uma transformação social era expressamente negada, ocorre, a partir especialmente da década de 1980, uma certa liberdade de expressão. Entretanto, há ainda uma gestão de Estado capitalista que reforça os parâmetros do mercado no contexto da educação.

A educação como contraposição, além de proporcionar uma interpretação crítica da realidade, tem como papel fundamental a articulação da formação de intelectuais, responsáveis pela organização política e teórica, para efetivar ações coletivas, na perspectiva da emancipação humana.

Para a formação desse intelectual, no sentido gramsciano, é fundamental para que a escola cumpra qualitativamente seu papel na “[...] transmissão-assimilação do saber sistematizado” (SAVIANI, 2002, p. 25) o que, segundo o mesmo autor, é essencial à humanização.

Sabendo que essa transmissão-assimilação sem a devida consistência não basta dentro do momento histórico em que vivemos, é fundamental que os educadores extrapolem sua ação político-pedagógica da sala de aula. É preciso explorar a contradição e a possibilidade de transformação da escola aliando-se a um projeto de coletividade e a outros espaços coletivos e comprometidos como movimentos sociais organizados.

Para garantir a dominação econômica há a necessidade de existir uma dominação político-ideológica representada pelo Estado, enquanto favorecedor das classes dominantes. Assim, a educação em uma perspectiva crítica, visando à

formação intelectual do ser humano, ajudará no acesso ao conhecimento e à sua reelaboração com vistas a uma sociedade mais justa.

“Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais, [...] a escola é um instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 1989, p. 40). A educação que pretende atender os trabalhadores requer a compreensão deste processo de subordinação à lógica do mercado, para a devida superação desse modelo tecnicista de profissional que executa tarefas parciais, atribuído ao professor. Um professor que, além de intelectualizado, seja engajado politicamente e que tenha compreensão dos processos de formação humana em suas articulações com a vida social e produtiva.

[...] é preciso conceber o homem como uma série de relações ativas um processo em que, se a individualidade tem a sua máxima importância, não é, porém, o único elemento a considerar. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta por diversos elementos: 1) indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas, o 2º e o 3º elementos não são assim tão simples como poderiam parecer (GRAMSCI, 1989, p. 48-49).

Ainda segundo Gramsci, o indivíduo entra em relação com outros homens organicamente, enquanto é parte de organismos, considerando dos mais simples aos mais complexos. Essa relação estabelecida entre o homem e a natureza não se desenvolve de forma mecânica, mas sim consciente e ativa.

Em artigo intitulado “Intelectual anônimo” (2001), Milton Santos disserta sobre o posicionamento do intelectual.

[...] A atividade intelectual jamais é cômoda e a exigência de inconformismo, que a acompanha, faz com que a sociedade reconheça os seus portadores como porta-vozes das suas mais profundas aspirações e como arautos do futuro. Por definição, vida intelectual e recusa a assumir ideias não combinam. Esse, aliás, é um traço distintivo entre os verdadeiros intelectuais e aqueles letrados que não precisam, não podem ou não querem mostrar à luz do dia, o que pensam (SANTOS, 2001, p. 4)

Milton Santos considerava que todo intelectual incomodaria, por mostrar opiniões e propostas de mudança, e que esse deveria ser o papel daquele que visava romper com o inconformismo. Lembra-nos do papel diferenciado das universidades, com relações a outras instituições, como um meio de discussão, debate e enfrentamento de ideias, local de crescimento e de fato produção de conhecimento.

[...] O intelectual verdadeiro é o homem que procura, incansavelmente, a verdade, mas não apenas para festejar intimamente, dizê-la, escrevê-la e sustentá-la publicamente. É um fato conhecido que, em épocas de obscuridade, os mandões do momento o proibam ou o inibam de fazê-lo, gerando como consequência a listagem aqueles que se tornam mártires do seu próprio pensamento [...] e dos que não renunciam o poder da verdade, ainda que deixando de pronunciá-la quando retornam os regimes de liberdade. Mas é isso mesmo o que distinguiu a universidade das outras instituições (SANTOS, 2001, p. 5)

Podemos definir dentro desse papel destinado à instituição universidade, o desenvolvimento de pesquisa séria, organizada, rigorosa, porém voltada não somente para a publicação incansável, mas como um recurso de análise e proposições que cheguem à sociedade civil como mudanças qualitativas. Ou seja, um alerta para a pressão e o incentivo acelerado para as pesquisas com uma dimensão pragmatista sem um retorno efetivo para a sociedade.

Relatava, nesse sentido, como as editoras, enquanto indústrias em torno do lucro, acabam por impor uma cultura única e

“[...] em detrimento da qualidade das obras e ao elogio da banalidade, com a fabricação de ‘Best Sellers’ de retorno garantido e, também, com a síndrome do ‘show business’ que agora acompanha as atividades intelectuais, ameaçando-as de prostituição desde a origem.” (SANTOS, 1999, p. 26)

Ao citar como exemplo a indústria editorial que, por estar cada vez mais ligada à venda e ao lucro, auxilia para a redução da condição do pensamento do intelectual, do desenvolvimento de uma opção pelo pensamento crítico. A

universidade burocratizada, amarrada com a produtividade e a eficácia, esquece de seus intelectuais e sua função transformadora.

[...] observadores da universidade, no passado e no presente, temem por seu destino atual, já que são raras as manifestações de protesto oriundas de suas práticas, deixando, às vezes, a impressão que a academia pode preferir a situação de mera testemunha da história, em lugar de assumir um papel de guia em busca de melhores condições para a sociedade (SANTOS, 2001, p. 6).

Ao longo do artigo “A vontade de abrangência” (1999), Milton Santos analisava que “[...] é cada vez mais árduo o trabalho do intelectual que tenta se manter, ao mesmo tempo íntegro e público”. É necessário ter coerência e clareza da função mobilizadora da intelectualidade a ponto de não se render aos encantos do mercado fetichizado¹⁷. As dificuldades são numerosas “[...] obrigando a um permanente estado de alerta para obedecer, ao mesmo tempo, ao imperativo da crítica da história e ao da sua própria autocrítica como seu intérprete” (SANTOS, 1999, p. 26).

Diante dos objetivos lucrativos das indústrias e de um contexto capitalista de produção “[...] o intelectual trabalha sobre o fio da navalha, já que aos jovens se torna difícil ser autêntico, e os intelectuais estabelecidos, frequentemente atraídos por prementes solicitações para aparecer, estão sob a mesma ameaça” (SANTOS, 1999, p. 26).

Ceder aos domínios do mercado ou recuperar a boa crítica? Ser imune de favorecimentos e agraciamentos instantâneos, deixando de lado a tarefa de marcar pontos, ser produtivo? Uma difícil decisão, mas que é necessária ser tomada, em prol da genuína intelectualidade, aquela que ferve e que idealiza novos caminhos.

¹⁷ Recorremos ao termo *fetichizado* em Marx que considerava como uma “coisificação societal” considerando as contradições entre as relações sociais e de produção no sistema capitalista. Esta “coisificação” é um fetiche que atinge além das relações sociais e de produção a apropriação do conhecimento. (MARX, 1989, p.72). Milton Santos utiliza a categoria “fetichismo” em sua obra de forma recorrente e a dimensiona como a frequente desumanização do homem em frente a suas diferentes atuações dentro da sociedade contemporânea, às ilusões criadas pela sociedade capitalista de produção.

[...] É normal que os produtores de idéias aspirem a que o seu trabalho seja conhecido: é a forma pela qual podem, ao mesmo tempo, influenciar a evolução da sociedade e obter aquele reconhecimento indispensável à continuação da sua tarefa. O perigo é que o mundo do marketing, sob diferentes disfarces, e a vontade, escancarada ou secreta, de ser um intelectual “bem-sucedido” levem à confusão entre o exercício do papel de intelectual e o mero desempenho como um ator de Vaudeville (SANTOS, 1999, p. 29)

Milton Santos fez referência aos intelectuais como atores de Vaudeville, gênero de entretenimento de variedades predominantes nos Estados Unidos, Canadá e França no século XVIII desenvolvendo teatros, concertos, apresentações de cantores populares, comediantes, animais treinados, mágicos, entre outros.

Entretanto, na perspectiva miltoniana, o intelectual deveria ir a público, não com o intuito de demonstrar seus conhecimentos, mas com a função definida de propor novas possibilidades, de esclarecer e contestar. Vai a público não pelo fato de gostar da oratória, mas sim pela necessidade que se tem de fazer uso da palavra para dar significado ao seu trabalho.

1.4 Espaço e Educação.

As pesquisas de Milton Santos corresponderiam às bases da construção de uma teoria social crítica e propunham uma definição de espaço sobre a qual se pudesse construir uma análise coerente e então formular problemas e visualizar conceitos. Ao longo do livro “O espaço do cidadão” (2002), Santos compôs uma análise sobre a interpretação do espaço e a reformulação desse conceito.

Reiterava que a constituição do espaço se dava de maneira histórica e contextualizada, dentro de um processo com idas e vindas proporcionadas pelo movimento das ideias, de posicionamentos, pela contradição e pela hegemonia dominante.

[...] Pensamos, antes de tudo, que o espaço não é uma estrutura de aceitação, de enquadramento ou coisa que o valha, mas uma

estrutura social como as outras. Consideramos que o valor do homem, assim como o do Capital em todas as suas formas, depende de sua localização no espaço (SANTOS, 2002, p. 82).

Este espaço, portanto, definiria este homem, enquanto constituinte dessa sociedade, e em que medida ele poderia efetivamente participar do processo decisório pelo qual giram em torno de interesses de classe. Milton Santos apresentava perspectivas relacionadas à ação espacial e social e propostas de mudanças para as ciências sociais.

Santos destacava a categoria trabalho¹⁸, em um primeiro momento, como a “essência concreta do espaço” (SANTOS, 1985) por considerar ser um espaço produzido materialmente e ressaltava o tempo, a historicidade, como meio implícito na ação do trabalho.

O espaço era denominado para Santos como “esquizespaço”, conceito advindo da palavra esquizofrenia por considerar este espaço caótico e calcado por ideologias apresentando uma intensificação das desigualdades sociais. As relações entre o espaço e a educação se apresentavam como um sistema de ideias que se configuram por meio de uma única cultura mundial. Assim, nessa perspectiva, até mesmo a escolha nacional do líder nacional estaria comprometida pelos interesses internacionais.

Mas antes de esboçarmos esse pensamento, é necessário fazer lembrar uma das concepções de Estado que hoje influencia fortemente a sociedade e que Santos já considerava como definidora de uma realidade injusta para a maioria da população e que direciona, especificamente, o nosso objeto de estudo num plano maior, a educação.

[...] Quando se fala de difusão espacial da economia e de seus resultados, muitos imaginam que se trata exclusivamente de desconcentrar os investimentos em função de uma nova estrutura política. Em cada período, o Estado realiza um objetivo e possui uma função própria (SANTOS, 2007, p. 86).

¹⁸ Retomaremos o conceito de trabalho na seção “Milton Santos: Educação e cidadania dentro do contexto do mundo do trabalho” ao longo do Capítulo III.

Dentro da concepção de Estado Neoliberal em que historicamente estamos vivendo contemporaneamente, é bastante difundida e praticada a função de regulação do capital e do trabalho destinadas ao mercado. Ao considerar a educação como parte dessa política pública do Estado, temos uma impossibilidade de efetivar no meio educacional uma proposta que seja isenta dos conflitos históricos, políticos e econômicos em que as sociedades vivem.

Esse Estado Mínimo, que não se apresenta fraco em decisões cruciais, descentraliza o seu poder no que diz respeito aos investimentos financeiros em questões sociais. Mascara-se a crise do capital e assume-se um discurso de que, se o Estado custeia e gerencia as ações das políticas públicas, poderá agir como inibidores da liberdade e individualidade contra o benefício de todos.

Tem-se nesse discurso uma visão de que os seres humanos possuem a liberdade e a individualidade para desenvolver suas ações e só não o fazem porque não o querem. Entretanto, na interpretação desse discurso, é esquecida a falta de condições materiais que estes mesmos indivíduos possuem para agirem por seu livre arbítrio e direcionarem-se a condições de vida mais humanas. A morosidade burocrática e de visão social dificultam ações efetivas nos campos das políticas como um meio de transformação social.

Nessa ótica, Santos enfatizava que as questões geográficas, espaciais, seriam, indubitavelmente, relacionadas às condições sociais e que haveria problemas dialéticos no que diz respeito à relação entre as classes, “[...] a diversidade (enorme) de situações espaciais de classe também constitui um problema” (SANTOS, 2002, p. 82).

No livro “A Educação como política pública” (AZEVEDO, 2004) há a consideração de que nessa concepção de Estado o tratamento dedicado aos Sistemas de Educação públicos deve ser dividido com o setor privado, um meio de “[...] estimular a competição e o aquecimento no mercado”.

Assim, as famílias teriam a oportunidade de exercer o direito de escolha, do tipo de educação esperada para seus filhos. Analisamos, nesse modelo voltado para a educação, um verdadeiro “supermercado educacional”. Quem pode comprar paga pelos melhores espaços de ensino e quem não pode fica com as “ofertas” menos custosas, que nem sempre proporcionam uma formação humana consistente.

Há até de se pensar sobre a suposta qualidade das instituições privadas que nem sempre são colocadas no alvo do debate e, assim, somos levados a crer que, por ser uma escola paga, oferece essa formação humana consistente tão procurada. O que reconhecemos em grande medida como um trabalho de *marketing* muito bem feito.

[...] Quando, pois, a política educacional é estudada segundo as categorias analíticas próprias à tradição de pensamento neoliberal, a sua dimensão como política pública – de total responsabilidade do Estado, é sempre posta em xeque. Neste contexto, os problemas que se identificam como causadores da crise dos sistemas educacionais na atualidade são vistos como integrantes da própria crise dos Sistemas Educacionais na atualidade que perpassa a forma de regulação assumida pelo Estado no século XX. No extremo, concebe-se que a política educacional, tal como outras políticas sociais, será bem-sucedida, na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o privado (AZEVEDO, 2004, p.17).

Resquícios da Educação dual¹⁹ que não foi rompida no Brasil e que são reforçados pelas orientações estatais. Ainda inspirados nessa concepção temos as proposições políticas que orientam ao uso extremado das competências, habilidades, técnicas, a qualidade total, um modelo empresarial sugerido ao sistema de ensino.

E o espaço do cidadão que não tem recursos financeiros? Quem o garante? Ficaria destinada à sua força de vontade, à sua própria sorte, uma imagem do brasileiro que, apesar de todas as intempéries da vida, resigna-se de uma forma romântica a ponto de não desistir nunca, afinal ele é um brasileiro.

No Prefácio do livro “Educação, Economia e Estado” de Carnoy, Ladislau Dowbor frisa uma grande contradição no mundo capitalista, evidenciada com o modelo de Estado Neoliberal.

[...] O caráter trágico das contradições do nosso sistema de educação está bem expresso neste “não quero esta vida para meu filho”. Como fica a nossa função de educadores, quando somos

¹⁹ Esta concepção será abordada durante a seção “Milton Santos: Educação e cidadania dentro do contexto do mundo do trabalho” presente no Capítulo III.

chamados a fornecer a minorias oportunidades de “escapar” à sua situação, em vez de fornecer ao conjunto da sociedade os instrumentos da sua autotransformação? (DOWBOR, 1994, p. 8).

Lembramos, por exemplo, que, com a disseminação da ideia de modernização, cria-se o falso discurso de que teremos acesso livre e de que só não possui e/ou não sabe usar recursos tecnológicos porque não quer, já que este recurso está totalmente a serviço de todos²⁰.

Milton Santos, conhecedor desse homem fetichizado²¹, desse homem que é objeto, apresentava em sua análise um homem que é influenciado por esse meio material, essa vida concreta, mas que pode ser efetivamente participante de sua história e modificador dela.

Trouxe em sua obra “Pensando o espaço do homem” (2007) um estudo sobre o espaço, porém não o encara como mero constituinte da realidade física. Dissertava sobre a importância do estudo do espaço com um aspecto humano e social, de forma igualitária.

[...] Em nossos dias o espaço é apropriado ou, ao menos, comandado, segundo leis mundiais. Desde que ele possa encontrar leis de funcionamento na escala das sociedades interessadas, as formas de evolução serão completamente diferentes assim como diversas as possibilidades de planificação (SANTOS, 2007, p. 86).

Encontrando na sociedade a utilização do espaço para o lucro, de forma a favorecer o uso de poucos, temos como “donos” desses espaços nacionais aqueles que detêm o poderio financeiro e que o utilizam de maneira indiscriminada. Seu formato e seu uso, para tanto, serão determinados economicamente.

²⁰ Retomaremos essa discussão quando tratarmos da atual globalização e suas implicações sociais na seção “A Globalização e o “Globalitarismo” – Contrapontos” presente no capítulo II.

²¹ Trataremos desse conceito relacionando com a produção material, a luta de classes nas seções que seguem neste trabalho.

[...] A produtividade capitalista é a medida atual de um crescimento não igualitário, cujo resultado final é a criação ou o desenvolvimento de estruturas monopolistas [...] não utiliza todos os recursos à sua disposição e não permite que outros se utilizem deles. Desde que somente algumas firmas se podem beneficiar, na totalidade ou em grande parte, da estrutura técnico-produtiva característica de um espaço, ocorre à diminuição da rentabilidade social e o aumento dos custos (SANTOS, 2007, p. 85).

O domínio do espaço não é igual e muito menos se dá de forma linear, não conflituosa, porém esse monopólio e a utilização do espaço dessa maneira não foi encarado por Milton Santos como uma forma de utilização de espaço produtivo. “A estrutura técnico-produtiva não é o espaço produtivo. Esse é o resultado da utilização efetiva da estrutura técnico-produtiva para responder aos objetivos das classes dominantes, dentro de uma formação socioeconômica” (SANTOS, 2007, p. 84). Ainda no livro “Pensando o espaço do Homem”, Milton Santos criticava o uso desigual do espaço, a forma como ele é administrado pelo homem e dissertava sobre quais desafios teríamos para concretizar um espaço mais justo.

[...] Nosso problema teórico e prático é o do reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não se crie ou preserve desigualdades sociais [...] reestruturar a sociedade e dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com um fim capitalista (SANTOS, 2007, p. 81-82).

O espaço como uso social e democrático é um caminho árduo de embate político e é uma realidade necessária para que a educação nesse sentido seja um dos meios para a formação humana e, então, um dos recursos para um possível enfrentamento. Baseados no pensamento miltoniano temos a ideia de que é preciso reelaborar o conceito de espaço e o de educação voltados para o ser humano e não para a manutenção do capital mundial, para a edificação democrática, nesse espaço, das possíveis representações de conhecimento e cultura desenvolvidas pela humanidade.

[...] alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em

seguida dividi-los em classes de exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado (SANTOS, 1978, p. 219).

À libertação desse homem objeto, fetichizado, há a discussão rigorosa sobre conceitos e uma busca constante pela mudança de concepção de homem, de mundo e de sociedade. Que se proponha uma interpretação dos lugares como espaços complexos, uma filosofia das técnicas, não puramente técnicas que visam apenas ao pragmatismo, ao utilitarismo sem medida, e que essa interpretação seja empreendida nos diferentes espaços educativos.

Uma educação que deve recusar o aceite de conceitos como se fossem puramente objetos, para buscar entender o que dentro deles representa para o homem, em sua realização histórica de vida. Para Santos, deveríamos nos preocupar em preparar para colocar em prática os “fundamentos de um espaço verdadeiramente humano”, livre de ser artificializado pela técnica e que para isso não seja necessário separar as pessoas em classes distintas, entre exploradores e explorados.

No próximo capítulo buscaremos abordar mais especificamente o intelectual Milton Santos, seu posicionamento apartidário e seu compromisso político com a transformação da realidade, considerando as relações históricas, políticas e sociais do período de 1985 a 2001. Há a menção dos conceitos de Globalização e Globalitarismo, como se constituem enquanto fundamentos de uma sociedade pautada pelas desigualdades, inclusive as educacionais, e como poderão ser elementos que auxiliam ao desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

“[...] É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização” (SANTOS, 2002, p. 80).

CAPÍTULO II

MILTON SANTOS: O INTELLECTUAL E O COMPROMISSO POLÍTICO APARTIDÁRIO

Ao se declarar não participante de qualquer militância, negando veementemente alguma ligação estreita com partidos, Milton Santos defendia ideias fundamentadas teoricamente. Em entrevista (2000), relatou [...] "não estou do lado nem da esquerda (política) nem da direita. Estou do lado das ideias".

Assim, nesse trabalho, optamos por denominar Milton Santos como um intelectual comprometido com a transformação social e política, mas não filiado a partidos políticos. Ele era *um defensor de ideias*.- desenvolvia conceitos fundamentados em outros intelectuais e/ou baseados em sua visão de mundo, que notoriamente, no decorrer de suas obras, demonstram que sua linha de raciocínio ia a favor, sobretudo, da dignidade²² humana.

Em “Território e Sociedade” (2000), um livro em que é registrada uma entrevista com Milton Santos, é esclarecida a sua posição assumida de ser apartidário.

[...] Eu tinha total consciência de que podia influenciar a vida política sem estar em um partido. Aliás, a condição é não estar. Não estar é também uma convicção e uma estratégia. Porque estando, dificilmente pode-se dizer o que se pensa. (SANTOS, 2000, p. 119)

²² Ao se referir ao termo dignidade, Santos trouxe a tona a reivindicação por melhores condições de vida em sociedade, no que diz respeito, em especial, à educação enquanto uma formação humana consistente, voltada para o constante desenvolvimento do homem.

Posição novamente defendida no documentário “O mundo Global visto do lado de cá” (2006), em que Milton Santos apareceu proferindo uma palestra.

[...] Me considero um intelectual “outsider” coisa que é raro no Brasil, não pertencço a nenhum partido, não pertencço a nenhum grupo, inclusive grupo de intelectuais, não respondo a nenhum credo, não participo de qualquer militância.

É relevante ressaltar que a sua postura, reconhecida para a sociedade civil, deixa claro o pensamento de ir contra ao que está posto, a hegemonia dominante. Não lhe era interessante compactuar com pensamentos já cristalizados porque, em sua visão, os partidos enquadrariam suas ideias, vinculariam a interesses particularizados, distintos das necessidades advindas da coletividade.

A hegemonia não é uma palavra de fácil definição pela sua polissemia. Retomamos aqui a definição que Marx e Gramsci tinham em comum, um significado de liderança tendo implícita uma noção de consentimento, já que, na medida em que uma classe mantém seu domínio e o detém por meio de uma organização específica, exerce uma liderança moral e intelectual. Faz concessões limitadas a uma variedade de aliados, para representar uma certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada em meio a instituições e relações sociais.

Podemos dizer que a hegemonia é um conceito complexo que permite a imposição e ao mesmo tempo o consenso espontâneo, conseguido por meio da disseminação de uma corrente ideológica. Gramsci (1989) esclareceu o que seria a direção moral e intelectual de uma sociedade, na qual a dominação física é auxiliada pela instauração do consenso. O poder de coesão, conectado ao consenso, constituiria o predomínio de uma visão social de mundo e de convívio social.

O espaço da hegemonia é a sociedade civil, em que os chamados “aparelhos privados de hegemonia” são os responsáveis pela disseminação do pensamento dominante (COUTINHO, 1999). Assim, a hegemonia está no espaço social, de maneira declarada ou camuflada em estratégias de controle das possíveis revoltas.

[...] A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de 'ideologia', nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como 'manipulação' ou 'dominação'. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor– que, ao serem experimentados como prática, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas da sua vida (GRAMSCI, 1989, p. 42).

A classe dirigente e suas alianças, ou melhor, o bloco histórico que rege uma hegemonia, identifica os problemas de uma sociedade e responde, de acordo com seus interesses, a gama dos conflitos do conjunto social. Entretanto, quando os setores da sociedade não se identificam com os apontamentos da hegemonia estabelecida, eles manifestam sua contrariedade e reivindicam novas atitudes e posicionamentos tanto do poder público, quanto da sociedade civil. Em "Território e Sociedade" (2000), Milton Santos analisa o ritmo hegemônico.

Acho que o que conduz a esse ritmo hegemônico é a ideia de competitividade, que é diferente da competição capitalista, e que só se tornou possível nesta época, não era possível antes. Então ainda não se conhecia o mundo direito, não tínhamos o domínio da velocidade e os mercados eram relativamente regulados pela política nacional. A competitividade impõe o reino do fugaz, cria uma tensão permanente, que leva a esse atordoamento geral em que vivemos (SANTOS, 2000, p. 31).

Assim, a competitividade leva ao desmantelamento das ideias, a fragmentação do conhecimento sistematizado e ao aumento das desigualdades sociais. Santos mencionava a falta de possibilidades vista pela atual sociedade como ponto crucial para vislumbrarmos outras formas de organização social, com vistas a uma democracia efetiva.

[...] Essa competitividade, possibilitada pelas atuais condições objetivas, é resultado da perversidade da globalização, e a única solução que parece viável é ir remando também. Quando um jovem opta pela competitividade como norma de vida é sociologicamente possível compreender, porque isso lhe aparece como a única defesa possível num mundo que não é nada generoso. É preciso mostrar-lhe que há outros caminhos, ainda que difíceis ou pouco conhecidos (SANTOS, 2000, p. 31).

Nesse contexto, a educação poder vir a ser um meio ideológico que facilitaria o consentimento, ou a ele se oporia, assumindo uma postura contra hegemônica. Gramsci desenvolveu uma perspectiva contra hegemônica, em que esse ser humano pode e deve ser combatente na luta contra as desigualdades instauradas pela minoria dominante.

A educação poderá ser, em um sentido crítico, uma das mobilizadoras para mostrar esses outros caminhos que libertam o homem para ser analítico e transformador da realidade social. A militância de ideias de Santos nos remete à função do intelectual que não deixa a oportunidade de lutar, expor seus pensamentos, mesmo que não sejam os da maioria, mas que representam convicções mantidas e baseadas nas condições materiais dadas que em cada momento histórico são constituídas e determinadas de formas diferenciadas.

Milton Santos nos alertava que o intelectual não é aquele que necessariamente caminha com a maioria. A maioria pode não estar na perspectiva dos princípios desse intelectual e muito menos de acordo com as necessidades de toda a população. Por isso, a militância acontece muitas vezes sozinha, porém não deve ser isolada do contexto sócio-histórico, político e econômico, mas deve ser comprometida com a transformação social.

2.1. Relações históricas, políticas e sociais do período de 1985 a 2001.

É possível notar que o processo de reestruturação produtiva e as mudanças características do Estado estabeleceram reformas no campo educacional, no sentido de conduzir adequações para a garantia do sucesso do novo modelo de acumulação capitalista. As reformas capitalistas que tratam, em síntese da “[...] supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo” (LUXEMBURGO, 2003, p.97), representam, portanto, uma alteração superficial, consentida pelo próprio capitalismo.

Frigotto ressalta essa ideia da contradição disfarçada em justiça para todos. Dessa forma, a concepção de que o investimento em educação e treinamento proporciona uma potencialização do trabalho indica que a teoria do Capital Humano²³ ainda permanece determinando as condições de vida material.

Assim, Frigotto (2001, p. 217) ressalta que a

[...] idéia de conflito, de antagonismo, de contradição transmuta-se em equilíbrio e harmonia. As relações de poder, de dominação e exploração cedem lugar à ideologia do mérito, do esforço do indivíduo, da racionalidade e do dom (FRIGOTTO, 2000, p. 217)

Dentro dessa perspectiva, uma vez que todos terão acesso à educação para ingressarem no campo do trabalho não há razão de não estarem exercendo diferentes trabalhos. Desenvolve-se, então, um processo meritocrático²⁴, em que o indivíduo responsabiliza-se pelo seu fracasso já que as condições básicas para exercer o trabalho lhe foram dadas.

²³ A Teoria do capital humano foi inicialmente estudada por Theodor Schutz (1902 - 1998) na década de 50 e disseminada por Gary Becker. Tem relação com os organismos transnacionais vinculados ao pensamento neoliberal destinados à área educacional, no contexto das demandas resultantes da reestruturação produtiva, comandadas pela nova configuração do mercado de trabalho internacional.

²⁴ Responsabilização individual pelo sucesso obtido, dadas as condições estruturais mínimas (estatais) para as conquistas sociais.

Não se trata de relações de classe, de poder, exploração, mas sim a ideologia do esforço do indivíduo, de dom e de força de vontade. Em *Por uma outra globalização- Do Pensamento Único à Consciência Universal*, (2000, p.14), Milton Santos analisou possibilidades para a mudança do *status quo* da classe dominante.

[...] Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia.

Por isso, reitera-se a luta e o embate político por reivindicações específicas e pela melhoria de vida do trabalhador, pois assim a luta pelas reformas sociais é uma forma de contrariar-se o contra o poder hegemônico. Nesse período (1985-2001), as exigências de produtividade no mundo se alteraram historicamente e essa visão tem um desdobramento que vai além do mundo do trabalho, atingindo também o mundo acadêmico.

Ao longo da década de 1980, com o fim do regime autoritário e o advento da “redemocratização” do país, gerou-se uma expectativa para que a educação melhorasse, e os índices de repetência e evasão escolar fossem reduzidos com vistas à lógica de um novo mercado mais competitivo. Temos, então, na Constituição, promulgada dia 5 de outubro de 1988, princípios de uma educação para pôr fim ao analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental. Princípios, aliás, que ainda não foram plenamente conquistados.

Em 1980, é disseminada uma proposta contra-hegemônica, concepção pedagógica histórico-crítica (SAVIANI, 1991), na qual a educação é vista como uma prática mediadora diante de uma sociedade, uma relação concreta definida para a prática educativa.

Desenvolveram-se planos durante a década de 1990 que possuíam esses objetivos, como o Plano Nacional de Educação Para Todos, em 1994, programa

assumido pelo Governo Federal, Estados e Municípios brasileiros. Logo em 1995, este plano foi abandonado para ser iniciada uma nova política educacional, com o intuito da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que deu suporte legal ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Esta nova LDB (Lei 9394/96) veio ao encontro dos princípios já estabelecidos na Constituição de 1988, e o FUNDEF trouxe como norte a descentralização do Estado, repartindo responsabilidades entre Estados e Municípios.

A educação nacional teve um destaque nos debates, o que corroborou para a existência de uma política nacional para a educação. Entretanto, deixa a desejar em níveis diferentes de ensino, quanto à obrigatoriedade e consistência fornecidos. Para tanto, os desafios contra as desigualdades educacionais continuam.

Dentro desse contexto, a Universidade recebe novas orientações de produção. Milton Santos, avesso à visão do fim da história e à pressão imposta de produzir em quantidade, produz sim, mas uma intensa e consistente obra desenvolvida no Departamento de Geografia da USP, resultado de anos de pesquisa. Pela relevância de seu trabalho é agraciado com uma indicação para receber o prêmio Vautrin Lud, que é considerado o Prêmio Nobel no âmbito da Geografia.

Em 1994, Milton Santos foi o primeiro intelectual de um país pobre e o primeiro que não tinha o inglês como língua pátria agraciado com tal distinção. O prêmio internacional promoveu um redescobrimento de Milton Santos no Brasil, e ele passa a ser requisitado por órgãos de imprensa para entrevistas e depoimentos.

Depois de 1994 sua vida foi marcada pelo reconhecimento de sua produção como geógrafo e intelectual crítico. Recebeu, entre outras premiações²⁵ as seguintes:

- Mérito Tecnológico (Sindicato de Engenheiros do Estado de São Paulo, em 1995);

²⁵ Lista de títulos e premiações constam no banco de dados presentes na Folha de São Paulo, jun. 2001.

- Personalidade do Ano (Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio de Janeiro, em 1997);
- 11ª Medalha Chico Mendes de Resistência (Grupo Tortura Nunca Mais, em 1999);
- O Brasileiro do Século (Revista Isto é, 1999);
- Prêmio Multicultural 2000 Estadão (O Estado de S. Paulo, em 2000).

Figura 2 - Milton Santos



Fonte: Oswaldo J. dos Santos/Agência USP, [s.d.].

Fora do país, foi condecorado com diferentes honrarias, dentre as quais citamos:

- Medalha de Mérito (Universidad de La Habana - Cuba, em 1994);

- Prêmio UNESCO, categoria ciência (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 2000).

Ampliou também sua série de honrarias universitárias com os títulos de Doutor Honoris Causa em Universidades como

- Université de Toulouse (1980);
- Universidad de Buenos Aires (1992);
- Universidad Complutense de Madrid (1994);
- Universidad de Barcelona (1996).

Entre tantos outros prêmios, inclui-se mais de uma dezena no Brasil, onde recebeu o título de professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1997.

Em “Território e Sociedad” (2000), Milton Santos posicionou-se contra a crença da origem do homem fadada a um único destino e que é preciso “[...] opor-se à crença de que se é pequeno, diante da enormidade do processo globalitário, a certeza de que podemos produzir as ideias que permitem mudar o mundo”.

Com sua obra reconhecida mundialmente, porém ainda pouco difundida no meio educacional, Milton Santos contribuiu com conceitos críticos de uma realidade que ele chamava e fundamentava ser perversa.

Contra um determinismo social imutável, em que a população permanece presa e condicionada a seguir um único caminho, Santos revelou-se a favor de um “possibilismo”. Este “possibilismo” seria definido pelas condições nas quais o ser humano teria diferentes possibilidades de escolha, livre das amarras sociais para se desenvolver e lutar por uma realidade que apresente transformações para ser mais justa.

2.2 A Globalização e o “Globalitarismo” – Contrapontos.

Uma das problemáticas abordadas por esse intelectual e motivo de seus últimos estudos encaixa-se no conceito de Globalização, suas causas, suas nuances, suas consequências e suas possibilidades de transformação para que houvesse um melhor aproveitamento desse fenômeno social para todos os seres humanos.

Embora a Globalização seja um fenômeno social estudado por diferentes autores²⁶, neste trabalho optamos pela contribuição do professor Milton Santos. Ao considerar a sua análise, a primeira globalização advém da colonização, na época das viagens de descobrimento e conquista dos territórios que, como no caso brasileiro, não estavam desocupados. Foi um período marcado pela exploração, ocupação territorial e a imposição de uma nova cultura em detrimento dos nativos com suas culturas, suas línguas e suas religiões, como um “[...] processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos XVII e XVIII” (SANTOS, 2002, p. 79)

Todo esse processo inicial²⁷ expande-se com o desenvolvimento da industrialização já no fim do século XIX e, contemporaneamente, vem ganhando intensidade e uma nova forma de intervenção dentro da economia mundial, renovado pela técnica, pelo comércio, pela mídia e pelo meio cultural.

Marx, em sua obra “O Manifesto Comunista” (1848), apresentou uma reflexão sobre a economia mundial quando revelava que “por meio de sua exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países”. Ao visar ao lucro excedente, a burguesia avança com

²⁶ Conferir a obra do professor Octavio Ianni (1926-2004) como “A sociedade global” (1992) e “Teorias da Globalização” (1996). Ao longo da década de 90, Ianni enfocou suas pesquisas na crítica à nova ordem global. Por sua teoria crítica, foi um dos sociólogos mais influentes do Brasil.

²⁷ Para tanto, a existência de uma relação estreita entre o princípio da globalização e a origem do Capitalismo estão em concordância estudiosos da área, dentre os quais citamos Braudel (1995) com uma das obras que auxiliam o estudo sobre a problemática “Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII”.

sua estratégia de alcançar novos caminhos e, assim, o mercado deixa de ter um objetivo apenas local, para ser mundial.

[...] As velhas indústrias nacionais foram destruídas ou estão destruindo-se dia-a-dia [...] Em lugar das antigas necessidades satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades para a satisfação, os produtos das regiões mais longínquas e dos climas, os mais diversos. Em lugar do antigo isolamento local desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universais (MARX, 1848, p. 42).

O caminho da globalização então vem se estendendo pelo século XX, com o desenvolvimento das tecnologias, das transnacionais, fragmentam-se os territórios para expandirem suas produções e com ele o ideal de consumo mundial.

Questionado em entrevista intitulada “O sonho obriga o homem a pensar” sobre como conceituaria a Globalização, Santos retoma a história da humanidade para situá-la criticamente.

[...] A globalização, parafraseando o teórico e revolucionário russo Lênin, é a face suprema do imperialismo. A humanidade esperou milênios para se globalizar, o que não aconteceu antes porque não havia as condições materiais necessárias. Com o aumento da produção e o desenvolvimento de técnicas avançadas, um pequeno grupo de empresas as seqüestrou. As corporações usam estes recursos extraordinários em seu próprio benefício e em prejuízo da humanidade (SANTOS, s/d, p. 1-3).

Seguindo este raciocínio, caracterizou a Globalização como um modelo orquestrado pelos países que dominam o poderio financeiro mundial, como um estágio supremo da internacionalização. “[...] A globalização é fábula porque quando nos falam sobre a ‘aldeia global’ querem dizer que todos sabem o que se passa no mundo.” A ideologia a que temos acesso a tudo, em todos os instantes, “[...] há toda uma fábula, sem a qual a globalização não se mantém. [...] Esse discurso, que enaltece a situação atual, obscurece a sua perversidade” (SANTOS, 2000, p. 13 -

14), ilude e mascara a realidade, a distorce e romantiza em um modelo de contos, de fábula.

A fábula, descrita na citação acima, demonstra uma realidade mistificada que abusa do papel ideológico para a manutenção da hegemonia predominante. Esse papel ideológico fica evidenciado na obra “Território e Sociedade” (2000) como forma consensual encontrada para cooptar adeptos para um único pensamento²⁸.

[...] A globalização conseguiu materializar a metafísica, mediante o papel desempenhado pela ciência e pela técnica na produção das coisas. Há uma materialização física e uma realização primitiva, embora sofisticada, da ideologia. Tudo é ideológico. Estamos dentro de um mar de ideologias. Tudo é produzido a partir de uma ideologia, mas as coisas não aparecem como tal. Somos cercados por coisas que são ideologia, mas que nos dizem ser a realidade. Isso nos constrange, porque forma um sistema muito forte; e qualquer discussão que indique ser aquilo ideológico é desqualificada (SANTOS, 2000, p. 36).

A informação a todo instante e ao mesmo tempo conflituosa junta-se com o poder indiscriminado do dinheiro. Porém, a utilização dos benefícios trazidos com as novas técnicas e tecnologias são usufruídas por apenas uma mínima parcela da população mundial, “[...] o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único” (SANTOS, 2000, p.18).

A realidade é modificada, suas nuances, o modo de produção, a luta de classes são misturados com uma vida de acesso, um romance irreal ganhador de muitos adeptos, “[...] o fenômeno descrito como globalização não é senão um capítulo, claro que com muitas especificidades, do movimento geral da internacionalização, insisto ao capitalismo” (CASTANHO, 2003, p. 21).

Para tanto, Santos considerando esse contexto capitalista, desenvolveu a relação entre três mundos: o primeiro, como fazem que o vejamos, cercado de

²⁸ Santos utilizou o termo “pensamento único” como exemplo da distorção da realidade, trataremos ainda desse conceito mais especificamente na seção “Do pensamento único ao pensamento global: uma transformação possível e necessária ” presente no capítulo III.

ideologias e crenças hegemônicas; o segundo, como de fato ele realmente se mostra, com suas mazelas, discriminações, explorações e determinismos históricos, políticos, sociais e econômicos; e o terceiro, como a possibilidade do novo, de uma transformação, de uma nova globalização, a que seja para todos.

A ideologia apregoada nesse primeiro mundo analisado por Santos é uma ideologização maciça, com altos incentivos consumistas e que, neste mundo real, acabam como condição inerente para o seu funcionamento, como se a ideia de homem estivesse estritamente relacionada com a de consumo, um consumo desenfreado que nem sempre tem uma justificativa.

A máquina ideológica que sustenta as ações predominantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. “[...] Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal” (SANTOS, 2000, p. 19).

A produção da ideologia se expressa, referindo-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta (MARX, 1989, p. 29). As relações sociais, o modo de produção capitalista, as explorações que são impostas e postas harmonicamente escondem ideologicamente a verdadeira luta de classes.

[...] O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos, determinado *modo de vida* dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 1989, p. 28).

Tendo como base esse homem concreto e determinado por múltiplas relações, têm-se presentes alguns privilégios que, nos diferentes âmbitos da

sociedade em que vivemos, são adquiridos por intervenção do poder financeiro. Esses privilégios recaem na discussão do acesso e da permanência na escola, como ao acesso e amplo desfrute das informações presentes nos meios de comunicação, mídia em geral e na internet.

Hoje, a internet ainda é um meio pago e, apesar da proliferação da ideia de que todos têm acesso a esse recurso, o que é visto é que ainda há um longo caminho para atingir esta condição de igualdade.

[...] A tirania da informação não é, apenas, a da mídia, porque inclui, também, o nosso trabalho na universidade. Quero insistir nessa tecla, porque o nosso trabalho como professores é a base com a qual se educam e se re-educam as gerações. Quanto mais o nosso trabalho for livre, mais educaremos para a cidadania²⁹. Quanto mais o nosso trabalho for acorrentado, mais estaremos produzindo individualidades débeis (SANTOS, 1999, p. 39).

Dentro dessa análise, podem ser mencionados os canais de televisão abertos ao público em geral que são recheados de informações duvidosas, baseando-se, na maioria, em programas de auditório com atrações musicais, em que predomina a exposição do homem como objeto.

Em contrapartida, em canais privados, temos apresentações de programas que contam com um tipo de programação mais variada, com curiosidades e até um entretenimento de melhor qualidade; entretanto, é destinado ao público que paga por esse serviço e que tem uma maior possibilidade de escolha.

Nos finais de semana, a população que possui internet pode migrar para esse meio; mas quem não tem esse recurso e não tem acesso a canais privados deverá se contentar com a maioria dos programas sensacionalistas embebidos de quadros que analisamos como uma “apresentação de uma solidariedade comercial”, em que o ser humano é exposto, configurando-se e reafirmando-o como objeto fetichizado.

²⁹ O conceito de cidadania na perspectiva miltoniana ficará expresso ao longo do Capítulo III, mas especificamente na seção “Milton Santos: Educação e cidadania dentro do contexto do mundo do trabalho.”

De acordo com Santos, “[...] os direitos humanos estão ligados à espetacularização do sofrimento de algumas pessoas, bem colocadas para produzir o espetáculo” (1998, p.8). Por isso, desenvolvemos a ideia de uma “solidariedade comercial” advinda da intensa influência mercadológica no cotidiano das pessoas, em uma espécie de comercialização de préstimos cujo pagamento se faz por meio de uma exposição vexatória das condições da pobreza humana.

Reiteramos que essa realidade global é ideológica; mas o que é a verdadeira realidade? Em um artigo intitulado “O professor como intelectual na sociedade contemporânea” (1998), apresentado no IX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Milton Santos refletiu sobre a realidade atual.

[...] Esse absolutismo das técnicas, a que nos temos referido, tem muito que ver com a forma como o ensino, hoje, é dado e com a forma como o ensino é hoje um resultado da perversidade dos nossos tempos. Há, em primeiro lugar, esse imaginário das técnicas, um enorme, um extraordinário, imaginário. Um outro dado, levando ao absolutismo das técnicas, é o papel da informação. Todos somos, mais ou menos, seduzidos pelos progressos técnicos, sobretudo na área da informação e, com frequência, os aceitamos sem nenhuma crítica, como se o progresso técnico valesse por si só e não como função da maneira como a sociedade se organiza (SANTOS, 1998, p. 3).

A realidade que temos é um meio contraditório de disputa hegemônica da qual a educação faz parte. Uma disputa em um campo de batalha real, onde não são necessariamente usados recursos de punição física para se conseguir algo, mas um lugar em que as técnicas possuem um grande destaque.

Surge a partir dessa conjuntura, o conceito desenvolvido por Milton Santos, que se refere à Globalização arraigada com forte autoritarismo, um totalitarismo renovado, o chamado *Globalitarismo*. Porém, acreditava que a Globalização, na perspectiva desse *Globalitarismo* perverso, não é irreversível, já que ela é tampouco parte das ideias possíveis de se perdurar e muito mais fruto da ideologia vigente.

[...] Estou querendo chamar a atenção para o fato de que a atual globalização exclui a democracia. A globalização é, ela própria, um sistema totalitário. Estamos em um mundo que nos reclama obediência. Uma frase que se ouve com grande frequência, quando reclamamos algo, é: "O senhor é o primeiro a reclamar". Vocês nunca ouviram isso? Há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. Não é só no trabalho não intelectual, não é só na fábrica, que o totalitarismo está presente. Também no chamado setor de serviços (SANTOS, 2000, p. 42).

Ao analisar a exposição de ideias que Santos desenvolveu sobre Globalização, vemos o quanto se desvirtuou o conceito inicial e, por se reconhecerem as possibilidades de mudança, é que há a necessidade do aprofundamento para se saber em qual realidade global vivemos. A seguir, elaboramos, no quadro 1³⁰, um esquema com pontos chave do pensamento que Milton Santos desenvolve sobre a Globalização.

³⁰ Quadro elaborado pela autora, fundamentada principalmente nas obras **“Por uma outra globalização”**, **“O espaço do Cidadão”**, **“Pensando o espaço do homem”**, **“Da Totalidade ao lugar”** de Milton Santos, selecionada e referenciada nesse trabalho.

QUADRO 1- Globalização			
GLOBALIZAÇÃO	O REAL	O MISTIFICADO	O POSSÍVEL
	Contraditório; Perverso; Desigual; Competitivo; “Mercado e consumo como grande fundamentalismo”; Acarreta a falta de informação e conhecimento para grande parte da população; Um espaço de luta de classes, de produção acelerada do capital, de crise do capital e reestruturação do capital.	Aldeia global; Acesso a tudo, informação e conhecimento a todo o momento; Tratamento da realidade como fábula; A ideologização da disseminação da informação e da cultura para todos; Meio pelo qual se acalmam ânimos e possíveis revoltas da sociedade civil;	O embate ideológico; Compromisso político apartidário; Compromisso com a transformação social; O rompimento com o globalitarismo; Uma globalização para <u>todos</u> ; A resistência e o privilégio da cultura de cada nação; As técnicas a favor do desenvolvimento humano e não do homem objeto.

Na próxima seção buscaremos fazer a relação entre a Educação e esse meio social “globalitário”, termo criado por Santos para definir as determinações totalitárias impostas por meio da Globalização.

2.2.1 A Educação e as influências do “Globalitarismo”.

Milton Santos foi um grande crítico da globalização referida como *globalitarismo* (união dos conceitos de globalização e totalitarismo). Influenciado

pelas ideias de Jean-Paul Sartre³¹ sobre a experiência da escassez³², acreditava que os pobres seriam os deflagradores de uma nova globalização.

Em “Por uma outra globalização - Do Pensamento Único à consciência Universal” (2000), trouxe à discussão esse pensamento, que nos revela a sua profundidade e a necessidade de ser melhor analisado, justamente por reconhecer os problemas sociais e considerar imprescindível o debate teórico e o enfrentamento de ideias, com vistas ao aprofundamento da crítica e à reelaboração de projetos democráticos de incorporação da cidadania e direitos nos quais estão o dos excluídos.

Qualquer estudo do “[...] sistema educacional não pode ser separado de alguma análise implícita ou explícita dos propósitos e do funcionamento do setor governamental” (CARNOY, 1984, p.19) e, desse modo, é fundamental compreender a história e a política envolvida no pensamento de Milton Santos no que diz respeito à educação.

À medida que a educação apenas atende a demanda do mercado de trabalho, devemos questionar as determinações neoliberais destinadas para o sistema educacional. Há a necessidade de propiciar condições para que os trabalhadores possam construir coletivamente, ao longo do processo educacional, um processo emancipatório no meio formal da educação.

Entretanto, há uma mudança na relação entre o Estado e mundo do trabalho que não corresponde à emancipação humana, mas sim, em essência, essa mudança em direção ao Estado mínimo, que, cada vez mais orientado pelas necessidades do mercado, parece trazer consigo uma redução da condição do “ser profissional”, buscando, dessa forma, um tarefeiro bem preparado e não um ser pensante.

³¹ Intelectual francês (1905-1980), um dos maiores representantes da corrente filosófica do Existencialismo, atuou efetivamente na filosofia, na literatura e na política. Seu pensamento foi seguido por boa parte da juventude do pós-guerra, nas décadas de 1950 e 1960. Sua teoria tem por base o conceito de liberdade.

³² O conceito Experiência da Escassez será trabalhado posteriormente no CAPÍTULO III na seção intitulada “Da Experiência a sabedoria da escassez: uma possibilidade para a transformação social”

A globalização, nesse contexto, não é uma imposição tecnológica tampouco apenas um fenômeno puramente econômico, que envolve somente novas formas de dominação, estratégias e imposição vitoriosa de determinados interesses, tanto no plano internacional quanto no espaço interno dos Estados Nacionais. Santos mencionava que, para entender a globalização, é preciso passar por dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado de política. A globalização se definiria de certa forma pelo “[...] ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2000, p. 23).

Visto isso, recorre-se à necessidade de uma educação que tenha em sua base o movimento da história, não descuidando da análise das técnicas, de sua utilização e sua relevância, do pensar sistematizado e comprometido para a construção de um mundo diferente.

[...] É urgente que o ensino tome consciência dessa situação, para esboçar a merecida reação, sem a qual corremos o grande risco de ficar cada vez mais distante da busca ideal da verdade. Sabemos que nunca a alcançaremos completamente, mas essa busca é o nosso destino, o nosso dever e é, também, a forma com a qual encontramos a nação, que tanto espera do nosso trabalho. Do outro lado, fica a ameaça do divórcio entre a função de ensinar e o papel do intelectual (SANTOS, 1998, p. 3).

Ao manter como prioridade o desenvolvimento do homem para o debate e o enfrentamento, defende-se uma educação para todos, sem distinção de raça, de credo, de classe social, que seja utópica, mas que tenha bases reais para concretizar seus projetos. Que se liberte das dificuldades da falta do saber, que seja parte integrante da mudança social, do desenvolvimento de intelectuais engajados e que crie novos ideais para a transformação humana.

Na sequência, elaboramos, no quadro 2³³, um paralelo entre o *Globalitarismo*, forma predominante de Globalização segundo Milton Santos, e a Globalização,

³³ Quadro elaborado pela autora, fundamentada principalmente nas obras “**Por uma outra globalização**”, “**O espaço do Cidadão**”, “**Pensando o espaço do homem**”, “**Da Totalidade ao lugar**” de Milton Santos, selecionada e referenciada nesse trabalho.

como ela poderia vir a ser, relacionando as concepções de homem, de mundo, de sociedade e de educação.

QUADRO 2 - Paralelo entre globalização e globalitarismo				
CONCEPÇÃO DE	HOMEM	MUNDO	SOCIEDADE	EDUCAÇÃO
GLOBALIZAÇÃO	humano; crítico; transformador; potencialmente criativo; sugestivo, inventivo.	material; real; relacionado entre si; mutável; espaço social de todos.	igualitária; democrática; direitos e deveres comuns; crescimento ordenado, planejado para todos.	voltada para a humanização; crítica; analítica; trabalho como representação da cultura humana; compreensão e transformação do social.
GLOBALITARISMO	homem-objeto; passivo; imóvel; críticas apenas baseadas em senso comum; pouco crítico; críticas sem resultado de mudança.	fragmentado; abstrato; imutável; em constantes crises econômicas; espaço de disputa econômica;	competitiva; baseada no lucro excessivo; exploração humana; camuflagem da luta de classes; sem grandes ideais de mudança; imediatista.	utilitarista; domínio de habilidades e técnicas; descontextualizada do mundo real.

2.3 Globalização: possíveis e necessárias contribuições à Educação.

O fenômeno social da Globalização, como vimos em um paralelo com o *Globalitarismo* realizado no quadro 2 (seção 2.2) deste trabalho, pode ser um meio para auxiliar um modelo de educação mais humana e consistente. Porém temos a educação seguindo moldes estreitamente parecidos com os exageros do tecnicismo e unido a isso um forte comando do mercado. Milton Santos descrevia essa questão como o uso desmedido da “tecno-ciência”, termo que para ele designa a restrição do pensamento do homem.

[...] O nosso tempo consagra a união da técnica com a ciência e marca uma grande mudança histórica, com a emergência do que se chama de “tecno-ciência”. Agora, e de um modo geral, já não é a ciência que comanda a técnica, mas esta que comanda a ciência. E como as técnicas acabam sendo comandadas pelo mercado, o trabalho de pensamento dos homens torna-se limitado e estreito. É essa a tragédia da atividade científica na era da globalização (SANTOS, 1998, p. 2).

A ciência, a pesquisa, a educação, nesse sentido, desenvolvem-se a partir de interesses mercadológicos, a serviço da venda e não para o bem comum da sociedade. Certos de que a educação é um processo histórico, que deveria ser pensado e realizado por e para seres humanos, dentro de um contexto social, temos que considerar as influências do sistema econômico, do modelo produtivo vigente, da concepção de Estado e de fenômenos sociais.

Milton Santos destacava esse totalitarismo renovado, impregnado na Globalização, na falta de mudança substancial da sociedade e o quanto devemos repensar os objetivos da educação do país. Há de se pensar em um modelo de educação mais voltada para a análise crítica, pensar em que tipo de educação queremos, que pessoas iremos formar futuramente, o respeito e o cultivo da cultura local, para que o interesse social unido ao interesse do indivíduo não constitua em uma dinâmica que permita a exclusão do homem em qualquer medida de discussão.

O professor Milton Santos já apontava ao que seria esse modelo renovado do totalitarismo ao afirmar que “[...] há, portanto, um novo totalitarismo que, todavia, se apresenta como um convite a fazer as coisas bem-feitas, ordenadas. É um ritmo infernal que se impõe. É a eliminação do debate [...]” (SANTOS, 2000, p.32). Na política, por exemplo, o discurso revela que todos os que não pensam como o governo são considerados errados, de modo a não admitir discrepâncias com o seu pensamento.

[...] Em cada sociedade, a Educação deve ser concebida para atender, ao mesmo tempo, ao interesse social e ao interesse dos indivíduos. É da combinação desses interesses que emergem os seus princípios fundamentais, e são estes que devem nortear a elaboração dos conteúdos do ensino, as práticas pedagógicas e a relação da escola com a comunidade e com o mundo (SANTOS, 2002, p. 149).

Para Milton Santos, a educação, a universidade em especial, nesse sentido, organiza-se em um formato de “fabricação de ideias”, um lugar estratégico para a produção da globalização. Em uma entrevista com o título “A universidade se burocratizou” (2000, p. 9), Milton Santos mencionava uma maior formação de letrados em que definia como “[...] aqueles que não são capazes de ampliar e aplicar o conhecimento apreendido.”

[...] A universidade é o lugar de intelectuais, o sujeito que dedica todo o tempo a busca da verdade, e também de letrados. Você pode ser um bom professor e um pesquisador. Tem espaço para os dois na Universidade. Mas, é verdade também que, embora ela esteja formando intelectuais, ela tem produzido em maior número letrados. O espaço universitário se define por ser o lugar do livre pensar, de criar ideias e discuti-las. Esse é o sentido real da vida universitária. No entanto, acho que o clima atual não favorece a liberdade de pensar. O sistema universitário, no qual deveria prevalecer a diversidade de ideias, tem sido vítima da doença da globalização [...] E a universidade não tem defesa completa contra essa doença. Nesta fase de globalização, onde a realização hegemônica e as coisas mais importantes que são feitas são precedidas por um discurso ideológico, o trabalho de análise e crítica fica muito mais difícil (SANTOS, 2000, p.10).

As universidades vivem um dilema: produzir pesquisa em larga escala ou deter-se em produções com aprofundamento teórico e prático mais elevado, apresentando com maior qualidade as pesquisas desenvolvidas.

A universidade, como um espaço de democratização do saber e teoricamente lugar para o desenvolvimento dos níveis mais altos da intelectualidade, cai em um utilitarismo sem medida e deixa muitas vezes de lado essa formação ideal e necessária. Milton Santos criticava a valorização exacerbada da técnica e, durante a entrevista “Geógrafo ataca o uso das técnicas” (2001), salientava a grande diferença entre ser educado e ser instrumentalizado, “[...] você é treinado, mas não educado. [...] Se você só é treinado, você não está apto a discutir o seu lugar na sociedade, e esse é o debate central” (SANTOS, 2001, p. 4).

É nesse sentido que Santos criticava os índices estatísticos como meios simplificadores de se apresentar resultados, pois eles passam a ilusão de uma realidade nem sempre “real”. Os números podem ter diferentes interpretações, porém a que mais prevalece é a que diz que há qualidade nesse mercado voltado para a educação. A universidade pública conta com dificuldades estruturais e, dependendo do setor, enfrenta maiores ou menores dificuldades para a pesquisa.

Setores ligados ao “progresso tecnológico” e ao “imediato reconhecimento nacional e mundial” recebem seus investimento em larga escala. Mas setores de pesquisa nas ciências humanas, como é o caso da educação, ainda necessitam de maior investimento.

[...] a universidade é o exemplo formidável desse totalitarismo. Todos os dias somos solicitados a cumprir regulamentos, as normas... Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério. E tem-se isso a cada momento, em tudo (SANTOS, 2000, p. 29).

Pode-se exemplificar com a questão da obrigatoriedade de expor resultados de pesquisa. Embora esse quesito seja necessário, não deve sobrepor-se ao debate

das ideias e resultados pesquisados, ou seja, pesquisar é mais de que apenas compor um currículo e cumprir as formalidades de protocolo.

Ainda na entrevista concedida com o título “Geógrafo ataca uso político de estatísticas” (2001), Milton Santos afirmava que o que está havendo com o Brasil é uma preocupação estatística de educação. E dá o exemplo da alfabetização como algo pensado primeiramente em quantidade estatística e, em outro aspecto relevante, destaca

[...] o que eu faço com a minha alfabetização? Essa questão é importante. Hoje, a Educação mínima não é apenas a alfabetização, você precisa ter um nível mais elevado de Educação para melhorar. Eu posso fazer uma distinção puramente estatística ou fazer uma distinção metodológica. A alfabetização custa barato, custa pouco tempo. Rapidamente, as condições de alfabetização são mais universais. [...] Mas como o Brasil quer retardar a distribuição de renda, há um esforço para deixar os pobres como pobres. Aí tem esse discurso de glorificação (SANTOS, 2001, p. 4)

A educação sozinha não consegue resultado de mudança, não vai a nenhum lugar. São necessárias outras formas intencionais para ocorrer uma mudança significativa, “[...] não é pela educação sozinha que se vai a algum lugar. Isso é balela. [...] é preciso esta aliada a uma revolução social” (SANTOS, 2001, p. 3).

Lembramos do professor Anísio Teixeira³⁴, um dos intelectuais de maior destaque em favor da defesa pela escola pública de qualidade, que fosse obrigatória e laica. Em sua obra, “Educação não é privilégio” (1994), deixa sua crítica e sua reivindicação por melhores condições educacionais a toda a população, “[...] uma escola com um espaço concreto de estudo, de atividades de trabalho, de recreação e arte” (TEIXEIRA, 1994, p. 63).

³⁴ Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) formado em direito, escritor brasileiro, é considerado um dos intelectuais e educadores mais importantes da história da educação brasileira. Difundiu ao longo das décadas de 20 e 30 o movimento da Escola Nova e teve destaque como representante do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Exerceu cargos executivos e pôde reformar o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro. Sua defesa pelo ensino público, gratuito, laico e obrigatório tornou-se sua marca registrada dentre tantas lutas em favor da educação. Consultar obras correlatas à defesa educacional de Teixeira como “Educação é um direito”; “Educação para a Democracia”; “Educação e Universidade” e “Educação no Brasil”.

Santos alertava para a necessidade de uma mudança estrutural para haver mudanças mais significativas na dimensão educacional. O fenômeno da Globalização (não assumindo uma visão de um *Globalitarismo*) pode vir a ser um recurso usado a favor da educação se retirado esse caráter elitista, excludente e utilitarista para a maioria da população.

[...] Primeiro educar num outro nível. [...] Educação é um instrumento, mas não é algo que sozinha seja uma produção. [...] Nós devíamos ter uma cruzada pela ascensão social, que está em baixa e só seria possível com a mudança de estrutura dentro da sociedade. Teríamos que ter uma preocupação sistêmica com a melhoria das condições de todos os brasileiros (SANTOS, 2001, p. 3).

Conscientes da relevância da educação bem como das políticas públicas voltadas para as necessidades sociais para que ocorra essa “melhoria das condições de vida para todos”, a Globalização, enquanto fenômeno social mundial, desenvolveria implicações positivas que poderíamos exemplificar como sendo auxiliares à educação: o livre acesso ao conhecimento e às teorias clássicas mundiais; a popularização das mídias para um real desenvolvimento humano; formação aprofundada e crítica; democratização da escolarização consistente de maneira real, não ideológica e sem a manutenção de desigualdades mundiais.

A seguir desenvolvemos um quadro 3 que aponta algumas relações entre a globalização e a educação.

QUADRO 3³⁵ – Globalização: relações com a educação		
GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO	DETERMINAÇÕES REAIS	O QUE PODERIA SER
	Intensificação da desigualdade; Ilusão das pessoas em querer “ter” para “ser” A falsa ideia de: - que a educação tem mais qualidade com a globalização; - acesso e permanência em instituições de ensino; - produção de conhecimento; Profissionalização precoce com vista ao utilitarismo.	Acesso ao conhecimento e as teorias clássicas mundiais; Popularização das mídias para um real desenvolvimento humano; Formação aprofundada e crítica; Democratização da escolarização; Educação com o trabalho como princípio humanizador.

No próximo capítulo iniciaremos a discussão sobre o pensamento crítico do professor Milton Santos que se denomina neste trabalho de pensamento global, ou seja, a relação expressa entre educação formal no Brasil, a cidadania, o trabalho e a intelectualidade. Também abordaremos sobre a ideologia do pensamento único e a possibilidade do professor enquanto intelectual ser combatente e um agente de uma

³⁵ Quadro elaborado pela autora, fundamentada principalmente nas obras “**Por uma outra globalização**”, “**O espaço do Cidadão**”, “**Pensando o espaço do homem**”, “**Da Totalidade ao lugar**” de Milton Santos, selecionada e referenciada nesse trabalho.

transformação sistemática da realidade do presente - uma passagem da experiência da escassez para a sua sabedoria.

[...] Em tempos de globalização, a discussão sobre os objetivos da educação é fundamental para a definição do modelo de país em que viverão as próximas gerações. (SANTOS, 2002, p.149)

CAPÍTULO III

O PENSAMENTO GLOBAL, RELAÇÕES COM UM PROJETO COLETIVO DE EDUCAÇÃO

Estudar as ideias de Milton Santos possibilita identificar, em seus conceitos, elementos voltados para as necessidades sociais de toda a população e de uma vida que contemple o ser humano como digno de respeito e de melhores condições de subsistência.

Assim, optamos por denominar neste trabalho o seu pensamento como *global* justamente por considerarmos sua abrangência e não somente apenas por ser um intelectual que corrobora com as discussões sobre o fenômeno internacional da Globalização.

Já foi mencionado neste trabalho o comprometimento de Santos com o enfrentamento de ideias. Foi um professor, um pesquisador e um intelectual que, em suas aulas e escritos, fez-se presente em debates visando à autonomia, à liberdade de pensamento e à igualdade social. Em seus textos, revela-se um posicionamento crítico sobre a ideologização da vida social, destacando-se como um intelectual que acreditava em um modelo nacional de educação e de cultura garantido a todos e sem a organização dos interesses internacionais.

Ao pensarmos em crises econômicas mundiais como crises de superacumulação do capital, advindas da estrutura capitalista e de como elas se abatem sobre o Brasil, veremos como elas são promotoras de uma retração em vários setores da economia, sobretudo no que diz respeito à produção industrial; podemos confirmar que tais acontecimentos demonstram a dependência da economia brasileira ao plano internacional.

Santos já analisava a relação dos grupos empresariais exportadores, em que o agronegócio e os bancos, muito lucraram com a globalização. No livro “Por uma

outra globalização - do pensamento único à consciência universal” (2000) já alertava que se a crise é estrutural, as soluções também deverão ser estruturais, caso contrário as soluções que partem do exclusivo interesse hegemônico acalmarão ânimos, porém não deixarão de aumentar a crise.

Em um artigo escrito para a Folha de São Paulo, em 1999, “Nação ativa, nação passiva”, Santos advertiu para uma mudança necessária de “rever o que fazer com as coisas, as ideias e também com as palavras” mediante a transformação mundial instaurada pela Globalização; acrescentou a urgência de um debate nacional sério calcado nas necessidades e interesses da população para que não permanecesse o domínio da economia global, representada em sua maioria pelas empresas transnacionais.

Apesar da necessidade de um debate nacional que vise às características e os interesses da nação, em especial sobre a Educação e a Cultura no país, esse pensamento se torna dificultado por existir uma relação estreita com os interesses da economia mundial, que apresentam projetos pensados para a Educação e a Cultura dos países periféricos e semiperiféricos, comandados por organismos internacionais como as empresas transnacionais.

[...] o caso do próprio debate nacional, exigente de novas definições e vocabulário renovado [...]. Como sempre, o país deve ser visto como uma situação estrutural em movimento, na qual cada elemento está intimamente relacionado com os demais. Agora, porém, no mundo da globalização, o reconhecimento dessa estrutura é difícil, do mesmo modo que a visualização de um projeto nacional pode se tornar obscura. Talvez por isso, os projetos das grandes empresas, impostos pela tirania das finanças e trombeteados pela mídia, acabem, de um jeito ou de outro, guiando a evolução dos países, em acordo ou não com as instâncias públicas, freqüentemente dóceis e subservientes, deixando de lado o desenho de uma geopolítica própria a cada nação, que leve em conta suas características e interesses (SANTOS, 1999, p. 41).

Os projetos pensados internacionalmente são divulgados pelo Estado por meio da mídia que os apresenta, em grande parte, como um ponto máximo ao desejo mundial de consumo, como um ideal em que todos irão obter privilégios. Por

intermédio da mídia, determinam-se os anseios de toda a população mundial, até mesmo daquela parcela que não possui favorecimentos de uma realidade social e material.

Assim, o acesso e o desfrute da informação, das diferentes tecnologias, do conhecimento elaborado historicamente, ficam restritos as pessoas com maior poder aquisitivo. Entretanto, são esquecidos nesse mundo globalizado os interesses e as necessidades da população em geral, disseminando-se uma única cultura, uma única moda, um modo de vida, um pensamento que seja desejado por todos, sem considerar as condições materiais individuais. Ou seja, uma ideia centrada na valorização de um pensamento único, definido pela classe dominante.

Nossos espaços locais são cedidos para a concretização desses ideais elitizados, “[...] assim como o território é um território nacional da economia internacional” (SANTOS, 2000, p. 74). A educação nessa perspectiva sofre influência de uma miscelânea de tendências pedagógicas e determinações internacionais. Ao considerar a possibilidade ao acesso de uma instituição escolar com uma estrutura considerada adequada e de uma consistência maior no que diz respeito ao ensino e à aprendizagem, temos, ainda, uma condição aquém do desejado, em que grande parte da população permanece na espera por ambientes escolares que proporcionem melhores condições para o desenvolvimento humano.

Com vistas a um projeto que envolva a nação, a igualdade entre as pessoas, Santos pensava que “[...] o desejável seria que, a partir de uma visão de conjunto, houvesse redistribuição de poderes e de recursos entre as esferas político-administrativas do poder” (SANTOS, 2000, p. 75), bem como uma redistribuição das tarefas e dos privilégios, entre as diversas escalas territoriais, contando com uma reformulação da federação.

Em entrevista intitulada “Milton Santos: um filósofo da geografia” (1998), Santos foi questionado sobre a possibilidade da construção de uma identidade nacional, referente à cultura do país, considerando a complexidade do Brasil, sua dimensão considerada continental e suas particularidades muito distintas. A que respondeu: “Por que não? Na verdade, se ela não está pronta, está a caminho.” Declarou a falta de consideração por artistas brasileiros, como sendo intelectuais e

representantes da cultura nacional, como Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento, Fafá de Belém, Gilberto Gil, entre outros, o que dificulta a identidade nacional, e criticou a imagem que as pessoas criam de intelectual como sendo unicamente advinda de uma instituição superior.

Reflete nesse sentido sobre a relevância da expressão popular, da cultura nacional como representação da imagem nacional como os cantores que “[...] no Brasil inteiro se canta e se repete: esses boiadeiros, esses meninos do rap... que são intérpretes da sociedade brasileira no seu presente e futuro” (SANTOS, 2000, p. 59). Ser intelectual é mais do que se fixar em uma cátedra e ser reconhecido por sua produção teórica, é representar o que é necessário à população “[...] acho que é isso que faz um intelectual: essa capacidade de olhar para o futuro – e que os grandes compositores têm” (SANTOS, 2000, p. 59).

Ao analisarmos a educação institucionalizada dentro dos diferentes níveis de ensino, veremos o quanto há a necessidade imprescindível de repensar a ação do intelectual acerca de uma mobilização mais organizada para extinguir a prática meramente utilitarista com vistas à manutenção do mercado. Santos refletia sobre a organização do ensino superior e suas limitações quando, na universidade, os administradores apenas governam a estrutura e se fixam a esta estrutura, deixando de manifestar-se. No pensamento de Santos, os intelectuais são inadministráveis.

Ao seguir este pensamento, os intelectuais deveriam trabalhar vislumbrando a transformação da ordem posta, em prol do movimento da história. Milton Santos fez uma distinção entre pessoas letradas e intelectuais: no momento em que se verifica a urgência de mudança, as pessoas letradas podem sim constatar fatos, relacionar ideias, mas, diferentemente de um intelectual, não irá atrás da verdade desses fatos e encontrando a verdade não a dirá.

Temos ainda na história contemporânea um grande incentivo à educação profissionalizante (preferencialmente ao Ensino Médio), menos custoso e mais rápido de ser colocado em prática no mercado de trabalho, sem a necessária busca por aprofundamento teórico e prático de seu trabalho. Há nesse processo histórico a necessidade da análise crítica das posturas assumidas, da consideração à crítica externa e interna da instituição de ensino “[...] De outro modo, estaremos limitados à

produção e a prática de meias-verdades, ou de verdades interesseiras, que conduzem às teorias utilitárias e ao império das razões utilitaristas fundadas nas exigências do mercado” (SANTOS, 1998, p.6).

A tendência em transformar todo o ensino em ensino profissionalizante³⁶ deriva dessa visão utilitarista da educação. Diante dos projetos educacionais subordinados às lógicas do pragmatismo³⁷, com pressa por resultados e suas premissas mercantis, Santos destaca as consequências diretas para a educação nas escolas e nas universidades e como essas instituições são transformadas em “celeiros de deficientes cívicos” sem a sua plena inserção ao meio social.

A busca de um novo projeto de educação representa uma nova perspectiva para essa sociedade contemporânea, que necessita afastar-se das formas ideológicas que implicam as orientações da condução da lógica capitalista ao revelar uma postura burocrática e desconsiderar as condições históricas e materiais das questões sociais e econômicas.

Em contrapartida a este projeto nacional de educação, com vistas à participação popular, ao acesso e à permanência de toda a população em instituições escolares que primam pela educação mais humana, tem-se presenciado uma retirada da responsabilidade do Estado das políticas sociais e econômicas, um retorno aos fundamentos do pensamento liberal³⁸ em uma proposta mais elaborada pelo neoliberalismo.

³⁶ Diferentemente da concepção de escola unitária defendida por Antonio Gramsci (1891-1937) que detinha o trabalho como forma de emancipação humana e princípio educativo.

³⁷ Doutrina filosófica oriunda do século XIX, nascida nos Estados Unidos perpassando por países do mundo todo e influenciando até a história presente. Uma definição central da teoria pragmática é a ênfase na utilidade prática da filosofia. Possui diferentes vertentes entre seus adeptos, mas para a maior parte de seus seguidores, o pragmatismo se apresenta a um só tempo como um método científico e como uma teoria acerca da verdade. Destacamos Chauncey Wright (1830-1875), Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910), John Dewey (1859-1952) e Ferdinand Canning Scott Schiller (1864-1937) entre outros filósofos que edificaram as bases do movimento pragmático.

³⁸ Os fundamentos do Liberalismo Econômico tiveram início no final do século XVII na Europa e na América, entre seus principais teóricos introdutores estão John Locke, François Quesnay, Vincent de Gournay e Adam Smith. Surge para atender às necessidades de um capitalismo em pleno desenvolvimento; apregoa entre tantas regras a livre economia, independente das fortes interferências do Estado. Por volta da década de 1970 ressurgiu o liberalismo mais intenso, que podemos denominar como o surgimento do Neoliberalismo, cuja aplicação retoma os princípios liberais em uma realidade econômica pautada pela globalização e pelo renovado capitalismo.

Para Santos, “[...] as noções de destino nacional e de projeto nacional cedem freqüentemente à frente da cena a preocupações menores, pragmáticas, imediatistas” [...] (SANTOS, 2000, p. 6). E, nesse processo histórico, a representação dos partidos políticos nacionais em suas apresentações de plataformas raramente são conduzidas por “[...] objetivos políticos e sociais claros e que expressem visões de conjunto” (SANTOS, 2000, p. 7).

Toda a definição político-histórica é reduzida em nome das definições estatísticas, em que a preocupação se apresenta de acordo com o “[...] conformismo diante das determinações do processo atual de globalização” (SANTOS, 2000, p. 5). Sobre a relação dos intelectuais brasileiros com um projeto nacional que privilegie a Educação e a Cultura nacional, Santos ainda advertia que a presença dos intelectuais é fundamental para fomentar tal ideal.

Ter a coragem para reivindicar e lutar pelos direitos da população é parte da função do intelectual, como se pode lembrar, como exemplo, os movimentos organizados por intelectuais na década de 1980 e as contribuições ao espaço nacional de debates e conquistas populares.

Em entrevista a um programa de televisão de repercussão nacional, o pensamento de Milton Santos foi exposto a muitas pessoas; porém, logo após tal repercussão, pessoas de diferentes áreas de estudo se diziam admiradas pela coragem que o professor Milton Santos apresentou no debate. Sobre essa opinião, Santos explicou, ao longo da entrevista sob o título “Milton Santos: um filósofo da geografia” (1998), que a coragem deve ser inerente ao trabalho do intelectual e revela

[...] Isso é horrível porque se o intelectual não tiver coragem... A coragem deve fazer parte de seu cotidiano! Não pode haver intelectual que tem coragem e intelectual que não tem. O que é ter coragem? É pensar? É dizer o que pensa? Se você não tiver quem se disponha a pensar, acreditando no que pensou difundir, não se tem a possibilidade de construção de um projeto nacional. Porque não haverá projeto nacional sem um certo número (não precisa muitos) de intelectuais oferecendo o resultado de sua investigação e de seu trabalho (SANTOS, 1998, s/p).

No Brasil, o papel do intelectual terá um destaque especial não somente por expor seus posicionamentos, como também ensinar novos letrados a se tornarem intelectuais engajados com as necessidades sociais.

Santos, ainda durante essa mesma entrevista,, alertava que “[...] é preciso que os partidos, os sindicatos, as associações populares não tirem a nata do que os intelectuais podem oferecer que não tornem aguadas as suas mensagens”. Assim, mesmo pelos interesses diversos, ou por temer uma discussão, que não se permita a falta de posicionamento do intelectual tornando a situação muito consensual, mas que ele não seja usado nesses meios apenas quando o é interessante.

Diante do posicionamento dos intelectuais com relação a um projeto coletivo que vise à Educação e a Cultura como elemento essencial para a formação de toda a população, é relevante retomarmos a discussão sobre as transformações que são realizadas a partir de um mundo concreto.

Marx fez menção a um mundo material ao longo dos seus escritos e à relação com a promoção da emancipação da classe operária de seu estado de alienação. No entanto, isto somente seria possível a partir do momento em que o proletariado deixasse de ser “classe³⁹ em si” e se tornasse uma “classe para si”, construindo a

³⁹ O conceito de classe é expresso na obra marxiana de forma recorrente; Marx não definiu realmente o que seja a classe social, parte dessas ideias estão na obra *O Capital*. Mas ao longo de seus escritos delineia-se um conceito de classe como algo histórico, contraditório e não linear. São construídas nas relações de produção, ou seja, no âmbito econômico. Apesar de o aspecto econômico ser prioritário na definição de classes, Thompson (2001) fazendo uma análise de classe na teoria marxiana aponta que ela também se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais. As relações de produção nesse sentido se constituem nas relações de classe. Aqui se denotam fortemente o antagonismo entre os detentores dos meios de produção e os portadores da força de trabalho (representados respectivamente pela burguesia e pelo proletariado). As classes sociais propriamente ditas acabam sendo relacionadas historicamente à sociedade moderna, advindas da Revolução Industrial, seriam produtos da sociedade capitalista. Nesse sentido, a “classe em si” ainda é uma organização social com vistas ao domínio do capital, da classe dominante; “a classe para si” se revelaria na medida em que a classe social compreende a sua organização enquanto classe. E por meio da luta política que os trabalhadores tomariam consciência de sua classe no sentido estrito da palavra, ou “uma classe para si”. Portanto, esta ideia de classe seria uma forma superior da luta entre as classes, pois lutariam por suas reais necessidades, um projeto para todos.

sua consciência de classe, de modo a estar apto a promover uma revolução social que derrubaria a burguesia.

Santos analisou esta relação material e concreta do mundo e como neste mundo contemporâneo, com auxílio da apresentação e imposição de técnicas comandadas pelo mercado, fundamentando a ideia de que este estado em que o mundo ideologicamente encontra-se fragmentado é a sua única forma possível e sem possibilidades de uma transformação.

A educação, nesse sentido, ganha um formato compactado pelo mercado, em que são vendidos pacotes de ensino e o que se quer formar dependerá dessa concepção competitiva e meritocrática.

[...] Num mundo cada vez mais dominado pela técnica, considerada como autônoma, e pelo mercado, considerado como irresistível, a técnica e o mercado estão se impondo como baluartes da produção e da vida, e penetrando assim, nos fundamentos do ensino. Devemos estar atentos para isso. O mundo que nos cerca não é, apenas, uma criação do espírito; ele existe concretamente. É dele, pois, que devemos partir para construir outra coisa, isto é, outro mundo (SANTOS, 1998, p. 2).

Entretanto, quando desconstruimos o ideário mercantil desse mundo ideológico que não representa o mundo concreto e real, torna-se imperioso rediscutir a questão nacional e, em especial, o movimento dialético e político que assegure o desenvolvimento de uma educação com vistas a uma formação humana e crítica inserida em uma verdadeira democracia pautada pela justiça social.

À medida que estes intelectuais “[...] façam eco às demandas profundas das populações, expressas pelos movimentos populares (organizados ou não), servirão como vanguarda na edificação de projetos nacionais alternativos” (SANTOS, 2000, p.46). É desta forma que a presença independente dos intelectuais terá sua força do desenvolvimento de um projeto que vise à coletividade.

3.1 Do pensamento único ao pensamento global: uma transformação possível e necessária.

Ao longo desta seção abordaremos o conceito de “Pensamento único” e a possibilidade do desenvolvimento de um pensamento com base crítica histórica, política e social. A referência miltoniana representa incorporar a crítica como meio articulador entre a totalidade e a realidade local, um pensamento que nomeamos como global, para, assim, estabelecer relações com a educação brasileira.

É necessário, portanto, entender o que Santos definia como pensamento único e o porquê se posiciona combatente desse modelo de pensamento. No livro “Território e Sociedade” (2000) esclareceu o que seria essa prática comum marcada pelo pensamento único.

[...] O pensamento único é a prática da política e da convivência coletiva marcada por esse “faça assim, faça de tal forma, senão está tudo errado”. É a consideração simplória da técnica como absoluto como norma - o que é próprio do nosso tempo, levando à propensão de utilizar um mandamento técnico como se fosse um mandamento político, cultural, moral, religioso. É o fim da crítica e da autocrítica (SANTOS, 2000, p. 32).

Santos ao longo de seus escritos deixa explicitamente marcado que a técnica fortalece um pequeno poderio mundial que detém maiores condições financeiras e a disseminação de uma única ideia, um único posicionamento que se fortalece nesse mundo ideológico e consensual.

A harmonia de pensamento se corporifica como meio de evitar conflitos, guerras, lutas de classe marcadas por reivindicações; “[...] a associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo pensamento único” (SANTOS, 2000, p. 35).

Nesse sentido, também nos alerta Cury (1987) de que em sala de aula ou qualquer outra situação em que se dê a relação pedagógica representam um lugar de luta em que ao “[...] conhecimento falso do real se opõe e complementa um

conhecimento superador do senso comum e revelador do real, dentro de uma perspectiva de totalidade” (CURY, 1987, p. 115). Assim, a escola poderá e deverá se tornar um meio formador crítico, diferentemente do ideal do pensamento único, para ir contra a perpetuação de um único posicionamento, apenas o da classe dominante. Em contrapartida, os processos não hegemônicos se apresentam fragmentados, por serem representações muito pontuais e localistas, não proporcionando efetivas mudanças.

As instituições formais de uma sociedade, em especial, no caso da escola, acabam por retomar os interesses da classe social dominante, em sua maioria, em conformidade com os interesses de uma minoria que controla tanto a produção econômica como a sociedade.

[...] O ensino na globalização exige, também, redobrada cautela. Vivemos, neste fim de século, uma forte tendência para o totalitarismo, o que, inclusive, aparece no discurso de certos governantes, quando, por exemplo, nos dizem: "penso assim, se você pensa diferente, você está contra a nação". Então, o desejável papel pedagógico dos homens de governo é substituído por um discurso autoritário, que freqüentemente vai buscar fundamento na chamada "globalização" - a globalização perversa atual -- apresentada como um caminho único, quando, na realidade é apenas uma maneira de fazer a história (SANTOS, 1998, p. 7-8).

“É apenas uma maneira de fazer história”, um único pensamento, as desigualdades, as contradições, a exploração da maioria da população são postas como sendo naturais, como a ideia de que sempre existirão ricos e pobres e que, por justiça, por merecimento ou dádiva, estes primeiros se tornam os ditadores da verdade. Nessa ideologia, à maioria da população resta a obediência e o conformismo.

É o que Santos reiterava na obra “Território e Sociedade” (2000) em que define como a extinção do debate por uma prática política da convivência coletiva, como uma técnica absoluta desse lugar, sem a discussão e o enfrentamento político, cultural, moral, religioso. Nessa tendência mundial do pensamento único, retomamos os escritos de Marx e Engels ao longo da Ideologia Alemã (1989), em que

mencionam que a ideologia inverte a realidade histórica, ao invés de representá-la racionalmente.

Diferentemente de uma concepção coletiva, para o desfrute de todos, defendida por Santos, a ideologia apresenta o interesse particular de uma classe como se fosse o interesse geral da sociedade, tais conflitos entre classes marcam a história de luta de classes. Marx e Engels, ao criticarem o materialismo representado por Feuerbach, indicam que esse materialismo é vulgar, por abstrair a existência histórica do ser humano, definindo-o como um ser isolado, dominado pela sensibilidade imediata e passiva. Se considerarmos então a produção de ideologia ligada à própria produção material, teremos como determinantes sociais dessa ideologia a dominação de uma parte da sociedade sobre as outras.

A categoria trabalho nesse sentido apresenta-se como a representação desse homem subjugado à técnica, mecanizado, um operário que independente de sua função se incorpora aos ideais de sua empresa.

Antunes (2004) ressalta o verdadeiro sentido do trabalho como uma necessidade natural do homem e como uma relação entre esse homem e a natureza para a continuidade da humanidade.

E não muito diferente dessa lógica capitalista de trabalho, temos as escolas que acabam por aderir à ideia de família corporativa, de um corpo coeso em torno dos objetivos que são determinados e postos, de modo que são aceitas condições de trabalho em que a hora depois do término do expediente acaba se tornando hora trabalhada, porém nem sempre remunerada. Tudo é feito em nome da ideologia do compromisso, da vocação ou por doação.

[...] Há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. Não é só no trabalho não intelectual, não é só na fábrica, que o totalitarismo está presente. Também no chamado setor de serviços. E a universidade é o exemplo formidável desse totalitarismo. Todos os dias somos solicitados a cumprir regulamentos, as normas... Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério. E tem-se isso a cada momento, em tudo (SANTOS, 2000, p.19).

O homem é então fetichizado e dentro dessa categoria é orquestrado como um sujeito passivo é “coisificado”. A ideia do homem fetichizado é recorrente no pensamento de Santos, como também encontramos desenvolvido nos fundamentos da teoria marxiana em que é esclarecida a “coisificação da sociedade” decorrente da contradição entre as relações de produção mediante as relações sociais a elas correspondentes.

Antunes, (2003) nesse sentido, sugere uma revolução no modo de pensar o trabalho, retirando este homem que é colocado como mercadoria, ou como diria Santos, fetichizado, por um modelo de trabalho que seja concreto e que se torne um trabalho social emancipado.

A fetichização acaba por se intensificar na representação mais específica da modernidade capitalista, em meio a esse processo de reprodução do capital. E essa forma de interpretação humana é extensiva às relações de produção e apropriação social do conhecimento, das quais a escola não fica isenta.

Em concordância com as análises marxiana e engeliana, neste trabalho em que nos fundamentamos no pensamento miltoniano, verificamos em suas análises de que essa ideologia de “pensamento único” não deverá durar para sempre, pois representa uma interpretação de um dado momento histórico, produzido por homens.

Este pensamento a que Milton se refere traz a essência do intelectual que pensa a realidade com vistas a transformá-la, um posicionamento desenvolvido historicamente que busca a verdade e luta por ela. Associa a possibilidade de se contrapor às explorações e injustiças sociais, o que, para Santos, seria a disseminação da “tirania da informação” e o “fundamentalismo do consumo”.

Por isso é que trazemos a discussão que o professor Milton Santos desenvolveu sobre as possibilidades de um desenvolvimento humano voltado para a criticidade de pensamento, para que contrariamente a um único pensamento se rompa a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a separação da teoria e da prática, a centralização dos meios tecnológicos, a divisão entre intelectuais e receptores passivos, bem como a dependência política e econômica da classe hegemônica.

[...] Assumindo uma postura distinta da reprodução hegemônica, pensamos em uma sociedade calcada pelo debate de ideias, sem assumir simplesmente ideias dogmáticas que somos frequentemente tentados a aceitar. Romper, portanto com premissas organizadas para a manutenção da classe dominante, e sim elaborarmos coletivamente a partir desse mundo, situado historicamente uma busca de outro mundo com “premissas verdadeiras” (SANTOS, 1998, p. 8).

Desta forma, diferentemente do pensamento único em que a larga informação é desfrutada por uma minoria que usufrui as técnicas dentro de um círculo vicioso de dominação, seja possível ser quebrada e partilhada por todos. O consumo atrai significativamente os anseios humanos de serem iguais, de possuírem o supérfluo, de demonstrar ao outro a sua condição semelhante de classe, uma necessidade de aceitação da minoria dominante.

As transformações dessa sociedade excludente virão, na visão de Santos (2000), à medida que os seres humanos começarem a intervir conscientemente na construção e no uso da tecnologia. Como desafio político, Milton Santos propôs que o desenvolvimento da técnica deve estar posto a serviço das finalidades criadas conscientemente pelos homens ao longo da vida cotidiana. De acordo com um pensamento mais humano, voltado para as necessidades da totalidade.

Santos não se posicionava contra a técnica ou consumo, apenas apontava criticamente as formas impostas e excludentes com que elas se apresentam na sociedade, de forma que aqueles que são desprovidos financeiramente perecem. A cultura, assim, não será oposta à tecnologia, mas, ao contrário, servirá como um mediador entre as pessoas e suas necessidades para que todos tenham acesso livre às comodidades fornecidas por ela.

3.2 O professor como intelectual - o desenvolvimento de um pensamento global.

Ao seguir uma perspectiva miltoniana, expomos a ideia de que os professores podem e devem ser intelectuais que se envolvam em discussões com vistas a

provocar efetivas transformações no processo histórico, bem como no que diz respeito à educação. Consideramos, no pensamento do professor Milton Santos, que todas as pessoas podem se desenvolver enquanto intelectuais, mas que essa possibilidade dar-se-á por meio de condições propícias, como um meio social estimulante e democrático ou pela extrema necessidade de transformação do meio social.

É importante salientar que tal intelectual poderá, nessa concepção, advir das massas, mobilizar e organizar as reivindicações necessárias da sociedade como um todo. Em relação a essa postura de intelectual que organiza as massas, lembramos também que, na perspectiva gramsciana, é desenvolvida a ideia de um intelectual orgânico, que advindo das massas organizará a população entorno de seus ideais comuns.

Ao longo dos textos em que Milton Santos analisou a educação, refletiu criticamente sobre o caráter utilitarista vinculado ao professor, em que se desvirtua a condição de intelectual, assim como de uma educação voltada para o desenvolvimento humano.

[...] Quantos de nós, ensinando na pós-graduação, quem já não ouviu esta frase: "professor, eu não vou ao seu curso, porque o seu curso não interessa à tese que eu estou escrevendo". É exatamente o utilitarismo levado às últimas conseqüências. Com certo ceticismo, pode-se até sorrir, ouvindo isso; e com certo cinismo, pode-se até sorrir complacentemente, quando se precisa do voto do estudante para ser eleito para alguma coisa. Só que esta forma de convivência já é uma demonstração da renúncia a ser intelectual. Continua-se sendo professor, mas se renuncia a ser intelectual (SANTOS, 1998, p. 6).

Aumentou o número de letrados no fim do século XX, à medida que cresceu o trabalho humano como trabalho intelectual. Um movimento de letrados nas universidades e em outros níveis de instituições de ensino, entretanto, de acordo com Santos, estreitou a possibilidade social do desenvolvimento de ser efetivamente um intelectual, já que o pensamento não é interessante aos modelos de dominação

social. Vivenciamos a redução das relações intelectuais e da falta de um pensamento global.

Este pensamento global, denominado assim neste trabalho, tem suas raízes baseadas na constituição histórica individual do ser humano em um meio social também histórico e, dessa condição, a existência da possibilidade do movimento dialético entre esse indivíduo e a sua coletividade em proporcionar transformações.

O professor seguindo as orientações globais de um trabalhador “competente e com diferentes habilidades” apresenta uma carência intelectual; ser professor não significa, nesse sentido, assumir obrigatoriamente um papel de intelectual, sobretudo, porque acaba assumindo repetidamente a execução da repetição do conteúdo que é reproduzido e não construído, desenvolvido a partir de elementos históricos e sociais.

Dentre as considerações sobre as atribuições do professor, partimos do pressuposto de que o professor será um intelectual quando participar efetivamente em favor da defesa pela emancipação do sujeito histórico e do acesso aos conhecimentos universais produzidos historicamente pela humanidade. Sendo engajado politicamente, há a sua interferência no espaço que, sobretudo, deveria ser público.

O engajamento que o professor assume em sua maioria não define sua intelectualidade, se considerarmos a dissociação de sua atuação a um ato político e, ainda, sem a clareza dos interesses a que se vincula. Milton Santos refletia sobre a existência da não aceitação e até de um possível preconceito diante do posicionamento intelectual “[...] esse preconceito que temos contra os intelectuais teria de ser diminuído, afastado [...] porque muita gente tem vergonha de dizer que é intelectual por esse motivo” (SANTOS, 1998, p. 4), por ser visto como intelectual alguém errado e inadequado para a sociedade.

Ao povo que sente o restrito, a experiência de não possuir o mínimo para sobreviver, também lhe é retirado em grande parte a possibilidade de um ambiente crítico, voltado para uma formação mais humana e organizativa do pensamento comum num viés mais complexo.

[...] Imaginar que a solução está no chamado “povo” acho que é uma simplificação. Porque os homens do povo sentem melhor do que nós e somos quase insensíveis, exceto quando somos empurrados pelo povo. Mas os homens do povo não têm como organizar o pensamento num tom complexo. Essa é tarefa nossa, dos que fomos treinados para isso, e a gente tem medo de dizer isso. É uma forma de populismo barato de recusar nosso desafio – que tem de ser feito com coragem, com disposição e com muito trabalho (SANTOS, 1998, p. 5).

A falta de representação intelectual marca uma sociedade silenciada, assumindo a dificuldade sobre as transformações sociais e, em especial, as educativas de que tratamos mais especificamente neste trabalho. Santos pensava que os intelectuais é que possibilitarão essa organização epistemológica, e, nesse sentido, os professores subentendidos como letrados poderão desenvolver um papel contra-hegemônico diante dos enfrentamentos sociais.

Firmadas as linhas mestras do novo ensino técnico, no final de 1999, o Ministério da Educação suprimiu sobremaneira o ensino de humanidades “[...] Dessa forma, criaremos robôs, não propriamente cidadãos pensantes. E eu não vi reação. E por que nós não reagimos?” (SANTOS, 2000, p. 8). Santos advertia para a falsificação da intelectualidade no meio global e a dificuldade de afirmar propósitos locais mediante interferências internacionais.

[...] A globalização agrava essa situação porque traz como uma de suas marcas a difusão de um pequeno número de autores bafejados pelo mercado, e que se instalam no mundo como os atores centrais, e dos quais vem a certificação de validade do conhecimento dos outros. Segundo tais parâmetros, nossa produção intelectual é considerada menos vigorosa, menos forte, menos capaz, menos significativa que a produção de fora, chamada equivocadamente de internacional, quando ela é apenas estrangeira (SANTOS, 1998, p. 5).

Dessa forma, Santos referia-se à urgência de uma profissionalização aos professores que privilegiem uma carreira, com direcionamento calcado na primazia da produção intelectual e não reagindo contra essa riqueza intelectual. Cobrava para que reclamemos às autoridades universitárias, pois diante dos problemas que

constituem o trabalho docente, é preciso rever “[...] a questão da carreira, dentro de um quadro mais geral, mais abrangente, agindo como intelectuais, e não como administradores” (SANTOS, 1998, p. 5).

Essa discussão em que focaliza o professor como intelectual pode ser desvirtuada pelo ideal do professor-reflexivo⁴⁰ com um caráter reflexivo essencialmente, mas distante do contexto macrossocial articulado com a prática pedagógica. Schön (1995) e seus fundamentos pragmáticos contribuíram para a afirmação de que a formação dos professores deverá ser orientada por um positivismo pragmático. O desenvolvimento do conhecimento assim se dará na ação, literalmente na prática pedagógica e é vista como uma prática interpretativa, fundamentando a ação em uma teoria fragmentada.

Porém a proposta de Milton Santos ultrapassa a alienação da técnica e tem vista à análise crítica consistente de forma que a prática-reflexiva deixa seu espaço para uma epistemologia da práxis, evitando a análise das teorias fragmentadas lembrando a práxis como meio articulador entre as necessidades do real.

Pensando na superação da fragmentação do pensamento e da formação de um ser humano intelectualizado, podemos frisar que a prática pedagógica ocorre num contexto social determinado por múltiplas relações e influências e que a verdadeira reflexão crítica surge da participação e da consideração desses contextos sociais.

Este professor como intelectual crítico obterá sua emancipação por meio da superação de uma visão meramente técnica, para o conhecimento do sentido político, cultural e econômico em que está imersa a escola. O ato de pensar, refletir criticamente exige colocar-se no contexto de uma ação real, considerando as contradições e a totalidade do meio social de maneira em que esta reflexão crítica seja uma construção social e política sobre como a sociedade se organiza em função do interesse de classe e tendo como norte a extrapolação desse meio social excludente.

⁴⁰ O desenvolvimento do conceito de professor-reflexivo apresenta suas discussões mais efetivas especificamente no Brasil, a partir da década de 90. Este conceito tem como uma de suas raízes as ideias do filósofo, psicólogo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952), alguns de seus seguidores mais representativos são Schön, Shulman e Zeichner.

Considerando que a mudança do posicionamento do professor também terá a interferência da estrutura social, observamos a existência de entraves e da difícil tarefa em desvelar a ocultação ideológica da classe dominante. Assim a obtenção da crítica, do pensamento global, da intelectualidade torna-se um processo árduo de oposição à hegemonia presente.

3.3 Milton Santos: Educação e cidadania dentro do contexto do mundo do trabalho.

Ao pensar em uma educação com vistas à formação e o desenvolvimento de toda a população, sem distinções, ainda temos barreiras que nos apresentam resquícios de uma escola dual. Saviani (1999) traz à tona a discussão sobre a “teoria da escola dualista”, no livro “Escola e democracia”, teoria elaborada por Christian Baudelot e Roger Establet e exposta no livro “A escola capitalista na França”⁴¹, retomando a ideia da escola como Aparelho Ideológico do Estado em que a estrutura do aparelho escolar e o desenvolvimento dos diferentes caminhos e aprendizagens individuais são determinantes pela divisão da sociedade em classes.

Remetemo-nos à “teoria da escola dualista” porque mostra a escola apresentando a divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a classe mais favorecida financeiramente composta pela elite econômica (a burguesia) e a classe menos favorecida economicamente, compondo as periferias da sociedade, bem como os trabalhadores assalariados cada vez mais subjugados à técnica e a precárias condições de trabalho (o proletariado).

Dentro dessa “teoria da escola dualista”, os alunos apresentarão desigualdades já que anterior ao acesso à escola são submetidos à ação de diversos fatores, encontrando diferentes relações e influências. Saviani explica que

⁴¹ A obra original *L'école capitaliste en France* escrita em 1971. Para Establet e Baudelot, não é possível haver uma “escola única” na medida em que vivemos em uma sociedade dividida em classes. Há a existência de duas escolas que são heterogêneas e opostas. Desse modo, a escola reafirma a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

a “teoria da escola dualista” influenciou as discussões sobre a educação. Hoje é corrente a afirmação de que é necessária a transformação que vise ao acesso e à permanência de todos a uma educação consistente em que se recorre à função da escola de fato democrática, rompendo com esta visão dual.

À medida que a escola se transforma em uma instituição influenciada por interesses sociais é preciso observar que os diferentes “[...] modos de produção da existência humana, configuram-se determinados tipos de sociedade” (SAVIANI, 1997, s/p), em que a educação responde a tais determinações.

[...] No quadro da “teoria da escola dualista” o papel da escola não é, então, o de simplesmente reforçar e legitimar a marginalidade que é produzida socialmente. Considerando-se que o proletariado dispõe de uma força autônoma e forja na prática da luta de classes suas próprias organizações e sua própria ideologia, a escola tem por missão impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária (SAVIANI, 1996, p. 30).

Diante disso e considerando que nos situamos em um país que mantém o modelo capitalista como sistema para a manutenção da sociedade, temos uma educação marcada pela divisão social e pelo conflito entre os interesses de classe. Essa relação entre a escola e o mundo revelada por Baudelot e Establet apresenta a luta de classes, porém deixa de lado a possibilidade de que a escola seja um dos campos dessa luta, o que resulta em uma impotência⁴² e um pessimismo diante do necessário enfrentamento pela igualdade.

Contamos com diferenças históricas não somente no que diz respeito à educação, mas também nos deparamos com um atrofiamento prático do conceito de cidadania⁴³. O estabelecimento de uma relação entre o mundo como um todo e a

⁴² Fundamenta-se nessa visão a definição de crítico-reprodutivistas dada a Establet e Baudelot como também é marca de seus antecessores como Althusser, ver “Ideologia e aparelhos ideológicos do estado” (1970); Passeron e Bourdieu, ver “A reprodução” (1975).

⁴³ A ideia de cidadania remonta a Idade Antiga, sendo marcada por restrições já que somente homens adultos e proprietários de terra eram assim considerados. Mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não faziam parte dos cidadãos. A crítica mais contundente desenvolvida por Karl Marx é

ideia de “cidadania” se definem em bases determinadas por interesses particularizados e as contradições ficam expressas diante da concepção de Estado reafirmada pelas nações.

A cidadania fragilizada apresentada nos países que não pertencem ao grupo com o poderio central financeiro se distancia da plena vivência de direitos cidadãos. O conceito de cidadania contemporaneamente é banalizado, seu uso e sua cobrança são cada vez mais comuns, porém ainda é distante da sua real efetivação. Temos confusamente cristalizada a cidadania como sinônimo do cumprimento de uma participação em eleições; entretanto o exercício da cidadania amplia-se em uma série de direitos, deveres e atitudes.

Presente na Constituição Federal (1988), conhecida como a mais democrática constituição brasileira, temos estabelecido no caput do art. 5º a garantia legal da isonomia “[...] Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Lembramos do conceito de cidadania como direito outorgado, porém como tantos outros direitos fundamentais legalizados, como a isonomia, a democracia, a educação (de qualidade), a formação para a criticidade, é fragmentado e funciona como meio do Estado moldar e controlar o cumprimento das regras ditadas para a aquisição e manutenção dessa participação social superficial.

Os possuidores de direitos dentro de um pensamento burguês encontram o respaldo de que “[...] somente os proprietários é que tem direito à plena liberdade e à plena cidadania” (BUFFA, 2004, p.27). Aqueles não proprietários terão uma cidadania secundária, passiva, não sendo qualificados a serem membros da soberania.

A educação, servindo a esse ideal burguês, representa os proprietários e a manutenção desse poderio, apresentando uma educação inferior aos não

destinada a cidadania burguesa moderna, que vem para amenizar revoltas sociais que clamavam por igualdade. Defendia uma emancipação humana independente das relações com a propriedade privada e/ou com outras instituições que possuem relação com ela. Revelou as contradições do ideal burguês de cidadania e como no seio da sociedade capitalista essas diferenciações se perpetuam entre os que podem ser cidadãos e aqueles que não podem. Nesse sentido, longe de extinguir tais diferenciações, o Estado conta com elas para pode existir.

proprietários. Contemporaneamente, temos a confusão entre ser cidadão e consumidor. Santos destacava que o consumismo e a competitividade levam ao “[...] emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo” e leva ao esquecimento entre a “oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão” (SANTOS, 2000, p. 49).

Milton Santos reafirmou como o dinamismo neoliberal funciona em manter o quadro hegemônico burguês e como o mundo do trabalho se enquadra ao longo das estratégias montadas, baseadas em um ideal de futuro promissor a toda a população.

[...] O neoliberalismo, ao mesmo tempo em que prega a abstenção estatal na área produtiva, atribui ao Estado capitalista uma grande cópia de poder sobre os indivíduos a título de restaurar a saúde econômica e, assim, preservar o futuro. A alegação de que o grande desemprego é necessário para aumentar o emprego daqui a alguns anos é um desses argumentos consagrados para justificar uma recessão programada (SANTOS, 1997, p. 10-11).

Nesse sentido, a cidadania acaba por ser não um direito das pessoas, mas sim um privilégio à classe dominante, em que o “ser cidadão” fragmenta-se no ideal consumidor, confundindo e restringindo a sua ação a um modo de usuário. A categoria trabalho é distorcida em meio a uma cobrança pela velocidade e pela produção, diferentemente encarada de sua origem mais primitiva na qual o homem dispunha de seu trabalho para alimentar-se, dependendo do que a natureza lhe oferecia.

As diferentes necessidades criadas pelo mundo contemporâneo fizeram com que o homem desenvolvesse soluções para garantir sua sobrevivência e caracterizaram o trabalho em um meio de produzir uma nova forma de vida.

[...] um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador (MARX, 1982, p. 150).

Com o trabalho o homem garante a produção de conhecimentos para solucionar problemas reais e para melhorar suas condições de vida; assim que estes conhecimentos produzidos são possíveis de serem ensinados como parte da humanidade que ajudam em um desenvolvimento social. Entretanto, este ideal não é vivenciado pela maioria da população e, com as transformações no mundo do trabalho, o entendimento desse ideal torna-se ainda mais difícil, como destaca Antunes:

[...] nos últimos anos, particularmente depois da década de 1970, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, neste mesmo período, ocorrem mutações intensas, de ordens diferenciadas, e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do movimento operário, e, em particular, no âmbito do movimento sindical. O entendimento deste quadro, portanto, supõe uma análise da totalidade dos elementos constitutivos deste cenário, empreendimento ao mesmo tempo difícil e imprescindível, que não pode ser tratado de maneira ligeira (ANTUNES, 1997, s/p).

O que se analisa como definição de trabalho não chega a pontos mais complexos, pois faz-se necessário salientar as mudanças ocorridas neste meio e, assim, a sua amplitude a serviço de interesses particularizados.

Santos falava sobre a existência de “cidadanias e cidadanias”, que de um modo geral “[...] há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (SANTOS, 1987, p.12). Denota nesses níveis de cidadania o fato de deixar silenciada a reivindicação social como forma de recusa a própria cidadania. [...] Quando renunciamos à crítica deixamos também, que, dentro de nós, produza-se o assassinato de um cidadão” (SANTOS, 1998, p. 6).

Este cidadão que por natureza é dotado de um caráter político, somente poderá ser plenamente assim chamado e propor um outro mundo, mais justo e

igualitário se dimensionar o que é este mundo em seu em torno. Ao contrário disso, passará a aceitar comodamente tudo o que lhe mandam fazer. E é dessa maneira que, alheios aos acontecimentos sociais, existem homens instruídos, todavia não educados. Indiferentes a uma discussão mais aprofundada, são “[...] subordinados ao pensamento técnico e à lógica dos instrumentos, mantendo uma fé cega nos ritos já dados, nos caminhos pré-estabelecidos” (SANTOS, 1998, p. 6).

Milton Santos, na obra “O Espaço do Cidadão” (1997, p. 69), enfatiza a importância da clareza e definição da cidadania⁴⁴ para a criticidade e a diferença histórica do conceito de cidadania entre as nações centrais e as nações periféricas e semiperiféricas. Dos intelectuais, por exemplo, seguiu cobrando atitudes menos fugazes, menos conjunturalmente partidarizadas e mais fundadas nas estruturas de permanência que interessam às aspirações de conjuntos mais ampliados da população.

[...] Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar cidadão por inteiro se reduz (SANTOS, 1996, p. 49).

Diante dessa visão de cidadão que se efetiva no consumo, temos a ideia de uma “nação ativa” e uma “nação passiva” que Santos definia como diferentes posicionamentos político sociais. A nação ativa se faz presente naqueles que “[...] pregam e conduzem uma modernização que dá preeminência aos ajustes que interessam ao dinheiro” (SANTOS, 1999, p. 12), todo o restante se enquadraria em uma nação passiva.

De que forma há a concretização dessa nação ativa sob a nação passiva? Encontramo-nos presentes em um emaranhado ideológico em que se torna possível organizar e sustentar as riquezas produzidas, as desigualdades por ela

⁴⁴ Milton Santos distancia-se da concepção burguesa de cidadania e propõe elementos que dimensionam uma clareza maior no que diz respeito ao conceito de forma plena.

desencadeadas bem como a conformidade de quem produz sem desfrutar nem participar da contabilidade pública com relação aos lucros obtidos.

Juntamente a esse meio ideológico que se instala eminentemente dentro da parcela passiva da nação, temos a falta de uma formação escolar que possibilite a emancipação humana desses ideais forjados. Temos a “[...] substituição da escolarização básica por cursos aligeirados de formação profissional, que supostamente melhorarão as condições de empregabilidade” (KUENZER, 2002, p. 93).

Ainda são apontados, por Kuenzer (2002), os outros modelos de ensino como a formação superior aligeirada em instituições superiores ou a formação de professores nos Institutos Superiores de Educação, em licenciaturas “quase plenas” em que está presente uma “certificação vazia”, para compor uma mera estatística, como diria Milton Santos.

Tais estratégias reiteram a ausência da dignidade e respeito à formação humana e, por conseguinte, a uma cidadania plena. Apresentam como formas “[...] aparentes de inclusão que fornecerão à justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência” (KUENZER, 2002, p. 93).

É relevante salientar que há uma consideração sobre a relação entre a educação e a cidadania, no sentido de que a educação não representa garantia para que a cidadania plena aconteça; a educação seria uma “[...] condição indispensável para que a cidadania se constitua” (KRAWCZYK, 2005, p. 16).

E é neste meio que desenvolvemos *pseudos* conceitos de cidadania e trabalho, que nos impedem o entendimento de mundo, de país, de lugar, de sociedade e de cada indivíduo. De acordo com Milton Santos

[...] neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado das coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação (SANTOS, 2004, p. 46).

Para tanto, tem-se a necessidade de se desenvolver um trabalho docente com a presença da real criticidade, indissociada entre o ensino e a pesquisa, com caráter investigativo e pensante, não apenas direcionada à mera operacionalização de tarefas. Nesse sentido, pensando em um ensino indissociável da pesquisa, apresenta-se como intencional e extensivo a transformação do meio social já que

[...] o impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. [...] É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital (MÉSZAROS, 2005, p. 35)

Essa postura apenas encontrará sustentação na medida em que passa pela construção de um novo significado de educação, de trabalho e de cidadania dentro da sociedade contemporânea de maneira a ir à essência dos fatos. Com a integração do trabalho e a educação, voltada como forma de aprendizagem e cidadania, não como fonte de desumanização.

3.4 Da “Experiência a Sabedoria da Escassez”: uma possibilidade para a transformação social.

Milton Santos buscou e recriou a partir do contexto sócio-histórico brasileiro o conceito da “Experiência da escassez”, inspirado em Jean Paul Sartre, que trata a escassez exemplificando a luta de um homem contra o outro na disputa pelo que é limitado. Caracteriza-a por uma experiência voltada ao ressurgimento, um levante social por meio do qual as pessoas se organizariam a partir das necessidades coletivas.

Tal escassez não se definiria simplesmente por questões diretamente econômicas, mas por necessidades desencadeadas pela falta do capital. A educação, a cultura, a saúde, enfim, as condições mínimas de formação e de

sobrevivência humana são excluídas da visão de que sejam para todos. E é assim, por essa escassez, que se recorre a sistemas alternativos, “[...] que muitas vezes se moldam como pastiches do sistema de consumo simbólico das classes hegemônicas” (SANTOS, 1999, p. 40). Os produtos e serviços genéricos reinam nesse mercado alternativo. Uma forma de satisfazer o consumo voraz.

Na obra “A natureza do espaço” (1996), Santos disserta um pouco sobre a ideia da pobreza como fonte de sabedoria e que o conforto, o comodismo, cria dificuldades na visão do futuro. Este conforto torna-se cômodo já que a história do presente é suficiente para aqueles que gozam de privilégios.

Um rompimento com o comodismo seria a experiência da escassez, que faz a ponte entre essa real necessidade e o entendimento dessa realidade vivida. Para melhor entendimento, Santos fez uma análise no livro “Por uma outra Globalização - Do pensamento único à consciência universal (2000)” examinando o papel dos pobres na produção do presente e do futuro. Distingue, assim, a pobreza e a miséria como formas diversas da situação social.

A miséria, portanto, seria a privação total, “[...] com o aniquilamento, ou quase, da pessoa” (SANTOS, 2000, p. 144). A pobreza é uma situação de carência, mas também de “[...] luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível” (SANTOS, 2000, p. 144). Os pobres, de acordo com Santos, não se entregam e sabendo da suas condições podem encontrar estratégias de luta. Em contrapartida, a experiência da escassez dá a ideia do que falta à vida do ser humano, estabelecendo uma relação entre o cotidiano e uma visão de mundo.

Ao retornar a análise da sociedade contemporânea, em que temos a presença marcada e a ideologia da flexibilidade, voltada para as tecnologias, com o intuito de melhores produções materiais de vida, distanciam-se, em ritmo também acelerado, as diferenças de classe. A experiência da escassez torna-se contemporaneamente um recurso mediador diante da tomada da consciência de classe para si, tão necessário para a luta de classes defendida por Karl Marx (1989) no século XIX.

[...] Nessa situação, as técnicas, a velocidade, a potência criam desigualdade e, paralelamente, necessidades, porque não há satisfação para todos. Não é que a produção necessária seja globalmente impossível. Mas o que é produzido – necessária ou desnecessariamente – é desigualmente distribuído. Daí a sensação e, depois, a consciência da escassez: aquilo que falta a mim, mas que o outro mais bem situado na sociedade possui (SANTOS, 1999, p. 145).

À medida que o ser humano se desinstala de uma posição de senso comum e se lança ao pensamento mais elaborado, conseguindo teorizar sobre a realidade vivida, analisa com mais clareza as possibilidades de um enfrentamento e uma cobrança legal pela igualdade⁴⁵ social.

O espaço compreendido e dividido nas cidades retrata o reforço da alteridade e da individualidade, apresenta um modelo de sociedade voltado ao consumo desenfreado. Com a análise do movimento da história, há a demonstração de uma alteração nas condições de vida material de uma minoria populacional, tornando a relação com a experiência da escassez mais presente para a maioria da população.

Mantêm-se nesse meio social as relações hierárquicas de poder que são definidas *a priori* pelo poder econômico. Santos defendia, por meio desse conceito, de que os verdadeiros “[...] agentes do futuro do país encontram-se entre os que estão sendo excluídos da contabilidade da globalização” (SANTOS, 1999, p. 9).

A sabedoria advinda dessa experiência da escassez seria a utilização dessa sensação, dessa vivência do restrito, do negado, para o verdadeiro entendimento e uma mudança de realidade; desvelando a incompatibilidade real da harmônica ideia de que todos são iguais já que a lei assim o determina.

Ao longo da obra “A Natureza do espaço” (1996), Santos retoma o conceito da escassez e como ela pode se tornar volátil, transformando-se em constantes mutações devido à aceleração contemporânea. Assim, a classe mais desfavorecida descobre que “[...] não vai nunca morar na Ipanema da novela [...] ele continua vendo, mas está seguro hoje de que não as alcançará” (SANTOS, 1996, p. 36).

⁴⁵ Termo comumente substituído nos discursos oficiais pela terminologia da “equidade social”, a qual representa a redução das desigualdades e não a extinção das mesmas.

[...] Gostaria de dizer que a classe média já começa a conhecer a experiência da escassez. E isso pode ser bom. Como a classe média, na sua formação, tem uma capacidade de codificação maior, isso vai nos levar a uma precipitação do movimento social, da produção da consciência, ainda que seja de uma maneira incompleta (SANTOS, 1996, p.36).

Às classes médias brasileiras Santos atribui a tarefa histórica de forçar os partidos a trabalhar para a implementação de uma democracia plena que supere a ideia simplória eleitoreira, mas que vise o lado econômico, política e social. Dessa forma, a experiência da escassez apresentada na verdadeira situação de cada pessoa se revela como um meio acelerador na tomada de consciência da população. Segundo essa visão de mundo, as classes menos favorecidas poderiam desencadear uma transformação considerável para as práticas políticas.

Esta sabedoria popular organizada, retirada da experiência da escassez, não terá sua função completa enquanto não identificar-se com as necessidades dos pobres, contribuindo para essa reorganização da partidária. (SANTOS, 2000). De acordo com o pensamento de Santos, a sabedoria da escassez pode não conduzir imediatamente à desejável expansão da consciência e pode não se apresentar igualmente entre as pessoas já que a elaboração dessa sabedoria da escassez desenvolver-se-ia por etapas graduais.

[...] Visto esquematicamente, tal processo pode ter, como primeiro degrau, a preocupação de defender situações individuais ameaçadas e que se deseja reconstituir, retomando o consumo e o conforto material como o principal motor de uma luta, que, desse modo, pode se limitar a novas manifestações de individualismo. É num segundo momento que tais reivindicações, fruto de reflexão mais profunda, podem alcançar um nível qualitativo superior, a partir de um entendimento mais amplo do processo social e de uma visão sistêmica de situações aparentemente isoladas (SANTOS, 1999, p. 15).

Somente após a elaboração histórica dessa visão sistêmica das condições reais é que se poderá levar à decisão de participar de uma luta pela transformação das condições sociais, quando a postura de mero consumidor deixa de ser a

essência humana para dar lugar ao papel de cidadão. Identificamos, a partir da escassez, uma possibilidade de ressurgimento da dignidade social para as necessidades que estariam organizadas juntamente aos sistemas de técnicas e da política social.

Na experiência da escassez, temos uma revelação do cotidiano da verdadeira situação de cada pessoa; desse modo, torna-se um dado fundamental na aceleração da tomada de consciência. Acaba revelando-se uma forma de sabedoria gerada por meio da necessidade.

Para Santos, não é importante a tomada de consciência geral para todas as pessoas ao mesmo tempo e nem de maneira igual, até porque a sabedoria da escassez apresenta-se gradual e processual. O importante é que se instale nesse movimento - que reiteramos neste trabalho de pesquisa - a luta pelas condições sociais mais dignas com vistas a uma educação democrática e emancipadora do ser humano.

3.5 O pensamento de Milton Santos e a educação.

No decorrer do presente trabalho de pesquisa, procuramos abordar alguns conceitos, baseados, sobretudo, na obra do professor Milton Santos. Os conceitos de Espaço, Globalização, Globalitarismo, Pensamento único, Cidadania e Experiência da escassez elucidam o extenso caminho a percorrer para a esperada igualdade social.

Ao estabelecer relações com uma educação voltada para a criticidade, uma educação para todos, sem exceções, e os conceitos que regem o pensamento de Santos, acabamos por verificar a pertinência das contínuas análises no que diz respeito à práxis legada desse intelectual.

Santos chamava a atenção para o fato de que a atual globalização exclui a democracia e contribuiu para o desvelamento de uma globalização que é, em sua essência, um sistema totalitário e para a constatação de que estamos em um mundo que nos reclama obediência, um consenso forjado. Reiteramos que estas são

algumas formas visíveis da materialidade do sistema capitalista que se revela, sim, legalmente, democrático; entretanto essa democracia parcial acaba sendo subsidiada apenas aos possuidores das condições materiais consideradas de valor e geradores de lucro em sociedade.

Nesse sentido, Saviani (1992) teoriza sobre a possibilidade de uma educação que seja em sua essência formada criticamente e tendo a escola como um contributo para a superação da marginalidade e da exclusão social. “[...] trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento de ensino das camadas populares”. (SAVIANI, 1999, p.42).

Uma educação fundamentada historicamente para que essa postura analítica seja concretizada, uma educação com seu papel político e intencional firmado na qualidade para a classe trabalhadora. Há a necessidade, portanto, de se repensar o ensino e a aprendizagem como o processo em que se desenvolve este ensino e esta aprendizagem; as condições estruturais precisam estar estreitamente vinculadas ao pensamento de uma forma voltada para a criticidade.

Deve-se, então, levar em consideração que a educação vai além de uma mera transmissão de conhecimentos, voltada para o domínio do capital por uma minoria, libertando o ser humano dos “[...] determinismos neoliberais e reconhecer que a história é um campo aberto de possibilidades” (MÉSZÁROS, 2005, p. 26).

Milton Santos, ao revelar a necessidade do entendimento do mundo em sua complexidade, mostrou que a essência do conhecimento a ser entendido compreende a capacidade de construir uma ponte com a totalidade. Portanto, não há explicação para os problemas locais de maneira isolada e descontextualizada das influências e determinações mundiais.

Com o processo globalizante cada vez mais intenso e acelerado, torna-se mais abrangente a sua extensão de influências, e envolve a educação como um processo que fornece uma fonte de respostas para a grande disposição em enfrentar essa nova estruturação do mundo.

Aprender a aprender... Aprender a fazer⁴⁶... são formas de considerar a educação como instrumento de adaptabilidade ao meio social. Sem grandes custos, afinal a população deverá desenvolver a capacidade de aprender ao longo da vida, desresponsabilizando o ensino institucionalizado de sua função social e responsabilizando o indivíduo como único culpado de sua exclusão social.

Essa tendência educacional que enobrece a aprendizagem do indivíduo por si mesmo, enquanto desmerece o valor da aprendizagem por meio da transmissão de outras pessoas, tem como perspectiva comparada às “[...] competências que alimentam a ideologia da renovação e adaptação constantes e necessárias para se viver na sociedade dinâmica” (DUARTE, 2001, p.121). Esta sociedade dinâmica faz menção à chamada sociedade do conhecimento, que Santos alertava ser um engodo para a maioria da população, por ser ainda inacessível.

Temos disseminada a ideia de que esse homem imerso no meio global terá de se adaptar e estudar obrigatoriamente durante toda a vida para manter-se como parte útil e empregada da sociedade. Nessa lógica da economia neoliberal não se é priorizado o atendimento das necessidades básicas daqueles que por ela foram excluídos do mercado.

Como é o exemplo da educação formal que acaba servindo aos ideais dessa Globalização e do Neoliberalismo e deixa as escolas que necessitam de maiores melhorias físicas e pedagógicas à população menos esclarecida e mais pobre.

[...] se o ensino ficar atrelado ao mercado, ou à técnica, ele será cada vez mais canalizado para a subserviência, sobretudo porque a ciência tende cada dia a ficar mais longe da verdade. Porque a ciência é feita para responder à demanda técnica e do mercado. Por conseguinte, ela estreita o seu objetivo (SANTOS, 1998, p. 6).

⁴⁶ Um dos princípios da Teoria desenvolvida pelo político e economista francês Jacques Delors e exposta no relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Compreende uma discussão voltada à educação para o século XXI, organizada juntamente da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Este documento foi publicado no Brasil sob o título de “Educação – um tesouro a descobrir” (1996).

Santos compreendia que era preciso uma nova interpretação do mundo contemporâneo, bem como a concretização de uma educação mais crítica. Uma urgência para a necessidade do desvelamento da ideologia na produção da história, para mostrar os limites desse discurso diante à realidade vivida pela maioria dos países do mundo com vistas à superação desse próprio discurso.

Assim, também, o professor Saviani (1999) defende que a educação deve ser mudada, para contemplar um homem voltado para um ser filosófico, que facilite a compreensão do mundo e a interpretação da realidade. E que o papel de uma teoria crítica da educação é “[...] dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes” (SAVIANI, 1992, p. 42).

Santos reconheceu em seus estudos que a informação e o dinheiro acabaram por se tornar ditadores da vida real, considerando que a maior parte da população não os possui, e que, dessa forma, representam a situação em que o desenvolvimento tecnológico limita-se ao aproveitamento de um número restrito de pessoas. Os maiores níveis de educação institucionalizada, nesse sentido, figuram-se como um benefício exclusivo para essa classe dominante.

A competitividade, o empobrecimento crescente da população, a ampliação de uma educação utilitarista apresentam-se como resultado desse contexto social que é apresentado juntamente com o discurso da impossibilidade dos governos nacionais de possibilitar uma condição de vida coletiva menos degradante da condição humana.

Dentro da educação formal, Milton Santos seguiu levantando a crítica àquela educação que presta serviço exclusivamente ao mercado, com o intuito de formar mão de obra qualificada e sem recorrer a um desenvolvimento crítico. Defendia que o pensamento livre e crítico não poderia estar distante da discussão do movimento dos intelectuais, isto é, daqueles que não temem dizer e procurar a verdade circunstancial.

Pensava que o ensino público se torna indispensável na organização por reivindicações de melhores condições sociais, para assegurar a possibilidade de

pensar e dizer livremente diante dessa sociedade globalizada. Esta escola não poderá apenas ensinar a pensar, mas sim ensinar meios para poder dizer.

[...] Só o ensino público pode restaurar isso. [...] Dito isso, as universidades públicas teriam de ser um pouquinho mais públicas, na medida em que elas não estão abertas. O número de matrículas diminui proporcionalmente todos os anos. [...] a evolução das vagas no ensino público é diminuta, e a expansão é do ensino privado. Então, a universidade pública, para aumentar, digamos assim, sua legitimidade, tem de se tornar um pouco mais pública. Tanto na aceitação de alunos como na escolha dos professores (SANTOS, 1998, p.9).

Assim, compreender a questão escolar é a defesa da especificidade, da função social da escola e da importância do trabalho escolar como elemento necessário para o desenvolvimento cultural, educacional e humano.

A práxis legada por Milton Santos se materializa em sua obra exposta em livros, artigos, discursos transcritos, documentários, textos em livros didáticos, como é o caso de “Geografia: a construção do mundo - geografia geral e do Brasil” (MAGNOLI e DEMÉTRIO, 1958); “Comunicação cartográfica” (MAGNOLI e ARAUJO, 2005) “Construindo o espaço” (MOREIRA, 2003) e “Geografia” (APARECIDO, ZAMBONE, RUIZ, MOURA, GARCIA e LOCH, 2006).

Estas obras representam alguns dos livros que fundamentam a base bibliográfica para o Ensino Fundamental ao Ensino Médio, no Brasil, e que possuem textos do professor Milton Santos sobre diferentes assuntos, desde a especificidade física da Geografia até as discussões históricas, políticas e sociais voltadas para o humano.

Com isso, o pensamento crítico do professor Milton Santos poderá, além de ser difundido, ser repensado com vistas a ser aprofundado. Sem desligar a fertilidade de sua obra e o mundo real vivido, temos a possibilidade de compreendermos os momentos históricos como um tempo finito e vislumbrar as necessárias transformações. Ao analisar criticamente o determinismo e as influências sociais visa-se ao possibilismo como re-elaboração de uma vida social mais justa.

O professor, numa perspectiva miltoniana, poderia e deveria agir não apenas como uma pessoa letrada, mas sim como articulador dentro dessa realidade social contraditória e excludente, em busca das transformações necessárias para a melhoria das condições de vida e dignidade humana. Lutaria com vistas a uma educação justa e igualitária, rompendo com a reprodução desigual da sociedade de classes, proporcionando um meio real para ascensão intelectual, histórica, social e política desse ser humano, de modo a potencializar, nas representações culturais advindas de sua nação, uma possibilidade para a valorização dos possíveis expoentes intelectuais.

Juntamente da articulação com os conteúdos trabalhados e a formação cidadã plena, visa-se ao desenvolvimento de uma democracia mais voltada ao seu termo original e que fundamente pensadores engajados socialmente. Sendo assim, essa educação indicaria uma forma de liberdade emancipadora do homem, capaz de desenvolver humanidades, ou seja, em favor do desenvolvimento do homem integralmente em todas as suas potencialidades e não meramente algumas habilidades e competências forjadas pela lógica produtiva do capital.

[...] Nosso problema teórico e prático é o de reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais [...] (SANTOS, 2007, p. 81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa pudemos afirmar que é inegável a representatividade do pensamento do professor Milton Santos para a compreensão do espaço social, da realidade que se apresenta complexa e contraditória, vislumbrando possibilidades de novas ações para que se constituam melhores condições de vida para todos.

Como intelectual que pensa a realidade do presente contemporâneo, Santos auxilia o dimensionamento de possibilidades desse meio social desigual e excludente. Mostrando-se confiante e otimista, mesmo diante das mazelas sociais, assumiu uma postura que considerava a história do passado; porém julgava que era necessário voltarmos para o pensamento do futuro, pois afinal será nesse tempo em que viveremos.

Entendemos que, com estudos a respeito do pensamento do professor Milton Santos, é possível compreender na realidade dos interesses burgueses, recorrentes ainda na contemporaneidade, as mazelas sociais causadas pelo grande fundamentalismo dos tempos modernos que Santos definia como sendo o consumo desenfreado.

Ao longo do trabalho “MILTON SANTOS: PENSAMENTO GLOBAL E EDUCAÇÃO” buscamos abordar de maneira sintética como se desenvolveu a formação escolar inicial do professor Milton Santos, a influência do meio social, da educação, a princípio familiar, e a sua formação acadêmica.

Seu envolvimento com a sociedade em que viveu demonstra o compromisso intelectual e o seu posicionamento diante das mudanças históricas, políticas e sociais do período anterior a 1964. Santos já nasce em meio a uma crise mundial, vivencia ao longo de sua infância o movimento migratório em busca de sobrevivência e revela que este meio social o influenciou para que se dedicasse ao estudo da Geografia humana.

Com o advento da Ditadura Militar, rompe-se a liberdade de pensamento, ato inadimísivel ao longo da vida de Milton Santos. O culme da repressão instaurada lhe

impede de permanecer no Brasil e, tornando-se um exilado político, desenvolve pesquisas no exterior, apesar de seus objetos de estudo sempre retomarem o Brasil como foco principal.

A partir da obra de Milton Santos temos discussões sobre a falta de liberdade de pensamento, assim como as ideologias que disfarçam as desigualdades sociais propostas pela globalização, a que Santos chamava de perversa. Com um termo mais específico, o “globalitarismo”, que Santos associava à imagem da globalização e do Totalitarismo, caracteriza-se a disseminação do pensamento único definido pela classe dominante.

A condição necessária para que outra globalização desenvolva-se, uma globalização mais humana e co-operativa, que seja possível para todos, viria do rompimento com esse pensamento único. Santos expôs esse rompimento por meio do desenvolvimento de um pensamento que denominamos de global, por sua abrangência, uma consciência universal que dimensiona a totalidade real dos fatos sociais, buscando ser livre das amarras ideológicas dominantes.

O conceito de espaço diante da sociedade globalizada descrita por Santos apresenta efeitos às novas demandas exigidas pelo mercado de trabalho. A exclusão da grande maioria dos indivíduos surge como forma natural nessa organização social, volátil, presa não ao comodismo, mas a uma constante renovação de saberes e tecnologias.

Santos chamava este espaço de “esquizoespaço”, derivando da palavra esquizofrenia, por considerar este espaço caótico e calcado por ideologias que o distanciam do real espaço, intensificando as desigualdades sociais. Destacamos, ao analisar especificamente as relações entre o espaço e a educação, como o sistema de ideias que se configura por meio de uma única cultura e, diante disso, a eletrônica adota o espaço mundial como uma região para a acumulação de discrepâncias e interesses internacionais.

Um espaço fragmentado, fragilizado e determinado por interesses políticos e econômicos mundiais, “[...] é um novo tipo de feudalismo e de militarização do território ao mesmo tempo. Porque tem de obedecer, tem de fazer aquilo que manda o chamado mercado global (SANTOS, 2000, p. 19).

E é nessa perspectiva que não se desenvolvem intelectuais com posicionamentos fundamentados na coletividade, ficando a liderança restrita pois que “[...] não há uma escolha nacional do líder nacional. Há uma escolha internacional, global, do líder nacional” (SANTOS, 1999, p. 26).

Santos envolveu-se ao longo de sua vida com partidos políticos; entretanto analisou que esse envolvimento não lhe trouxera liberdade de pensamento, mas, pelo contrário, favoreceu-lhe estar intimamente ligado com amarras que dizem respeito a interesses estritamente partidários que nem sempre são os da maioria da população.

Assim, optou por ser apartidário, não se filiando a nenhum partido político. Isto, a seu ver, proporcionou uma forma sistemática para ser um intelectual, livre, sem pressões partidarizadas, mas filiado com ideias. Sua luta era política em essência, mas em primeiro lugar tinha como ideal a igualdade de direitos para todos.

O professor Milton Santos identificava a disseminação de um “pensamento único” determinado pela classe que detém influências socioeconômicas sobre as demais classes. Relatava como as indústrias em torno do lucro acabam por impor uma cultura única, citando como exemplo a indústria editorial que, por estar cada vez mais ligada à venda, ao lucro, também auxilia para a redução da condição do pensamento do intelectual, do desenvolvimento de uma opção pelo pensamento crítico.

Neste trabalho optamos por denominar este pensamento crítico como um pensamento global, universal, tendo como a garantia a aquisição do conhecimento historicamente elaborado pela humanidade e a sua interpretação à luz das transformações históricas, políticas e econômicas da sociedade contemporânea. Ilustramos, assim, uma forma de re-elaboração cognitiva que visa a uma transformação societal possível e necessária.

O pensamento global, denominado neste trabalho, visa às relações com um projeto coletivo e nacional de educação, que tenha a gratuidade, a consistência e a obrigatoriedade que ultrapasse o ensino fundamental e invada os outros níveis de educação formal ainda não obrigatórios no Brasil.

Neste sentido, Milton Santos colocava como necessária uma utopia, uma esperança de um futuro diferente e mais justo que acreditava ele que ainda poderá ser possível. Assim, entendemos Santos como sendo um intelectual realista e

otimista já que considera os elementos sócio-históricos que compõem o contexto analisado e mostra uma força na continuidade do embate teórico-metodológico para que uma nova realidade seja desenvolvida.

Verificamos que, para Milton Santos, o professor poderá vir a ser um intelectual, considerando que nem todas as pessoas desenvolvem tal condição, mas, se assim o for, o professor poderá desenvolver um pensamento a que denominamos *global*.

[...] Para ser digno do homem, isto é do homem visto como projeto, o trabalho intelectual e educacional tem que ser fundado no futuro. É dessa forma que os professores podem tornar-se intelectuais: olhando o futuro. E para isto é preciso propor tal visão em cada uma das disciplinas, mas não numa pretensa disciplina específica do futuro, como agora estão propondo uma disciplina chamada “educação ambiental”... Não é criando uma disciplina que alcançaremos essa meta, mas levando como ponto de partida, em todas as disciplinas, essa idéia de que nada existe para durar eternamente, de que tudo é movimento e de que o futuro não é um só. O que é um só é o presente, ainda que, nas interpretações, sejam vários. Mas, o futuro por definição e a priori, são vários. Sem essa atitude, seremos levados a um pensamento calculante, à matematização das idéias fundada na primazia da técnica, conduzindo a instrumentalismos e reducionismos, em vez de abrangências (SANTOS, 1998, p.4).

Sugerimos este pensamento mais crítico como “pensamento global” em virtude dos trabalhos de Santos referenciarem um plano mais amplo e global da realidade. Desta forma, com um pensamento global (não único), o professor terá maiores condições de exercer sem medo a sua intelectualidade a serviço da coletividade. Livre de ser subjugado pela técnica, reduzindo seu pensamento a tarefas que coisificam e fetichizam a condição humana.

O professor Milton Santos não deixou de registrar seu pensamento com relação à educação e à cidadania. Procuramos ao longo da pesquisa relacionar suas ideias com a educação formal brasileira mais contemporânea, dentro do contexto do mundo do trabalho, da globalização e de uma concepção de Estado neoliberal.

Assim, buscamos na totalidade, nas contradições, na hegemonia, na ideologia presentes nos fatos sociais para combinarmos com o “possibilismo” de Milton Santos; uma visão otimista e esperançosa de uma realidade sem exploração humana e que seja possível para todos.

Ao trabalharmos o pensamento de Milton Santos verificamos a influência sartriana no desenvolvimento de seus conceitos. A relação que fazemos neste trabalho com o conceito “Experiência da Escassez” dimensionamos no sentido de alcançar a sabedoria. Vislumbramos, nesse conceito, a experiência das infinitas faltas materiais a que se sujeita o ser humano pobre e, mesmo assim, há a possibilidade para o desenvolvimento de um saber, que tenha como objetivo a transformação social.

Santos acreditava que as pessoas com mínimos recursos financeiros poderiam ter uma relação mais direta com as necessidades urgentes da população. Nascia dessa experiência a sabedoria da escassez, que se tornaria uma saída para a discussão de uma sociedade mais justa.

Com o desenvolvimento do presente trabalho de pesquisa, podemos apresentar de acordo com o pensamento complexo do professor Milton Santos alguns elementos que se destacam e que estão muito presentes na obra selecionada para este estudo como:

- A luta pelo desenvolvimento de um pensamento crítico que neste trabalho também foi denominado de global, universal, que possibilite a superação de um único ideal forjado pela minoria dominante.
- A tomada de consciência coletiva, pela busca da reconstrução de um indivíduo presente na sociedade como um cidadão pleno.
- O enfraquecimento e a extinção da ideologia dominante, das práticas abusivas que ferem e fetichizam o ser humano.
- As possibilidades de uma utopia, da esperança no futuro, aliadas às condições materiais e históricas como mediação

oportuna com o real para buscar um constante movimento e transformação social.

- A educação com vistas à humanização, com a retirada do valor mercadológico que lhe é ideologicamente posta, com o mero objetivo das mínimas ofertas pela empregabilidade.
- O professor como possível intelectual, ciente da sua função social, organizador e articulador na sociedade.
- Uma nova Globalização, possível para todos, como representação humana da transformação das técnicas e recursos tecnológicos em benefício de toda a população mundial; retirando a ideia de que os estados nação cederem seus espaços locais para usufruto do comércio internacional, servindo aos interesses das empresas transnacionais bem como a organismos internacionais.
- Os intelectuais como esperança de um futuro mais humano, em perspectiva da luta por ideias e a perseverança pela coragem de buscar a verdade, a melhoria de condições dignas de vida para a população em sua totalidade.

Contudo, por considerarmos o pensamento de um intelectual como o professor Milton Santos, fundamental para o entendimento da realidade, da mesma forma o faz imprescindível para a transformação dessa realidade. Seu pensamento complexo é de uma extensão multidisciplinar que envolve a organização social desde as análises sobre o espaço, sendo definida como meio físico até a dimensão das contradições que são postas nesse meio. Reivindicou, por meio de seu pensamento, a luta pela igualdade de oportunidades, e, neste trabalho, salientamos, em específico, a sua crítica ao modelo de educação voltado aos desejos voláteis do mercado.

Há, portanto, extrema necessidade de contínuos estudos sobre o pensamento de Milton Santos que revela “possibilismos” em toda a sua teoria. Ele se declarava um otimista ao extremo. Analisamos esse posicionamento repleto de entusiasmo para a transformação quando afirmou que “[...] nunca houve uma fase na história da humanidade tão propícia à realização de uma sociedade humana igualitária e feliz”. (SANTOS, 2000, p.7).

A educação que poderá ser vista apenas como reprodutora de uma sociedade excludente, diante das teorias crítico-reprodutivistas, recebe outro viés analítico quando toma como embasamento teórico o pensamento apresentado nas obras miltonianas. Apresenta a esperança no futuro, pela mobilização social em torno de transformações na estrutura dessa sociedade que contemporaneamente é calcada pela desigualdade.

O pensamento do intelectual Milton Santos apresenta as influências do momento histórico, concreto e dialético em que vive e ao mesmo tempo vislumbra transformações reais. Assim, essas possibilidades de transformação poderão vir a ser uma contribuição para uma educação mais crítica, pela possibilidade de proporcionar uma formação de pessoas para a clareza da crítica justa, para se situarem no mundo e influir para que a sociedade se aperfeiçoe como um todo, em condições dignas de vida para todos.

Por intermédio do pensamento do professor Milton Santos, temos o desvelamento desse mundo contraditório e envolto em ideologias. Desfaz-se um mundo enquanto fábula, ideológico, e revela, em toda a sua complexidade, as desigualdades presentes. Entretanto, ainda em meio a uma visão desumanizada do mundo, ao propor “possibilismos”, que na perspectiva miltoniana poderia ter como exemplo as soluções que são organizadas, uma possibilidade de negação dessa realidade excludente, surge a proposição da possível superação dessa realidade em favor de uma outra realidade, a igualitária.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. O militante de idéias. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, dez. de 2001.

ALFLEN, A. A. et al. **Geografia**. Ensino Médio. Curitiba: Seed, 2006.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ANTUNES, R. **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

_____. As dimensões da crise no mundo do trabalho. In: **Olho da História**, Dossiê: Capital, Trabalho e Revoluções na Modernidade, Salvador, n.4, jul. de 1997.

ASSIS, J. P. Milton Santos: Testamento Intelectual. São Paulo: UNESP, 2004.

AZEVEDO, J. M. L. **A Educação como Política Pública**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BASBAUM, L. **História Sincera da República**. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Vol. 3.

_____. **História Sincera da República**. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Vol. 4.

BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. **L'école capitaliste en France**. Paris: Maspéro, 1971.

BORIN, J. Milton Santos, combatente intelectual. **Informativo ADUSP**, São Paulo, n.100, jul. de 2001.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BUTTIGIEG, A. J. Educação e Hegemonia. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.39-49.

BUFFA, E. et al. **Educação e cidadania**. 12^a ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Imprensa Oficial, dez. 2001.

_____. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (n. 9394). Brasília, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação** (n.10.172). Brasília, 2001.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismos séculos XV-XVIII**. 3 vols. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

BRITO, T. M. A. de. **Região**: Leituras possíveis de Milton Santos. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CARNEIRO, S. A sombra do seu sorriso. **Correio Brasiliense**, Brasília, [s.d].

CARNOY, M. **Educação, Economia e Estado**: Base e Superestrutura – relações e mediações. São Paulo: Autores Associados, 1984.

CASTANHO, S. Globalização, redefinição do estado nacional e seus impactos. *In*: LOMBARDI J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. 2. Ed. Campinas: Autores e Associados, 2003.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

CONCEIÇÃO, F. Um café com Milton Santos. **Folha de São Paulo (Especial)**, Caderno Memória, São Paulo, p.10, 8 de jul. de 2001.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001. 296 p.

_____. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Sessão Especial - Habilidades e competências: a educação e as ilusões da sociedade do conhecimento, 24ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, out. de 2001.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**: Historiografia e História. 12ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Alice Maria de Araújo. **Para um vocábulo fundamental da obra de Milton Santos**. 2000. 184 f. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP, São Paulo.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira. In: OLIVEIRA, D. A (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.46-63.

FREITAS, C. M. (Org.). **Memória Intelectual da Educação Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. et al. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 71-90.

_____. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **La contruzione del partito comunista.** 5.ed. Torino: Giulio Einaudi, 1971.

_____. **A. Quaderni del carcere** Turim: Einaudi, 1975. [*Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. Cf., em particular, o v. 2: *Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000].

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil.** São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1994.

_____. **Teorias da globalização.** 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

KRAWCZYK, N. R. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? **Educ. Soc. (Especial)**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 799-819, out. 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 77-95.

LIVROS e títulos 'honoris causa'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jun. de 2001, s/p.
 LOMBARDI J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Liberalismo em debate**. São Paulo: Autores e Associados, 2007.

LOMBARDI J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. 2. Ed. Campinas: Autores e Associados, 2003.

LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. SANFELICE, J. L. **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª ed. São Paulo: Autores e Associados, 2005.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAGNOLI, D.; ARAÚJO, R. **Geografia**: a construção do mundo. Geografia Geral e do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2ª ed. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 5ª ed. São Paulo: Textos Filosóficos, Edição 70, 1993.

.MARX, K e ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Volume 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

_____. **O capital, crítica da economia política**: Vol. 1. Livro 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O manifesto comunista**. Tradução de Maria Lucia Como. 15ª ed. Rio de Janeiro Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **A ideologia alemã**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, I. **Construindo o espaço humano**. 5a série. São Paulo: Editora Ática, 2003.

NASCIMENTO, M.I.M. et al **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

NAVARRO, Z. Globalização: do despotismo à emancipação? **Gramsci e o Brasil (Especial)**, São Paulo, jan. de 2001.

PECÁULT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: A organização escolar. 15^a ed. São Paulo: Revista ampliada, 1998.

RIBEIRO, W. C. Milton Santos: aspectos de sua vida e obra. In: El ciudadano, la globalización y la geografía: Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova** - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, n.124, set. de 2002.

SANTOS, M. Altos e baixos na política. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, São Paulo, p.20-21, 01 de out. de 2000.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. A normalidade da crise. **Folha de São Paulo (Especial)**, Caderno Mais, São Paulo, 26 de set. de 1999.

_____. **A universidade**: da internacionalidade à universalidade. Discurso de aceitação de título de professor Honoris Causa. Rio de Janeiro: UFRJ, 24 de set. de 1999.

_____. A universidade se burocratizou. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: MOREIRA, M. N. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 27 de ago. de 2000.

_____. A vontade de abrangência. **Folha de São Paulo – (Especial)**, Caderno Mais, São Paulo, 20 de jun. de 1999.

_____. Da cultura à indústria cultural. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, São Paulo, p.18, 19 de mar. de 2000.

_____. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, p.187-197, 1996.

_____. Elogio da lentidão. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, São Paulo, p.14-15, 11 de mar. de 2001.

_____. Entrevista com Milton Santos. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: TIBÚRCIO, C.; BAVA, S. C. In: **Fórum Social Mundial**, Caderno Especial: Um Outro Mundo Urbano é Possível, 28 de jun. de 2001.

_____. Entrevista com o professor Milton Santos. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: AMARAL, M. et al. **Caros Amigos**, n.17, ago. 1998.

_____. Entrevista Milton Santos. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: LEITE, J. C. **Teoria & Debate**, 30 de abr. de 1999. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1106>>. Acesso em: 15 de nov. 2008.

_____. Geógrafo ataca o uso político de estatísticas. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: ROIFFE, A. G. **Folha de São Paulo**, Caderno Especial, 27 de mar. de 2001.

_____. Grandes empresas dominam política, diz Milton Santos. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: CHAIM, C. **Folha de São Paulo**, 08 de jan. de 2001.

_____. Guerra dos lugares. **Folha de São Paulo (Especial)**, Caderno Mais, São Paulo, 08 de ago. de 1999.

_____. Milton Santos: Pensamento de Combate. Entrevista com o professor Milton Santos a respeito de sua participação no programa Roda Viva da TV Cultura e TVE, concedida a: CORDOVIL, C. **Revista Estratégias do Trabalho Escolar (UFSC)**, ano I, n.00, out. de 1998. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~turma787/entrev01.html>>. Acesso em: 15 de nov. de 2008.

_____. Milton Santos: um filósofo da geografia. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: equipe de Princípios. **Princípios**, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod_not=146>. Acesso em: 15 de nov. de 2008.

_____. Milton Santos: “Temos tudo para construir uma nova sociedade”. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: equipe de Democracia Viva. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n.2, fev. 1998.

_____. Não sou militante de coisa nenhuma, exceto de idéias. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: IOKOI, Z. **Revista ADUSP**, São Paulo, p.8-13, jun. de 1999.

_____. Nação ativa, nação passiva. **Folha de São Paulo**, Caderno de São Paulo, São Paulo, 21 de nov. de 1999.

_____. No Brasil, hipocrisia marca questão racial. **Folha de São Paulo (Especial)**, Caderno Mais, São Paulo, p.1, 07 de mai. de 2000.

_____. O Brasil (segundo Milton Santos). Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: MACHADO, C. E. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 02 de fev. de 2001.

_____. O chão contra o cifrão. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, São Paulo, 28 de fev. de 1999.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 2002.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. O intelectual anônimo. **Expresso Vida**, São Francisco do Sul, n.73, ano 2, 15 de jun. 2001.

_____. O lugar e o cotidiano. In: **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O novo século das luzes. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, São Paulo, p.14, 14 de jan. de 2001.

_____. O país distorcido. **Folha de São Paulo (Especial)**, Caderno Mais, São Paulo, 02 de mai. de 1999.

_____. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. In: **Anais do IX ENDIPE**. Vol. III. Águas de Lindóia - São Paulo, 1998.

_____. O recomeço da história. **Folha de São Paulo (Especial)**, Caderno Mais, São Paulo, 09 de jan. de 2000.

_____. Os deficientes cívicos. **Folha de São Paulo (Especial)**, Caderno Mais, São Paulo, 24 de jan. de 1999.

_____. O sonho obriga o homem a pensar. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: SILVA JÚNIOR, M. G. **Boletim da UFMG**, Belo Horizonte, p. 1-3, [s.d].

_____. O tempo despótico da língua universalizante. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, São Paulo, p.16-17, 05 de nov. de 2000.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: USP, 2007.

_____. SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: HUCITEC, 1982,

_____. Por Uma Geografia Cidadã: Por Uma Epistemologia da Existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Porto Alegre, ago. de 1996.

_____. **Por uma outra globalização**: Do Pensamento Único à consciência Universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. Por um modelo brasileiro de modernidade. **Correio Brasiliense**, Brasília, 15 de out. de 2000.

_____. Que parlamento para o século XXI? Desafios e perspectivas frente à Mundialização. In: *Câmara nos 500 Anos: Parlamento Brasileiro – História e Perspectivas*. Brasília: Câmara dos deputados, 2000.

_____. Revelações do território globalizado. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, São Paulo, 16 de jul. de 2000.

_____. Uma metamorfose política. **Folha de São Paulo (Especial)**, Caderno Mais, São Paulo, 17 de out. de 1999.

_____. Uma Nova Explosão das Classes Médias. **Jornal dos Economistas do Rio/Corecon-RJ**, Rio de Janeiro, outubro de 1999.

_____. **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, O. J. dos. **[Sem título]**. Fotografia em preto e branco. São Paulo: Agência USP, [s.d.]. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/1655>> Acesso em: 11 de out de 2008.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. Entrevista com o professor Demerval Saviani. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a: Sinpro (Sindicato dos professores). **Informativo Expressão Sindical do Sinpro**, Guarulhos, set. de 1997.

_____. **Pedagogia histórico – crítica**: primeiras aproximações. Coleção: Polêmicas do nosso tempo, v. 40, 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

_____. **Política e Educação no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Autores e Associados, 2002.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores e Associados, 2007.

SCARLATO, F. A contribuição de Milton Santos para a Geografia. **Informativo ADUSP**, São Paulo, n.100, jul. de 1998.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SEABRA, O.; CARVALHO, M. de; LEITE, J. C. Milton Santos, cidadão do mundo. In: **Território e Sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [s.d].

SILVA, C. A. da. **[Sem título]**. Fotografia em preto e branco. São Paulo: Agência USP, [s.d.]. Disponível em: <http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?p=antrop_metamorfoses_do_espaco_imaginario&c=a> Acesso em: 12 de out de 2008.

SILVA JÚNIOR, J. R. Reformas do Estado e da Educação e a Políticas Públicas para a formação de professores a distância: Implicações Políticas e Teóricas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.24, p. 78-94, set- dez 2003.

SOUZA, M. A. A. Até sempre, Milton... **Revista ADUSP**, São Paulo, n.23, p.82-85, set. de 2001.

_____. Por ouvir dizer e por querer saber: conversando com Milton Santos. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TENDLER, S. (diretor). **Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá**. São Paulo: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. (89 min.).

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 5.ed. editora UFRJ, 1994.

THOMPSON, E. P. Algumas Observações sobre Classe e 'Falsa Consciência'. In: SILVA, S. (org.). **As Peculiaridades dos Ingleses**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TOLEDO, J. A. Perfil: Mestre de Verdade. **Revista dos Bancários**, 69ª ed., ago. de 2001.